



# RELATÓRIO E CONTAS

2023



CRC de Angra do Heroísmo n.º 18 | NIPC 512 004 803

Capital Social: 19.931.622,00 Euros

Sede Social: Rua Direita n.º 118 | 9700-066 Angra do Heroísmo

Tel.: +351 295 401 300 | Fax: +351 295 403 131

[www.cemah.pt](http://www.cemah.pt)

# RELATÓRIO E CONTAS

2023





# ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	7
CONTEXTO, CRONOLOGIA E DESTAQUES.....	13
A CEMAH EM 2023 .....	13
INDICADORES RELEVANTES .....	15
CONTEXTO MACROECONÓMICO.....	17
ESTRATÉGIA.....	23
PLANO ESTRATÉGICO 2023-2025.....	23
FRAMEWORK DE RISCO.....	24
MODELO DE GOVERNO.....	28
MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	28
CORPORATE GOVERNANCE .....	28
GOVERNO INTERNO.....	28
SISTEMA DE CONTROLO INTERNO .....	33
PRÁTICAS REMUNERATÓRIAS .....	39
DO NEGÓCIO .....	43
CORE BUSINESS .....	44
MERCADOS E INVESTIMENTO .....	52
SUSTENTABILIDADE.....	53
VISÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	55
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	59
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	61
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	73
RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE GOVERNO E CONTROLO INTERNO .....	
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	





# MENSAGEM DO PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral,  
Excelentíssimos Membros da Assembleia Geral,

Ainda no rescaldo de uma situação pandémica e apesar de se encontrarem agora ultrapassadas as dificuldades mais prementes trazidas pela mesma, o mundo tem vindo a deparar-se com uma crescente tensão geopolítica, cujos impactos se materializam a nível global e europeu. Um cenário, já ele atípico, de baixa inflação veio dar lugar a uma inflação crescente como já não se vivia há mais de 30 anos, que, em consequência, resultou na adoção de uma política monetária bastante restritiva, com o recurso pelo Banco Central Europeu a sucessivos aumentos de taxas de juro (dez aumentos sucessivos, tendo-se passado de um juro negativo de 50 p.b. para um juro positivo de 450 p.b.).

Esta contínua transformação dos paradigmas, nos últimos anos, teve, como não poderia deixar de ser, repercussões que se fizeram sentir nas economias nacional e regional, com os naturais impactos decorrentes na vida dos nossos clientes. Contudo e apesar de ter sido mais um ano desafiante, a CEMAH continuou a cimentar-se e a demonstrar a sua capacidade de resiliência e de acompanhamento das transformações do mercado. Os resultados do exercício de 2023 demonstram isso mesmo: não obstante a natureza absolutamente excepcional dos mesmos, dado o contexto irrepitível que se vive na atividade bancária, ilustram, também, os esforços que vêm sendo encetados para salvaguardar os superiores interesses da Instituição, sem que se descurem, em momento algum, aqueles dos seus clientes.

Sendo inegável que os resultados apresentados na sede deste Relatório e Contas são, em grande medida, resultado das taxas de juro experimentadas neste período, foi o facto de a Instituição se encontrar devidamente robustecida, nomeadamente em termos do seu normativo interno, que lhe permitiu potenciar ainda mais esse ganho.

A par da gestão destas alterações vividas ao longo do ano, em 2023, o Conselho de Administração, apoiado pela Gestão de Topo da Instituição, deu seguimento à implementação dos projetos a que se propôs, no âmbito do Plano Estratégico, definido para o horizonte 2023-2025, sob o *slogan* “CEMAH, o banco de todos, sempre presente”; um plano com 5 eixos estratégicos, 5 objetivos estratégicos e 19 iniciativas definidas que visam consolidar a posição da Instituição enquanto referência no sistema financeiro regional (sendo certo que apresenta já um grande fator diferenciador das demais, por ser uma instituição bancária com capital e centro de decisão regionais e por se caracterizar por uma abordagem focada na proximidade aos clientes, contando com uma rede comercial com balcões em 6 das 9 ilhas dos Açores, um facto que não deixa de ser relevante, numa região que tem visto diminuir a presença de balcões das outras instituições financeiras).



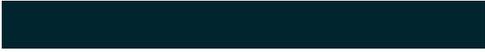
O ano foi, também, caracterizado pela continuação da transformação digital da Instituição, nomeadamente através da implementação de um novo *core* bancário, um processo complexo e abrangente, que tem requerido o envolvimento transversal de toda a CEMAH. Não obstante a impossibilidade de cumprir o calendário de implementação inicialmente previsto, os esforços já desenvolvidos permitem-nos antecipar que serão cumpridas as expectativas, quanto às vantagens em termos de negócio e do próprio sistema de controlo interno, com evidentes benefícios para ambos.

Similarmente e como já foi partilhado o ano passado nesta mesma sede, a CEMAH encetou um estudo, já com várias etapas percorridas, sobre a possibilidade de a Instituição expandir a sua atividade para o território continental, nomeadamente para a cidade do Porto, através da aquisição, por fusão, da Caixa Económica do Porto (CEP). O ano de 2023 ficou, assim, também caracterizado pela realização de um estudo de *due diligence*, realizado pela PwC, tendo culminado na submissão ao Banco de Portugal do respetivo projeto de fusão, conforme já publicitado através de depósito legal.

É nossa expectativa que a decisão do Regulador aconteça ainda durante o primeiro trimestre de 2024, não sendo demais sublinhar que a intenção da CEMAH tem subjacente uma premissa essencial: a parceria com A Beneficência Familiar (ABF), entidade detentora da CEP, uma instituição da economia social, com principal enfoque na atividade mutualista, com cerca de 40 mil associados e que se perspetiva como uma garante de negócio potencial plenamente enquadrado na nossa matriz de referência social. Foi esse o grande mote do projeto.

Contextualizado o cenário que caracterizou a atividade da CEMAH no ano de 2023, cumpre apresentar as suas demonstrações financeiras, sendo de ressaltar, os seguintes indicadores:

- i) um Resultado Líquido do Exercício de 6.657 milhares de Euros;
- ii) um Rendimento Integral do Período de 5.715 milhares de Euros;
- iii) um rácio de capital de 15,31 %, mas que, com a incorporação de resultados, passará a ser de 18,99% (o rácio regulamentar é de 14,75%); os fundos próprios, após incorporação de resultados, passarão a ser de 34.350 milhares de Euros, tendo praticamente duplicado nos últimos 10 anos.
- iv) uma margem financeira de 16.469 milhares de Euros, resultando num acréscimo de 102% face a 2022;
- v) um contributo da carteira própria para o produto bancário de 4.542 milhares de Euros, significativamente superior ao registado em 2022, em consequência do contexto de subida de taxa de juro nos mercados financeiros.



É, ainda, de destacar os volumes das carteiras de depósitos de clientes e de crédito bruto concedido, que, a 31 de dezembro de 2023, eram, respetivamente, de 442.128 milhares de Euros e de 273.853 milhares de Euros.

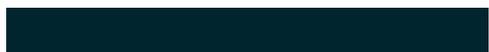
Estes indicadores revelam uma apreciada dinâmica comercial. O nível de colateralização da carteira de crédito, também, teve uma evolução bastante positiva, passando de cerca de 55,62% (31-12-2016) para cerca de 81,16% (31-12-2023), o que mais acentua a expansão ocorrida. E, se o critério fulcral para a concessão de crédito assenta na inequívoca capacidade de reembolso, é importante ter o suporte de garantias reais para a eventualidade (que poderá sempre acontecer) de haver algum sinistro.

Ao nível do comissionamento ressalva-se que este representa cerca de 16% do produto bancário, tendo registado uma ligeira redução, de cerca de 23 milhares de Euros, face a período homólogo. Do total de 2.979 milhares de Euros de proveitos com comissões, 439 milhares de Euros dizem respeito à comissão de manutenção de conta, implementada em setembro de 2020.

O nível de imparidade e provisões para crédito continuou a registar um aumento expressivo, passando de aproximadamente 5.882 milhares de Euros (31-12-2016) para 8.946 milhares de Euros (31-12-2023), o que revela o conservadorismo com que a Instituição se está a robustecer para fazer face a eventuais níveis de sinistralidade, que à data não se antecipam como prováveis. Já no que concerne a carteira de imóveis detidos para venda, cujo valor líquido era de 10.323 milhares de Euros (31-12-2016), registou-se uma evolução para 1.521 milhares de Euros (31-12-2023, com taxa de cobertura de 9%), com boas perspetivas de alienação a curto prazo.

Estes indicadores de performance representam a confiança na Instituição e o seu contributo para o financiamento e crescimento da economia regional.

Apesar de a CEMAH ser uma instituição financeira de dimensão diminuta, em termos do sistema bancário nacional, com atuação circunscrita à Região Autónoma dos Açores (a eventual expansão para o Porto, através da fusão com a CEP, aguarda ainda autorização) e uma carteira de produtos pouco complexa, esse facto não a isenta da necessidade de dar cumprimento a uma regulamentação bastante extensiva e, por vezes, complexa. Ainda assim, a CEMAH tem sido capaz de cumprir, garantindo a capacidade de responder de modo satisfatório, quer no que concerne a celeridade, quer em termos das necessidades dos seus clientes. O ano de 2023, tal como tem sido o caso nos últimos anos, foi marcado por uma intensa atividade regulatória, bem como pelo permanente contacto com a supervisão, aos quais a CEMAH conseguiu atender, devido ao esforço e competência dos seus colaboradores e Gestão de Topo.



A CEMAH mantém o objetivo traçado no ano transato, no início de um novo mandato dos seus órgãos sociais e em linha com o seu Plano Estratégico: potenciar a rentabilidade da Instituição, com enfoque no desenvolvimento do negócio e da atividade comercial, sem descuidar os interesses do seu acionista único, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), e os dos seus clientes, cujas necessidades e satisfação são a sua principal premissa, bem como a cada vez mais premente preocupação com as práticas ambientais, sociais e de boa governança (ESG), procurando melhorar os impactos nas esferas ambientais e sociais desta Instituição, numa ótica de sustentabilidade (e não totalmente desligada dos princípios que levaram à sua fundação).

A CEMAH continuará, igualmente, a encetar esforços numa exposição pedagógica da realidade açoriana e do papel que ocupa e da sua obrigação moral de contribuir para a bancarização e literacia financeira da geografia em que opera, assumindo essa missão, nomeadamente em prol das comunidades mais afetadas pela desertificação bancária que se vive na região.

É incontestável que 2023 foi um ano singular, marcado pela política do BCE para o setor, com sucessivos aumentos de taxa de juro, o que nos permitiu situar a margem financeira em níveis jamais alcançados. O objetivo desta abordagem foi, naturalmente, o de ativar a política monetária no combate à inflação, que, em determinados países, ascendeu aos dois dígitos – algo impensável, com a implementação do Euro, mas que, efetivamente aconteceu, pelas razões que são sobejamente conhecidas. Esse travão, por via do aumento dos juros, revelou-se muito eficaz no combate à inflação, tendo, igualmente contribuído para os resultados de exploração historicamente elevados que se registam e que, aliás, foram transversais a todo o sistema bancário.

A CEMAH não foi, pois, exceção, atingindo um *record* de cerca de 6,6M€ de resultados líquidos, conforme acima exposto e, assim sendo, é o nosso entendimento que se encontram reunidas todas as condições para a CEMAH poder assegurar a distribuição de 1 milhão de Euros ao seu acionista único (por enquanto), a SCMAH, volvidos sete anos de sucessivas capitalizações, que não nos permitiram a atribuição de qualquer dividendo à nossa entidade titular. Assim sendo, a CEMAH procedeu já à entrega ao Banco de Portugal de um projeto de distribuição de dividendos, o qual aguarda despacho do Supervisor.



Em suma, ao longo dos anos muito mudou, nomeadamente em termos dos contextos socioeconómicos com que nos vimos deparando, das obrigações regulamentares e dos quesitos dos nossos clientes, cada vez mais informados e exigentes – o que permanece, todavia, é o nosso compromisso e motivação para continuar a responder e a superar aos desafios da atual conjuntura, promovendo o desenvolvimento desta Instituição, em todas as suas dimensões, para que possamos continuar a servir o povo açoriano com a transparência e proximidade que sempre nos caracterizaram e consolidar a nossa posição enquanto importante agente económico na Região, sem, para isso, descurar o nosso papel no apoio à economia social, que prezamos e nos é intrínseco, desde a nossa génese.

Concluo com uma palavra de agradecimento, em primeiro lugar, à nossa entidade titular, a SCMAH, através dos seus órgãos sociais e na pessoa do Sr. Provedor, Dr. António Bento Fraga Barcelos, pelo permanente apoio a esta Instituição, mesmo nos períodos mais desafiantes da nossa atividade; aos colegas do Conselho de Administração, com quem a CEMAH (e eu próprio) pode sempre contar na prossecução de todos os seus objetivos, sem que para isso se descure a gestão sã e prudente da Instituição; ao Conselho Fiscal, pelo adequado desafio do órgão de administração, como é, de resto, o seu apanágio, sempre, numa ótica de independência, mas também de colaboração; e aos nossos colaboradores, pelo permanente esforço e dedicação a esta Instituição.

Agradeço, também, ao Regulador, ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, aos consultores, às entidades oficiais e a todos os nossos parceiros, por mais um ano de colaboração, que muito contribuiu para o robustecimento desta nossa Instituição e para a garantia de que nos encontramos, hoje, na melhor posição possível para poder servir os nossos clientes.

E é, de resto, a estes, os nossos clientes, que deixo o nosso principal agradecimento, pois só a sua confiança permanente, mesmo nos últimos anos, que foram particularmente atípicos, nos permite assumirmo-nos como uma instituição de referência da Região. Comprometemo-nos, como sempre, a continuar a privilegiar a transparência, solidez e rigor, que sempre nos caracterizaram.

António Maio



# CONTEXTO, CRONOLOGIA



## A CEMAH EM 2023

<i>'V Edição do Concerto de Ano Novo', Igreja da Misericórdia, Angra do Heroísmo</i>	Janeiro
Assembleia Geral de Constituição da Comissão de Remunerações	Fevereiro
Assembleia Geral de aprovação de contas de 2022 Reunião do Conselho de Administração com a Direção Comercial e Gerentes Reunião anual do Banco de Portugal com LSI	Março
127.º aniversário da CEMAH	Abril
Reunião de Gerentes Reunião da Gestão de Topo	Maiο
Lançamento da comercialização de Seguros de Saúde Participação na 'Feira Agrícola Açores', Angra do Heroísmo Registo (provisório) da operação de fusão por incorporação da Caixa Económica do Porto	Junho

# E DESTAQUES

Julho	Lançamento do livro <i>"A terra tremeu em São Jorge – 1964"</i> , balcão de Velas
Agosto	Participação no <i>'Festival Folk Azores'</i> , Angra do Heroísmo
Outubro	Protocolo Comercial – Incubadora de Empresas do Município da Ribeira Grande Protocolo <i>'Programa Capital Participativo Açores I'</i> Participação no <i>'Azores Bravos Trail'</i> , Angra do Heroísmo Participação no <i>'23.º AngraJazz - Festival Internacional de Jazz de Angra do Heroísmo'</i> Participação no <i>'Invest in Azores Summit'</i> , Ponta Delgada Participação no <i>'Smart Summit Lagoa'</i> , Lagoa Participação <i>'Investimentos PRR nos Açores: Dois anos de Resultados'</i> , Ponta Delgada
Novembro	Reunião de Gerentes Reunião da Gestão de Topo Protocolo <i>'Linha de Apoio ao Turismo + Sustentável'</i> , com o Banco Português do Fomento Participação no Simpósio <i>'Dia do Cuidador - Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande'</i>
Dezembro	Assembleia Geral de aprovação do Programa de Ação e Orçamento 2024 Participação do Presidente do Conselho de Administração na Reunião da APB Participação <i>'IX Concurso Micaelense Holstein Frísia de Outono'</i> , Ribeira Grande

# CONTEXTO, CRONOLOGIA



## INDICADORES RELEVANTES

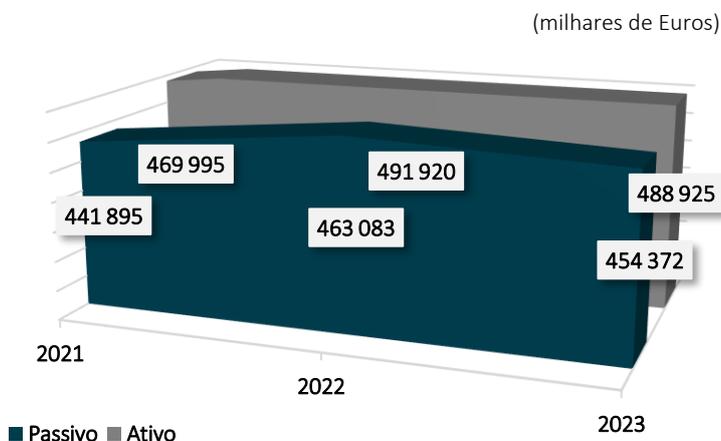
		2023	2022	Var %
<b>Dimensão</b>	Ativo Líquido (m.Euros)	488 925	491 959	- 0,62%
	Colaboradores ativos	134	130	3,08%
	Balcões	14	14	-
<b>Atividade</b>	Crédito bruto a clientes (m.Euros)	273 853	267 440	2,40%
	Recursos de clientes (m.Euros)	444 520	456 745	- 2,68%
<b>Capital</b>	Rácio de Fundos Próprios Totais	15,32%	16,02%	- 4,36%
	<i>Tier I</i>	14,31%	14,76%	- 3,05%
	Rácio <i>Common Equity Tier I</i> (CET I)	14,31%	14,76%	- 3,05%
<b>Qualidade de Crédito</b>	Rácio de NPL <sup>1</sup>	5,43%	7,78%	- 30,21%
	Imparidade/Exposição Total	3,03%	2,50%	21,34%
<b>Rendibilidade</b>	Produto Bancário (m.Euros)	18 975	9 422	101,39%
	Resultado Líquido (m.Euros)	6 657	380	1 650,24%
	Resultado antes de impostos/Ativo líquido	1,67%	0,09%	1 738,05%
	Resultado antes de impostos/Ativo líquido médio	1,67%	0,09%	1 690,75%
	Produto Bancário/Ativo líquido	3,88%	1,92%	102,64%
	Produto Bancário/Ativo líquido médio	3,87%	1,96%	97,43%
	Resultado antes de impostos/Capitais próprios	23,64%	1,55%	1 424,57%
	Resultado antes de impostos/Capitais próprios médios	25,77%	1,58%	1 529,83%
<b>Eficiência</b>	<i>Cost-to-income</i>	48,99%	88,39%	- 44,57%
	Custos com o pessoal/Produto bancário	25,18%	45,25%	- 44,34%
<b>Transformação e Liquidez</b>	Rácio de transformação	59,81%	57,19%	4,59%
	<i>Liquidity Coverage Ratio</i> <sup>2</sup>	357,18%	388,77%	- 8,13%
	<i>Net Stable Funding Ratio</i> <sup>3</sup>	179,40%	195,25%	- 8,12%

<sup>1</sup> Do inglês, *Non-Performing Loans*.

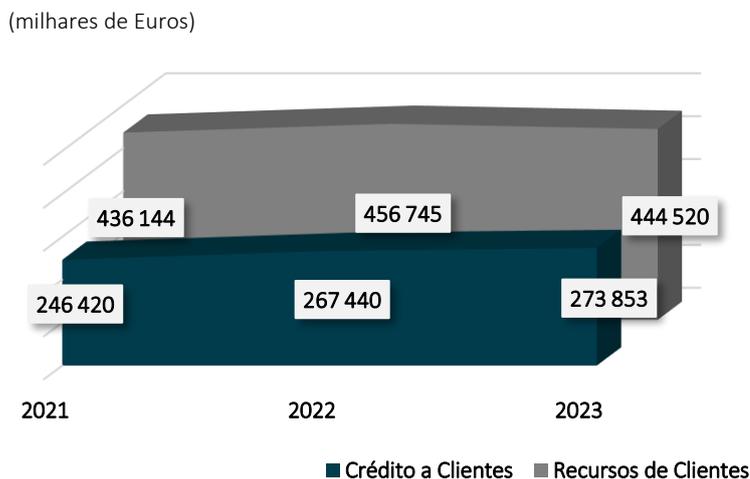
<sup>2</sup> Não traduzido, por se tratar de um conceito regulamentar, comumente aceite, na mensuração da cobertura e sustentabilidade dos níveis de liquidez.

# E DESTAQUES

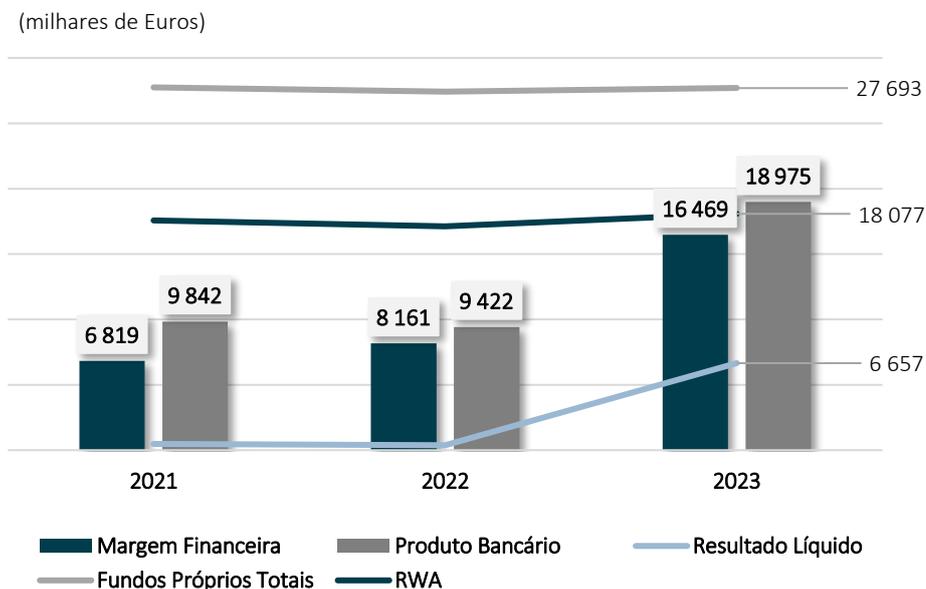
## ATIVO VERSUS PASSIVO



## CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES



## MARGEM FINANCEIRA E PRODUTO BANCÁRIO VERSUS TENDÊNCIA DE RESULTADO LÍQUIDO, FUNDOS PRÓPRIOS E RWA<sup>3</sup>



<sup>3</sup> Do inglês *Risk-Weighted Assets*, os Ativos Ponderados pelo Risco.

# CONTEXTO MACROECONÓMICO

## GLOBAL

De acordo com a OCDE, os anos mais recentes têm sido marcados por múltiplos acontecimentos globais, como choques externos, a crise pandémica, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e, mais recentemente, a escalada das tensões geopolíticas no Médio Oriente, representando testes à resiliência e à resposta económica e governativa dos países.

Quanto ao quadro de governação económica da União Europeia, foram expressas preocupações de que as discussões em curso sobre as regras orçamentais possam implicar um vácuo para 2024, uma vez que o Pacto de Estabilidade e Crescimento ainda não foi substituído por novos regulamentos (veja-se que essas regras estiveram suspensas de aplicação desde a pandemia da COVID-19 e a sua reformulação aguarda ainda um entendimento entre as principais potências da União Europeia). Tal pode indiciar, conforme preocupações levantadas no seio do BCE, que a política orçamental atual arrisque ir numa direção contrária à disciplina orçamental, uma vez que uma potencial prossecução dos desvios à consolidação orçamental pode colocar em causa os efeitos pretendidos relativamente à pressão que os juros elevados do BCE estão a fazer sobre as famílias, as empresas e os Estados.

Ao longo de 2023 (tendência que se mantém no início de 2024), verificou-se um alívio de pressões inflacionistas. Note-se que o BCE decidiu, em outubro, parar com o ciclo de subida dos juros que iniciara em julho do ano anterior. A opção por uma pausa foi tomada por unanimidade, depois de, na reunião anterior, a 14 de setembro, ter decidido por mais um aumento dos juros em 25 pontos-base, elevando a taxa de refinanciamento dos bancos para 4,5% e a taxa de remuneração dos depósitos no BCE para um máximo histórico de 4%. Concluía-se, assim, um ciclo de 15 meses, dez subidas consecutivas, num total de 450 pontos base. Não obstante, a paragem foi acompanhada pela reafirmação de que os juros permanecerão em terreno significativamente restritivo (bem acima da inflação) pelo tempo que for necessário, tendo havido, contudo, uma alteração nas expectativas sobre o comportamento da curva dos juros, dada a evolução de uma trajetória das taxas de juro em forma de “corcunda” – que os modelos macroeconómicos tendem a prescrever como ótima – para um perfil mais plano, com um primeiro corte mais tarde na taxa de remuneração da facilidade permanente de depósito.

Apesar de um impacto inicial lento, a crescente restritividade da política monetária, a redução das pressões acumuladas e dos estrangulamentos no abastecimento, resultaram numa gradual redução da inflação, no decorrer do ano, descendo para 2,4% em novembro de 2023, e apesar de ser expectável uma ligeira subida no curto prazo, devido a uma subida da inflação dos preços dos produtos energéticos, espera-se que o processo desinflationista prossiga. Assim, projeta-se que o IHCP médio, que apresentava um valor de 8,4% no final de 2022, se fixe em 5,4% em 2023, e 2,7%, 2,1% e 1,9%, para o triénio seguinte, ancorando assim as expectativas de médio prazo do BCE no objetivo alvo de 2% para a inflação. A juntar às políticas restritivas, a fraca confiança e perdas de competitividade generalizadas resultaram num enfraquecimento da economia da Zona Euro, no segundo semestre de 2023, tendo a economia alemã encolhido 0,3% em 2023, e apenas escapando a um cenário de recessão, uma vez que para tal é necessário verificar-se dois trimestres consecutivos de contração económica. De um modo geral, o crescimento real médio anual do PIB deverá abrandar de 3,4% em 2022 para 0,6% em 2023.

Mesmo tendo como pano de fundo um processo claro de desinflação (de redução do ritmo de inflação) em 2023 e da sua continuação, expectável, em 2024, a palavra de ordem do BCE continua a ser “não declarar vitória sobre a inflação”, o que tem sido repetido sistematicamente por Christine Lagarde, a presidente do banco central, que tem vindo também a repetir que é prematuro iniciar esse debate, mantendo a porta aberta para novas subidas dos juros, se os dados da evolução da inflação (um regresso do surto inflacionista) o exigirem e se a transferência da política monetária para a economia real não se verificar estar a ser suficientemente contracionista. Esse posicionamento tem trazido, inevitavelmente, uma miríade de leituras pelos mercados, sobretudo, quando o inquérito do BCE junto de analistas monetários vem apontar para um primeiro corte das taxas só em setembro do próximo ano - muito mais tarde do que os mercados de futuros nos Estados Unidos preveem para um primeiro corte pela Reserva Federal norte-americana em maio de 2024.

Estes e outros fatores externos ampliaram os riscos orçamentais, podendo ter implicações para a sustentabilidade das finanças públicas, sendo que o abrandamento da economia em 2023 se verificou, conforme preconizado, mas não nos níveis que se estimavam.

A transmissão do alívio das pressões inflacionistas, principalmente das oriundas do exterior, à componente de energia dos preços no consumidor observou-se desde início de 2023 e tornou-se mais abrangente ao longo do ano. Contudo, as pressões inflacionistas internas – visíveis, por exemplo, no mercado de trabalho e na dinâmica das variáveis da procura – têm sido mais persistentes, com repercussão na componente dos serviços dos preços no consumidor.

O próprio Governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, veio tecer críticas à política do BCE, demonstrando preocupação com o facto de uma subida tão rápida das taxas de juro não ter permitido aos agentes económicos terem "tempo para se ajustarem" e lançando o alerta de que se devem esperar ainda muitos danos das medidas de combate à inflação, pois nunca o Banco Central Europeu aumentou as taxas de juro tanto em tão pouco tempo.

Todavia, na perspetiva do Governador do Banco de Portugal, Portugal e a economia portuguesa têm feito um caminho importante, destacando a estabilidade financeira (visível em indicadores como redução do custo da dívida e melhoria do 'rating' de Portugal) e o aumento das qualificações da população.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) afigurou-se como uma peça fundamental no quadro estratégico do país, designadamente no impulsionamento da recuperação económica e na promoção de resiliência face a choques futuros. Como tal, a execução eficaz do PRR tem-se verificado uma prioridade, visando maximizar o impacto das reformas e dos investimentos nos setores chave da economia, através dos eixos e projetos estratégicos delineados no plano – a transição digital, a transição energética, a qualificação e inclusão social têm sido alvos prioritários de investimento, com progressos visíveis na implementação de reformas estruturais e projetos de infraestrutura, bem como a digitalização, o desenvolvimento de redes de energia renovável e a promoção da formação profissional são exemplos de áreas em que se têm registado avanços significativos –, tendo o Governo da República trabalhado em estreita colaboração com as instituições europeias para garantir a utilização eficiente dos fundos disponíveis e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

No entanto, apesar dos progressos alcançados, persistem desafios em termos de execução do PRR, quer em termos de eficácia, quer de eficiência, como sejam questões relacionadas com a burocracia administrativa, a capacidade de absorção de fundos e a coordenação entre os diferentes níveis de governação.

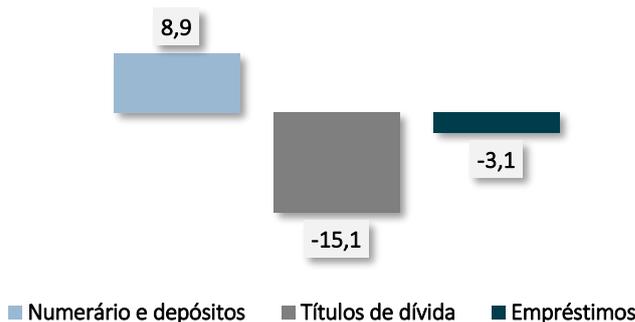
No conjunto do ano 2023, o PIB registou um crescimento de 2,3%, em volume, após o aumento de 6,8%, em 2022, o mais elevado desde 1987. A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, embora inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida também foi positivo em 2023, mas menos intenso que no ano anterior, tendo as exportações e as importações de bens e serviços em volume desacelerado significativamente. Pôde ainda verificar-se que, no 4.º trimestre de 2023, o PIB cresceu 2,2%, em termos homólogos, e 0,8%, em cadeia. Em termos nominais, o PIB aumentou 9,7%, em 2023, atingindo cerca de 266 mil milhões de euros.

No mercado de trabalho nacional verificam-se alguns sinais de alerta. No fecho de 2023, os dados apontam para uma taxa de desemprego de 6,5%, representando um aumento de 0,4 pontos percentuais face ao ano de 2022, mas, ainda assim, ficando aquém das projeções do Governo, que apontavam para uma taxa de 6,7% no país. A média da população empregada aumentou 2% em relação a 2022, atingindo o valor mais elevado desde 2011, contudo, verificou-se também um aumento da população desempregada em 8,6%, interrompendo, assim, o ciclo de quedas iniciado em 2014.

A dívida pública, por sua vez, indicador de referência para os mercados financeiros, quebrou a meta dos 100% do PIB um ano antes do previsto, tendo atingido o valor de 98,7%, valor que compara com os 112,4% verificados em 2022. Trata-se do rácio de dívida mais baixo desde 2009. Esta queda em percentagem do PIB foi também acompanhada por uma descida real do valor em dívida, na ordem dos 9,4 mil milhões de euros, para os 263 mil milhões de euros.

Veja-se a variação do valor da dívida por instrumento:

### Dívida pública Variação por instrumento (%)



Fonte: Banco de Portugal

Portugal deixa, assim, de fazer parte do grupo de países da União Europeia cuja dívida representa mais de 100% do PIB, grupo em que durante muitos anos esteve colocado, sendo a sua dívida pública em percentagem do PIB inferior à de países como a Grécia, Itália, França, Espanha e Bélgica. Este aproximar da média europeia, certamente resultará num crescimento da confiança dos mercados financeiros face à dívida nacional.

O final de 2023 é ainda, inevitavelmente marcado pela demissão do primeiro-ministro, apresentada a 7 de novembro de 2023, tendo o Presidente da República optado por convocar eleições antecipadas. Ainda assim, e de modo a que fosse mantida a estabilidade e o “normal” funcionamento do país, a demissão do primeiro-ministro (e conseqüente dissolução do Parlamento) só foi formalmente aceite após discussão e aprovação do Orçamento de Estado para 2024.

## REGIONAL E IDIOSINCRÁTICO

Num contexto político mais amplo, o desempenho do Governo Regional dos Açores tem sido, desde 2020, influenciado pela dinâmica das relações com o Governo da República, na procura de um equilíbrio entre as necessidades regionais e as políticas nacionais.

Sendo certo que Plano de Recuperação e Resiliência nos Açores, em particular, veio afigurar-se como uma oportunidade única para impulsionar a recuperação económica e promover uma transformação estrutural rumo a uma economia mais resiliente, há que reconhecer que a sua execução enfrentou desafios específicos.

Nesse sentido, em novembro de 2023, é publicada a primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2021/A, de 3 de setembro, que estabelece o modelo de governação das reformas e dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência destinados à Região Autónoma dos Açores (PRR-Açores), com o propósito de robustecer a estrutura e operativa subjacentes. Já em dezembro, é assinado o contrato de reprogramação entre a Região Autónoma dos Açores e a Estrutura de Missão “Recuperar Portugal”, do qual resultou um reforço de 145 milhões de Euros (95 milhões para novas obras e 50 milhões destinados a fazer face aos aumentos dos custos da inflação), passando o volume total de apoios a ascender aos 725 milhões de Euros; com esse marco, o Presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, admite que a própria execução do plano atinge uma “velocidade de cruzeiro”. De acordo com o Relatório de Monitorização do PRR, com referência ao 4.º trimestre de 2023, foi alcançado um nível de execução de 65% das metas programadas, o que reflete “um bom nível de execução global dos investimentos”, ainda que se continuem a registar alguns “constrangimentos”.

Foi ainda, anunciado processo de recapitalização das empresas através do Fundo de Capitalização das Empresas dos Açores, no âmbito do investimento Recapitalizar o Sistema Empresarial dos Açores, que, com uma dotação de 125 milhões de euros, contempla a participação em operações de capitalização de empresas viáveis com potencial de crescimento em setores estratégicos e com orientação para mercados externos.

É neste contexto que, o Indicador de Atividade Económica<sup>4</sup> (IAE), em dezembro de 2023, ascende a uma variação de 1,4% face ao mês homólogo do ano anterior. Este valor representa uma diminuição para

<sup>4</sup> O IAE-Açores é um indicador composto coincidente, construído para acompanhar a evolução do estado geral da economia regional no curto prazo, a partir de séries de referência escolhidas como *proxy* da atividade económica regional, pelo que, na análise dos resultados, dever-se-á ter presente que não é pretendida a medição da variação

metade do valor registado em dezembro de 2022 e simultaneamente posiciona-se abaixo do valor registado em dezembro de 2019, ou seja, no período pré-pandemia. Veja-se a evolução o IAE nos últimos quatro anos:

### Evolução do IAE-Açores 2020-2023 (%)



Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

A taxa de inflação média dos últimos 12 meses na Região Autónoma dos Açores subiu para 4,85%, no final do 4.º trimestre de 2023, comparando com os 5% registados no período homólogo de 2022. As classes que apresentaram maiores variações médias positivas foram os Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas; Hotéis cafés e restaurantes; Equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação; e Comunicações. Apenas a classe de Vestuário e calçado apresentou variação média negativa.

A inflação média subjacente<sup>5</sup> fixou-se em 4,90%, no final de 2023. Verifica-se, ainda, que o cabaz de bens e serviços analisado pelo Índice de Preços no Consumidor está mais caro cerca de 1,87% do que no mesmo momento do ano anterior.

Quanto ao Indicador do Consumo Privado<sup>6</sup> (ICP) registou-se, em termos homólogos, um acréscimo de 0,2%, suportado nas variações homólogas positivas em grande parte das séries que constituem o ICP-Açores, sendo as mais expressivas verificadas nas séries Transportes marítimos e Gasolina (sem chumbo 95/98). Em sentido inverso, foram registadas variações homólogas negativas nas séries dos Serviços Multibanco (pagamentos de serviços em caixas automáticos) e Automóveis novos ligeiros de passageiros vendidos. Veja-se a evolução do ICP nos últimos 4 anos:

### Evolução do ICP-Açores 2020-2023 (%)



Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

A taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores foi estimada em 6,6% no 4.º trimestre de 2023, o que representa um acréscimo homólogo de 1,4 p.p. no trimestre de referência e de 0,9 p.p. em relação ao trimestre anterior.

A população empregada por setor de atividade principal decresceu no setor primário e no setor secundário, respetivamente, - 6,3% e - 0,5%, tendo apresentado um acréscimo ligeiro no setor terciário,

infra-anual do PIB, mas sim o “estado geral da economia”, devendo-se aferir, sobretudo, sobre a evolução em termos de acelerações, desacelerações e pontos de viragem (e não o seu valor propriamente); os valores são ajustados da sazonalidade, calibrados pela variação do PIB e alisados pelo método de médias móveis de 3 meses.

<sup>5</sup> Inflação total, excluindo os produtos alimentares não transformados e os produtos energéticos, com o objetivo principal de eliminar algumas das componentes mais expostas a “choques” temporários;

<sup>6</sup> O ICP-Açores é um indicador coincidente, divulgado mensalmente, com um prazo médio de 45 dias sobre a realidade económica a que respeita, com análise evolutiva em termos reais e homólogos, não devendo ser interpretado como a taxa de variação homóloga do consumo privado, mas sim como indicador de tendência; é efetuado um alisamento das séries através da média móvel ponderada e centrada de 7 meses das taxas de variação homóloga do indicador do consumo, calculado em volume, precisamente para evidenciar o efeito de tendência.

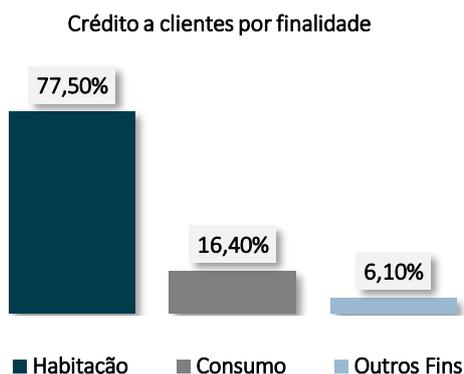
## SETORIAL

na ordem dos 0,5%. Quanto à taxa de atividade (16-64 anos), por sua vez, ascendeu aos 69,2%, o que configura um decréscimo de 0,1 p.p. face ao trimestre homólogo.

À semelhança do sucedido a nível nacional e apesar dos diferentes motivos, também o Governo da Região Autónoma dos Açores viu o seu período governativo antecipadamente terminado, devido ao chumbo do Orçamento dos Açores para 2024, tendo o Presidente da República convocado eleições antecipadas para o dia 4 de fevereiro. Apesar de, à data de redação deste documento, a eleições já terem acontecido, não é claro ainda que, das mesmas, resulte uma solução que garanta uma governação estável para os próximos anos.

O ano de 2023 trouxe ao sistema bancário nacional um aumento significativo da rentabilidade, explicado, fundamentalmente, pelo aumento da margem financeira, refletindo o contexto de normalização da política monetária e de subida de taxas de juro. Apesar do efeito positivo deste contexto, também esse foi responsável pelo aumento dos custos operacionais, dos impostos sobre os lucros, e, sobretudo, pelo aumento das provisões e imparidades. Ainda assim, os bancos registaram uma melhoria dos rácios de eficiência, registando um *cost-to-income* médio do sector inferior a 40%.

O sector também assistiu a reduções generalizadas no seu balanço. Observou-se uma diminuição dos depósitos de clientes, sobretudo particulares, que em parte foram utilizados na amortização de empréstimos à habitação e, também, transferidos para os certificados de aforro, principalmente durante o primeiro trimestre do ano. Esta redução dos depósitos de clientes também provocou uma diminuição do ativo total, sobretudo devido à redução dos valores de caixa e liquidez disponível. Os empréstimos a clientes continuaram a reduzir devido à diminuição da confiança dos consumidores. Veja-se abaixo a distribuição do crédito a clientes por finalidade:



Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

A banca portuguesa viu a sua solvabilidade reforçada, devendo-se, em grande parte, à retenção de lucros, com o rácio *Common Equity Tier 1* a subir 1 ponto percentual face a dezembro de 2022, fixando-se em 16,4% a setembro de 2023. Também o rácio de alavancagem aumentou para 7,2%, permanecendo num nível consideravelmente superior ao mínimo regulamentar de 3%.

As perspetivas de menor dinamismo da atividade económica, conjugadas com taxas de juro elevadas, situação essa que poderá ser agravada pelas tensões geopolíticas globais, vêm aumentar os riscos para a estabilidade financeira, de acordo com o *Relatório de Estabilidade Financeira – Novembro 2023*<sup>7</sup> do Banco de Portugal:

- a. Pressão acrescida sobre as contas das administrações públicas – o abrandamento mais intenso da atividade económica, conjugado com a inversão do ciclo de redução das despesas com juros, num quadro de ainda elevado endividamento, podem colocar pressão sobre as contas das administrações públicas (acresce que, num contexto de gradual redução do balanço do Eurosistema, potenciais impactos adversos sobre a procura de dívida pública nacional poderão materializar-se);
- b. Aumento do incumprimento das famílias mais vulneráveis, num contexto de inflação ainda elevada, de taxas de juro de curto prazo mais altas e de potencial agravamento da taxa de

<sup>7</sup> À data de fecho do relatório não existiam dados disponíveis com referência ao 4.º Trimestre.

desemprego – dada a elevada proporção de empréstimos à habitação com taxa variável, a rápida subida das taxas de juro traduziu-se num aumento dos encargos com a dívida;

- c. Dificuldade das empresas para assegurar o serviço de dívida – em particular para as mais vulneráveis, condicionadas pela persistência de um elevado custo de financiamento perante as expectativas de moderação do crescimento económico, ainda que se note uma diminuição do endividamento das empresas e o aumento da autonomia financeira observados desde a crise da dívida soberana contribuem estruturalmente para a sua resiliência;
- d. Correção de preços no mercado imobiliário residencial, potenciada pela concretização do cenário macroeconómico descrito – uma vez que existe uma exposição significativa do sistema bancário ao mercado imobiliário residencial, a sensibilidade a uma desvalorização do colateral dos empréstimos à habitação não é negligenciável para as suas carteiras.

Na prática, o principal fator de risco para o sistema bancário português é um potencial abrandamento mais significativo da atividade económica que possa estar associado a novas pressões inflacionistas que, por sua vez, justifiquem a manutenção da restritividade da política monetária por um período mais prolongado. A concretização de um cenário desta natureza tenderá a potenciar a materialização do risco de crédito de empresas e particulares.

Dadas as circunstâncias de contexto, tal não obstou a que o Banco de Portugal tivesse vindo tomar medidas adicionais, tanto do ponto de vista de supervisão como de política macroprudencial, a par da manutenção de políticas prudentes de constituição de imparidades e de conservação de capital, como sejam: (i) a pressão para que parte dos lucros gerados (continuasse) a ser utilizada para aumentar a sua resiliência, tendo em conta os riscos existentes – com destaque para o risco de taxa de juro na carteira bancária; (ii) a imposição de que se adequassem as condições dos empréstimos à capacidade de pagamento dos devedores, mantendo uma adequada avaliação de risco – medida preventiva sobre o aumento do incumprimento das famílias, bem como para fazer face à dificuldade das empresas em assegurar o serviço de dívida; (iii) a introdução de uma reserva de natureza preventiva para risco sistémico setorial (direcionada para potencial deterioração das condições económicas e/ou correção significativa inesperada dos preços do mercado imobiliário residencial); e (iv) a pressão supervisiva sobre a digitalização e a transição climática nas análises de risco das Instituições.

Pode, portanto, concluir-se que os bancos portugueses têm reforçado capital e liquidez, o que permite um incremento na sua capacidade de absorver eventuais perdas decorrentes de uma situação económica e financeira menos favorável e manter o financiamento à economia – com condições para recorrer também a financiamento junto do Banco Central Europeu e do mercado, se necessário –, conforme tem vindo a ser almejado pelo Supervisor, com pressões regulamentares de capitalização.

# ESTRATÉGIA

## PLANO ESTRATÉGICO 2023-2025

Embora o processo de planeamento estratégico da Instituição, concretizado em junho de 2022, pudesse não ter tido lugar no ambiente mais propício, durante a transição de ciclos de administração, verifica-se em 2023 que as orientações traçadas para o triénio 2023-2025 se mantêm perfeitamente atuais e condizentes com o percurso que a Instituição pretende trilhar.

Por memória, esse processo trouxe uma redefinição da sua visão, numa concretização natural da sua forma de atuação inclusiva e persistente, ainda que se mantendo a sua missão secular e valores intrínsecos à sua atuação:

**Missão**



- Criação de valor para o **cofinanciamento da obra assistencialista e promoção dos nobres fins de solidariedade social da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo**
- Missão de **solidariedade**, ao garantir o **acesso ao sistema financeiro de clientes considerados como “não rentáveis”** pelos critérios utilizados pela generalidade da banca, contribuindo, deste modo, para a dignificação do próprio sistema financeiro regional

**Visão 2025<sup>1</sup>**



CEMAH, o banco de todos, sempre presente

**Valores**

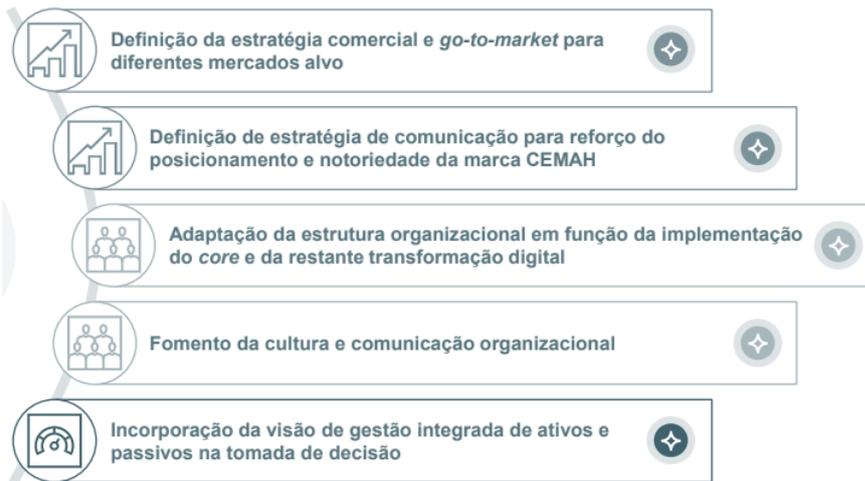


Solidez      Confiança      Rigor      Solidariedade

O Plano Estratégico 2023-2025 encontra-se suportado em 5 (cinco) eixos estratégicos, concretizados em 19 iniciativas, tendo em vista a persecução de 5 (cinco) objetivos:

 Aposta no crescimento sustentável por via de ganhos de escala	 Foco no capital humano como pilar fundamental	 Transformação digital focada na eficiência e na melhoria da experiência do cliente	 Robustecimento das práticas de gestão de ativos e passivos	 Atuação para a transição ESG <sup>1</sup>
Promoção de ganhos de escala e entrega de valor através da expansão da oferta e do serviço prestado ao cliente	Promoção de práticas de gestão de talentos com vista à captação e retenção dos mesmos e otimização da estrutura organizacional	Implementação de ferramentas e automatismos que permitam a eficiência e melhoria da experiência do cliente	Incorporação de visão de gestão integrada de ativos e passivos e redução de exposição a ativos não produtivos	Disseminação de uma cultura de gestão de risco e <i>compliance</i> , e concretização dos princípios de ESG na gestão de negócio e dinamização social e ecológica
<b>+ 7.000</b>	<b>&gt; 15,25%</b>	<b>&gt; 4%</b>	<b>&lt; 75%</b>	<b>4,72%</b>
NÚMERO DE NOVOS CLIENTES	RÁCIO DE CAPITAL TOTAL	RETURN ON EQUITY (ROE)	COST-TO-INCOME	RÁCIO DE NPE

Dos eixos e iniciativas identificados, foi dado enfoque a 5 *Bold Steps*, considerando a prioridade que esses representam, no horizonte 2025, por se configurarem como pilares operacionais fundamentais para garantir o sucesso da persecução e execução da estratégia no curto e médio prazo:

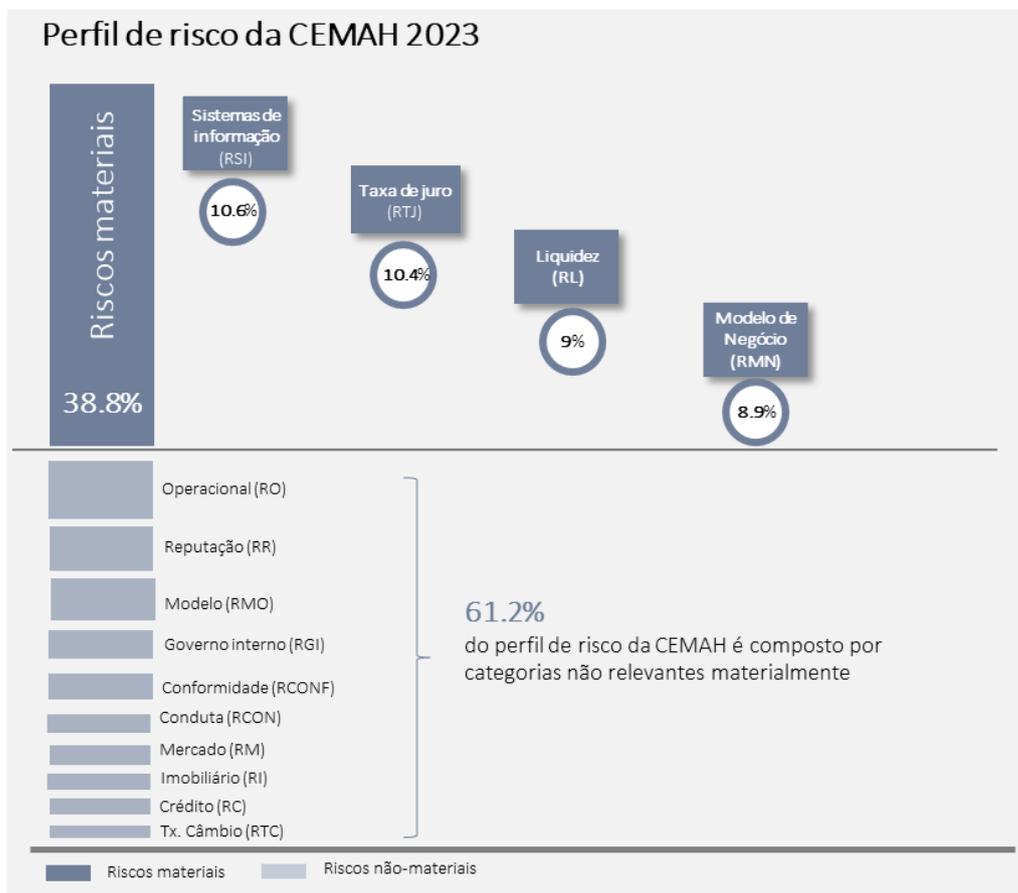


## FRAMEWORK DE RISCO

Em abril de 2023, foi realizado o exercício anual de identificação e avaliação de riscos, o qual tem como ponto de partida a validação do mapeamento de processos e a respetiva validação e confirmação por cada uma das unidades de estrutura responsável pelos mesmos, o levantamento de eventuais fatores de risco adicionais face ao ano anterior, a inventariação de todos os fatores de risco e a avaliação individual da respetiva probabilidade de ocorrência e impacto pelos respetivos owners de cada processo, ou pela Gestão de Topo quando se trate de um processo genérico.

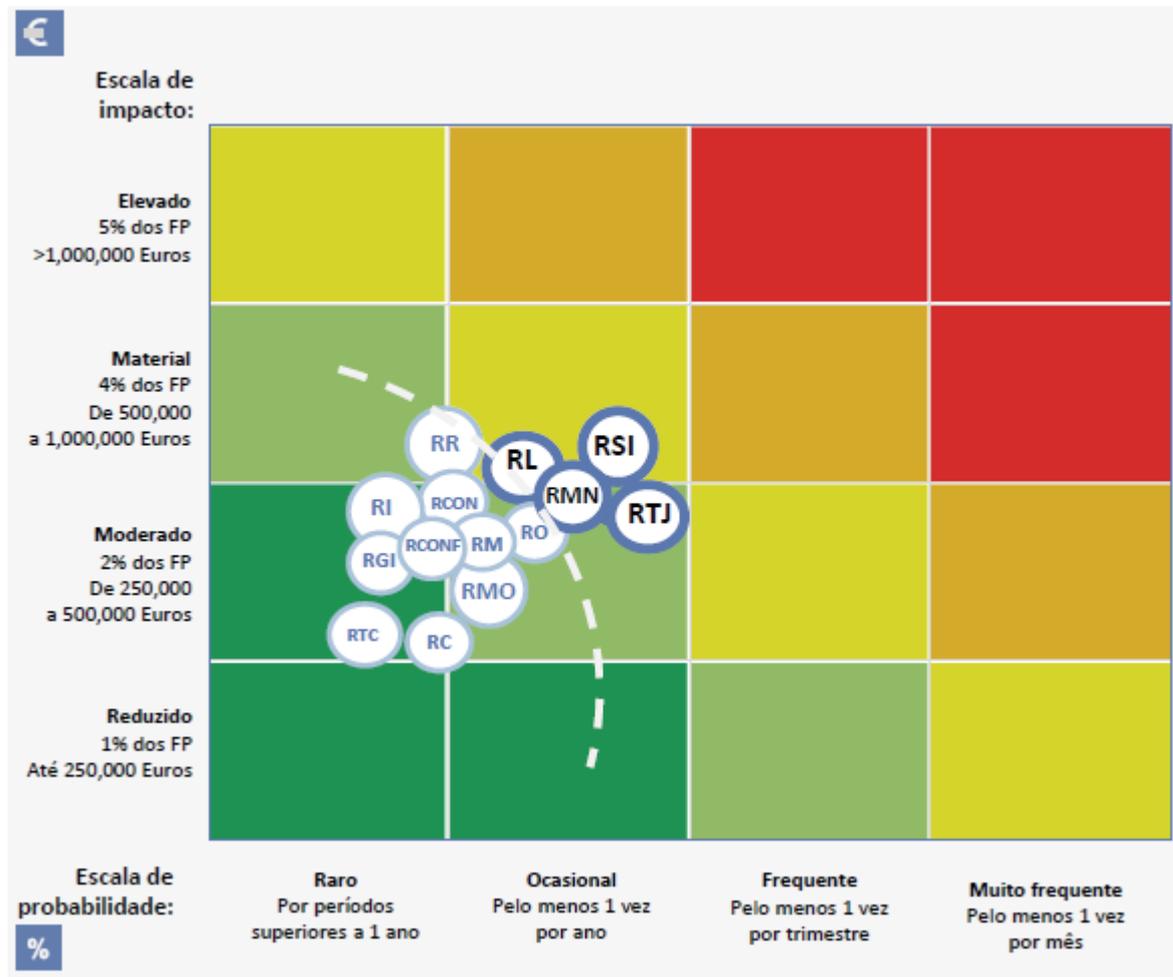
O exercício descrito, após a avaliação dos fatores de risco, culmina na obtenção de uma visão global sobre as principais categorias de risco a que a CEMAH se encontra exposta.

Todos os riscos foram avaliados, de forma sistematizada, quanto à sua probabilidade de ocorrência e impacto, sendo que, daí, resultou o seguinte mapeamento do perfil de risco da Instituição:



No cômputo geral, pode concluir-se que existe uma representatividade superior dos riscos materiais face ao verificado em 2022 (39% face a 22%), passando a ser materiais, além dos riscos de Sistemas de Informação e Taxa de juro, os riscos de Liquidez e Modelo de Negócio, situação diretamente relacionada com a redução de depósitos observada no final de 2022 e início de 2023, para investimento no produto Certificados de Aforro, situação entretanto ultrapassada pelo ajuste nas taxas passivas para retenção dos depósitos de clientes.

Dessa base, resulta ainda a distribuição das categorias de risco da CEMAH, conforme se ilustra, sendo que, para uma visão do panorama geral, importa elaborar um pouco mais sobre aos riscos significativos (ou classificados como materiais):



## RISCO DE TAXA DE JURO

No que concerne a esta categoria, desta feita numa visão baseada no risco, importa salientar que se trata de um risco intrínseco à atividade da Instituição e que resulta das carteiras de crédito, depósitos e de investimentos, quer pelas características/perfil de remuneração, rendimento/*cashflow* e maturidade das diversas posições, quer pela pressão sobre a margem financeira (atual ou previsível) decorrente de limitações ao nível da compensação, natural, entre os ativos e os passivos, sujeitos a indexantes já amplamente abordados.

## RISCO DE MODELO DE NEGÓCIO

Um dos maiores desafios das instituições atualmente (e não apenas da CEMAH) passa por uma essencial integração entre a gestão financeira, de riscos e de capital, quer por via da crescente complexidade do enquadramento legal/regulamentar, quer pela necessidade de se tomarem decisões de forma cada vez mais célere, num contexto macroeconómico e de mercado de rápida evolução.

Nesse sentido, a CEMAH mantém o objetivo de melhorar continuamente a disponibilidade de informação de qualidade sobre os riscos e capital, fator crítico de sucesso na definição, persecução e acompanhamento da estratégia da Instituição, também para reduzir eventuais restrições significativas à sua execução, como é o caso dos objetivos de redução de Exposições Não Produtivas. Não obstante, relativamente a esta categoria, a sua materialidade resulta diretamente dos fatores de risco decorrentes dos compromissos assumidos com o Fundo de Pensões, independentemente do motivo que os origina (e.g. desvalorização dos ativos e aumento súbito das responsabilidades atuariais).

## RISCO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Não negligenciando alguns fatores mais idiossincráticos, todavia não diferentemente da norma do setor, esta categoria continua a representar alguns dos desafios mais materiais, prementes e de difícil resolução por parte das instituições de crédito/financeiras, até pela velocidade com que os sistemas e tecnologias se tornam tão rapidamente obsoletos na sociedade, bem como pelas alterações de paradigma em forma e oferta criadas pelas *fintech* e *big tech*.

Importa referir que a pandemia de COVID-19 elevou as preocupações transversais com esta categoria de risco, colocando num nível superior as exigências de reforço da capacidade, disponibilidade, integridade, funcionalidade e segurança dos sistemas de informação que suportam a atividade da Instituição, e forçando ao robustecimento das práticas internas a esse nível, designadamente em linha com os preceitos previstos nas Orientações EBA/GL/2017/05 relativas à avaliação do risco das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

## RISCO OPERACIONAL

Totalmente relacionado com o risco anterior, são de considerar as restrições ao nível da estrutura de informação e dados, que podem apresentar limitações ao desenvolvimento e das atividades de negócio, suporte e controlo da Instituição.

Por outro lado, a Instituição terá de assegurar um adequado planeamento de recursos, dadas as limitações em número e competências, sobretudo a considerarem-se princípios de redundância, dadas as suas características de dimensão e implantação geográfica.

## RISCO DE CRÉDITO

Sendo materializado, por excelência, como o risco de negócio e postos os objetivos estratégicos de crescimento da carteira de crédito, não obstante o reforço de controlos que tem vindo a ser implementado, existe margem e intenção de consolidar a implementação do modelo de acompanhamento e recuperação de crédito.

## RISCO DE MERCADO

Num contexto de mercados financeiros de elevada volatilidade, são enfatizados os fatores de risco típicos, pelo que a qualidade, resiliência e rentabilidade da carteira e a capacidade para proceder ao acompanhamento intensivo e diligente da mesma, trazem à gestão desta categoria de risco uma perspetiva de mitigação.

Reforça-se, contudo, que a gestão da carteira própria da CEMAH está delegada em contrapartes gestoras, de acordo com as políticas, diretrizes e apetência ao risco formalizadas pelo Conselho de Administração da Instituição, assegurando essa o seu acompanhamento agregado e respetivo tratamento financeiro/contabilístico e prudencial.

## RISCO DE LIQUIDEZ

Não obstante o facto de a CEMAH deter uma posição de liquidez muito confortável, a exposição ao risco de liquidez é inerente ao seu modelo de negócio, uma vez que se financia quase exclusivamente por via dos depósitos de clientes. Em 2023, o acompanhamento deste risco na Instituição evoluiu em resposta à alteração do contexto de mercado, decorrente da subida das taxas de juro de mercado, tendo sido contratadas linhas de crédito junto de outras instituições financeiras, caso se revele necessária a sua utilização no futuro. Importa referir que se concluiu, por via dos testes de esforço realizados, quer no âmbito do ILAAP, quer ao nível do Plano de Recuperação, que a situação de liquidez da CEMAH é robusta e não implica limitações à atividade.

Uma vez concluído o exercício, bem como decorrente da revisão do Plano Estratégico 2023-2025 e respetivo Plano de Negócios, tornou-se natural a revisão e desenvolvimento do quadro de apetência pelo risco, concretizando-se esse na (re)definição e sistematização dos indicadores e limites de risco que a posição de capital e liquidez da CEMAH tem capacidade de absorver, de acordo com a visão da sua Administração, conforme se apresenta de seguida, e resultando na revisão da Política Global de Gestão do Risco (em vigor a 31 de dezembro de 2023):

Indicadores de apetência	Limite de Risco	Nível de Alerta
Fundos Próprios Totais	14,75%	15,25%
RWA / Ativo Total	37,50%	36,25%
RWA Empresas / Ativo Total	8,50%	7,00%
RWA Elementos Vencidos / Ativo Total	5,55%	4,55%
Taxa de intermediação do Balanço	2,00%	2,25%
Crédito a taxa variável / Total de Crédito	90,00%	85,00%
<i>Investment grade</i> (carteira própria)	95,00%	90,00%
RAI carteira própria	EUR 500.000	EUR 350.000
Rácio de NPL	5,00%	7,42%
Rácio de cobertura de NPL	80,00%	75,00%
Rácio de cobertura de Liquidez	155,00%	120,00%
Rácio de financiamento estável	130,00%	120,00%

Esses encontram-se concretizados na dita política e na respetiva *Risk Assessment Statement* (RAS), em cujos princípios estratégicos de apetência ao risco preconizam que:

- (i) ao nível da solvabilidade, o cumprimento dos rácios regulamentares e a obtenção/manutenção de almofada mínima de 0,5 p.p.;
- (ii) no que respeita à liquidez, o cumprimento dos rácios regulamentares e manutenção de excedente confortável, contudo, otimizando a sua gestão; e
- (iii) relativamente à rentabilidade, manter a médio/longo prazo um retorno positivo e crescente do capital, ao nível da média do setor e alinhado com a missão de apoiar o desenvolvimento da RAA e cofinanciar a economia social.

# MODELO DE GOVERNO

Sem perder o foco nos princípios constantes do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, tem vindo a Instituição a consolidar os seus Sistemas de Governo e de Controlo Interno, com um tom transmitido pela dinâmica dos seus órgãos de administração e fiscalização, *top-down*, e alavancada num processo de transformação digital, que, decerto, continuará a exercer uma fricção positiva na sua cultura e práticas, até como motor de desenvolvimento qualitativo na organização. Note-se ainda a preocupação em assegurar uma transição fluida no próximo ciclo de transição de órgãos sociais, designadamente através da revisão da sua política de sucessão e preceitos de operacionalização.

## MISSÃO, VISÃO E VALORES

A missão da CEMAH mantém-se inalterada, sendo alicerçada na criação de valor para cofinanciamento da obra assistencialista e promoção dos nobres fins de solidariedade social da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), a sua Instituição Titular e única acionista. É, também, no âmbito da economia social que a CEMAH reforça a sua missão de solidariedade, ao garantir a inclusão de clientes no sistema financeiro, independentemente do preenchimento de critérios mais convencionais, e contribuindo, deste modo, para a dignificação do próprio sistema financeiro regional.

A visão do órgão de administração da Instituição vem materializar-se, então, de forma cada vez mais tangível, num modelo de negócio que privilegia a “banca de proximidade”, pretendendo demonstrar que a sua missão tem de ser entendida não como um fator limitador, mas antes como um elemento que distingue a estratégia da CEMAH das demais no mercado, quer numa perspetiva de relevância da oferta desse serviço no sistema financeiro, quer pela certeza e conservadorismo na tomada de decisão que advém do conhecimento de cada cliente – particular ou empresa – e de cada contexto.

Não obstante a definição de um Plano Estratégico para o triénio 2023-2025, a solidez, a confiança, o rigor e a solidariedade mantêm-se como os valores que melhor caracterizam a abordagem pela qual se pauta a atuação a Instituição e o seu posicionamento.

## CORPORATE GOVERNANCE

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A., fundada em 1896, é uma instituição de crédito da espécie caixa económica bancária, enquadrada no âmbito da economia social, que adota a forma de sociedade anónima, sendo a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, a sua instituição titular, na medida em que é detentora da maioria das participações e direitos de voto na CEMAH, nos termos da Lei, atualmente única acionista.

## GOVERNO INTERNO

O modelo de governo da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo incide numa Assembleia Geral, num Conselho de Administração, num Conselho Fiscal e num Revisor Oficial de Contas, num modelo monista (v.g. modelo “latino reforçado”), sendo estes eleitos para cada mandato de triénio, conforme as composições abaixo apresentadas.

### Mesa da Assembleia Geral

Eduardo Barbosa do Couto – Presidente

Duarte Rego Pinheiro – 1.º Secretário

Letícia Silveira – 2.ª Secretária

É da competência da Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e, designadamente, deliberar sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais, assim como dar posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

### Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio – Presidente

Maria Laurentina Nunes Mendes – Vice-presidente

Miguel Correia Bendito – Vogal

Compete ao Conselho de Administração assegurar que a CEMAH concretiza toda a sua atividade de negócio em conformidade com o plano estratégico desenvolvido, materializando a visão e missão da Instituição em objetivos concretos e exequíveis, tendo em conta a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e a observância de todos os requisitos legais. É também da sua competência garantir que a atividade da CEMAH é devidamente comunicada a todos os órgãos societários competentes e a todas as entidades externas reguladoras.

### Conselho Fiscal

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro – Presidente

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira – Vogal

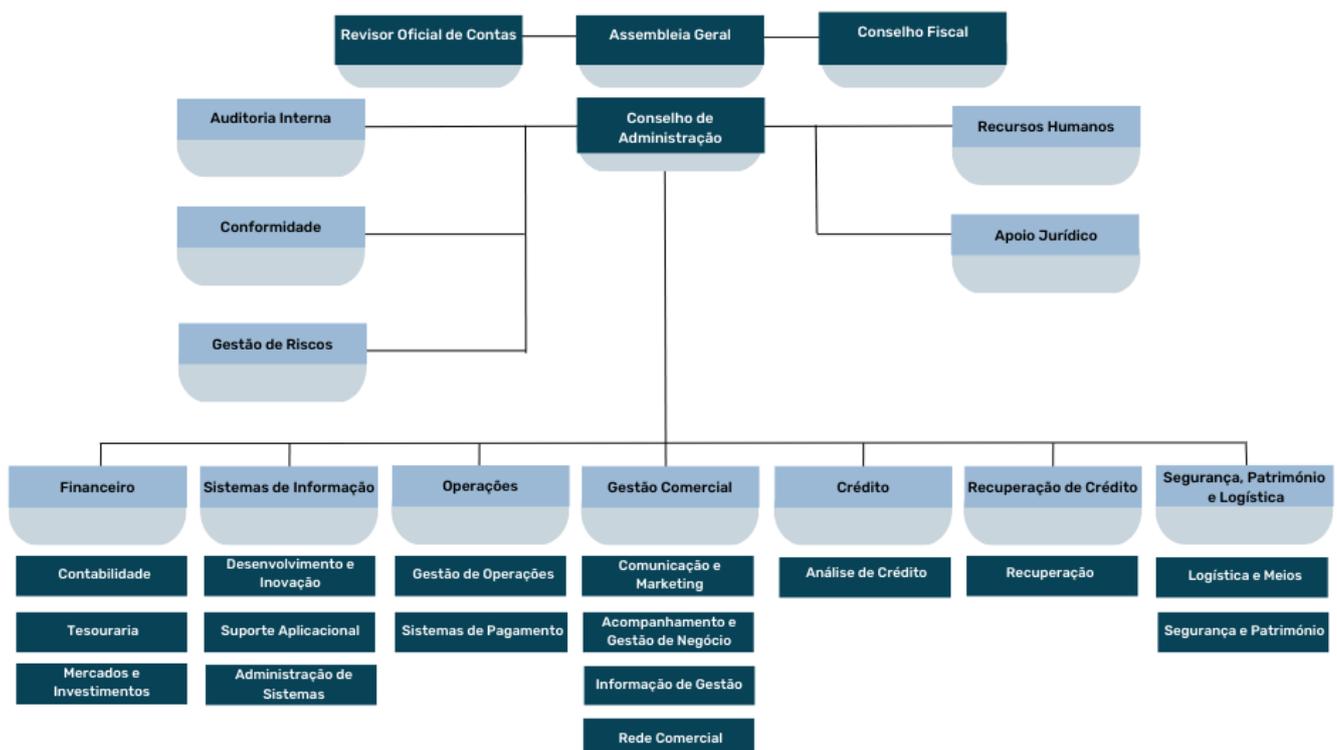
João Guilherme Melo de Oliveira – Vogal

Compete ao Conselho Fiscal a supervisão interna das atividades da CEMAH, em particular a fiscalização da tomada de decisão ao mais alto nível e a verificação do nível de confiança numa gestão sã e prudente da Instituição. Cabe-lhe ainda, nesse âmbito, a pronúncia sobre os atos de gestão mais relevantes, entre outras que tenha por convenientes no âmbito dos poderes e competências instituídos por via legal e estatutária.

### Revisor Oficial de Contas

Na Assembleia Geral de 31 de março de 2022, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., foi nomeada para o exercício de um segundo mandato enquanto Revisor Oficial de Contas efetivo, sendo representada por Paulo Alexandre Rosca Pereira Antunes.

## MODELO ORGÂNICO E FUNCIONAL



# RECURSOS HUMANOS

Em resultado da importância dos colaboradores no sucesso da CEMAH bem como dos novos desafios pós pandémicos, foram definidos pilares estratégicos, com foco na retenção e desenvolvimento de talento, enfatizando a transmissão da cultura da CEMAH, o sentimento de pertença e a comunicação interna.

Assim, em 2023, foi desenvolvido o processo de recolha e acompanhamento dos níveis de satisfação e envolvimento dos colaboradores, incentivou-se a disseminação de diversas comunicações formativas e informativas, que, em conjunto com a intranet, formação e realização de encontros internos, cuja frequência se planeou aumentar, constituíram instrumentos e momentos de divulgação de projetos, experiências, vivências, conhecimentos e boas práticas.

No seguimento das orientações definidas no Plano Estratégico 2023-2025, com vista a analisar o seu posicionamento em termos de Recursos/Capital Humano no seu contexto setorial, regional e nacional, a CEMAH recorreu a consultoria externa especializada – no caso, a Korn Ferry – para a realização de um diagnóstico retributivo; no âmbito desse, encontra-se ainda o suporte na definição de estratégias de atração, gestão e retenção de colaboradores com os perfis mais adequados para assegurar a prossecução da estratégia e fazer face aos desafios da Instituição.

Constituindo uma preferência de muitos dos colaboradores e apresentando-se como um instrumento de facilitação do equilíbrio trabalho/família, manteve-se a possibilidade de realização de trabalho híbrido e teletrabalho (para além das situações já previstas na legislação), nos casos em que as funções e desempenho assim o permitiram. Este modelo assenta na flexibilização e na responsabilização da equipa, funcionando também como fator motivador.

Em 2023, foi, ainda, decidida a atribuição de um subsídio de apoio à natalidade, para além das condições comerciais especiais para colaboradores e das já previstas no Acordo de Empresa, como os SAMS (Serviços de Assistência Médica e de Saúde) e de apoio à infância e estudo, mantendo-se a possibilidade de adesão ao cartão refeição que se revelou ser bastante valorizada pela maior parte dos aderentes.

Procurando incentivar os melhores níveis de desempenho, foi, também, assegurada a aplicação do Modelo de Avaliação de Desempenho da CEMAH que, alinhando, entre outros, os objetivos estratégicos e o cumprimento de procedimentos e normativos, incentivou o *feedback* entre Colaboradores e hierarquias, despertando o compromisso de alcance de metas, não só individuais, como de unidade de estrutura e da CEMAH, como um todo.

Relativamente a formação, durante o ano de 2023, foi feito um investimento significativo que se traduziu em 3.589 horas de formação, assegurando o compromisso com o desenvolvimento continuado de competências.

Para além da formação organizada por cada unidade para os seus próprios colaboradores em áreas temáticas específicas, tentou-se beneficiar das vantagens da formação à distância, tendo o plano de formação, por base, as necessidades identificadas ao nível individual e das unidades de estrutura, considerando as prioridades estratégicas e incidindo sobre Liderança, Regulamentação e respetivas obrigações, Sistemas de Informação, Segurança (física e de informação), Crédito, Seguros e outros Produtos Bancários, Finanças, Gestão e Direito, bem como sobre as áreas de controlo, como a Gestão de Riscos, Conflito de Interesses e Conduta, Branqueamento de Capitais e Auditoria, pelo seu caráter nuclear e transversal.

No âmbito da Saúde, Higiene e Segurança no trabalho, para além das atividades já existentes, foi aprovado o Regulamento de controlo e despiste de álcool e substâncias psicoativas que visa a promoção, prevenção e o tratamento do consumo de álcool e estupefacientes com programas de sensibilização, informação e formação.

### Evolução do Quadro de Colaboradores Ativos

Em 2023 ao contrário da tendência verificada nos últimos anos, houve um aumento do número de colaboradores.

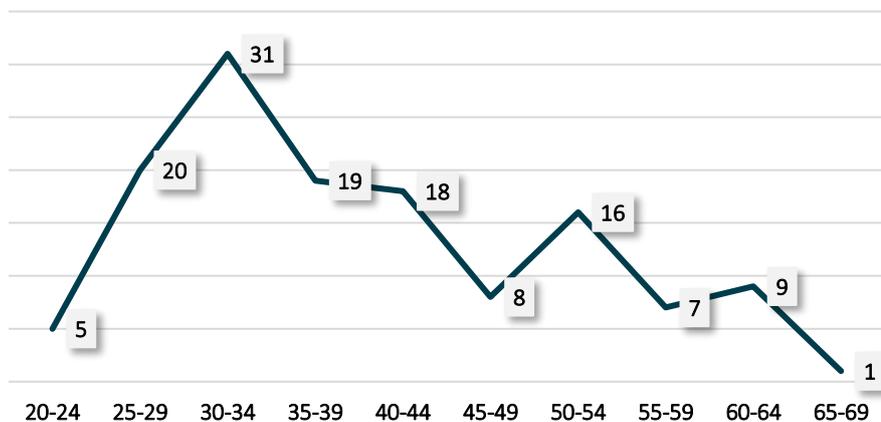
Este aumento foi justificado por 10 cessações de contrato de trabalho e 3 reformas, compensadas, em parte, por 17 admissões na rede Comercial (Ponta Delgada, Ribeira Grande, Praia da Vitória, Madalena e São Roque, Horta, Velas e Centro de Clientes) e Serviços Centrais (Auditoria Interna, Conformidade, Apoio Jurídico, Crédito, Recuperação de Crédito, Operações e Sistemas de Informação); veja-se a decomposição dessas variações em função do cargo, do género e do serviço/balcão.

		2023	2022	Var %
<b>Balcões/ Serviços</b>	Angra do Heroísmo	10	12	-16,67%
	São Mateus	3	3	-
	Biscoitos	2	2	-
	Guarita	3	3	-
	Praia da Vitória	6	5	20,00%
	Calheta	4	4	-
	Velas	4	4	-
	Horta	6	5	20,00%
	Graciosa	6	6	-
	Madalena e São Roque	7	6	16,67%
	Ponta Delgada	5	5	-
	Ribeira Grande	3	3	-
Centro de Clientes	4	4	-	
Serviços Centrais	71	67	5,97%	
<b>Género</b>	Feminino	66	61	8,20%
	Masculino	68	68	-
<b>Cargo</b>	Assistente	17	17	-
	Chefe setor/secção	9	10	-10,00%
	Diretor	6	4	50,00%
	Assistente Comercial	52	52	-
	Gerente	8	8	-
Técnico	42	38	10,53%	
<b>Total</b>		134	130	3,88%

Embora com uma representatividade menor (41% das admissões), os estágios de longa duração promovidos pelo Governo Regional, em 2023, continuaram a ser a uma fonte importante de recrutamento, mantendo um elevado nível de retenção.

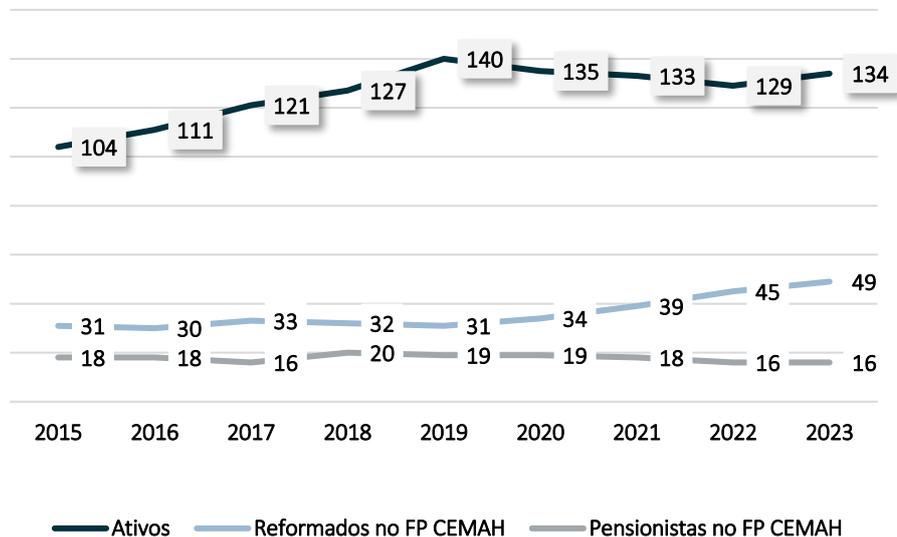
Em resultado das contratações qualificadas, a percentagem de colaboradores da CEMAH com formação superior continuou a aumentar, fixando-se, em 2023, nos 70%.

Conforme tem vindo a ser tendência, quanto à diversidade de género, em 2023, verificou-se uma distribuição muito equilibrada, próxima de 50%, para cada género (49,3%/50,47%).



Em termos etários, em 2023, 56% dos Colaboradores da CEMAH tinham até 39 anos de idade; a média de idades diminuiu para os 40 anos, tal como a média de antiguidades que se situou nos 12 anos.

Número de Trabalhadores - Histórico 2015-2023



Em resultado das reformas por velhice, em 2023, verificou-se um aumento do número de reformados no Fundo de Pensões CEMAH, mantendo-se o número de pensionistas.

# SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Durante o ano de 2023, a CEMAH continuou a encetar os seus melhores esforços no robustecimento de uma cultura institucional marcada pela ética e prudência, que privilegia o controlo interno. Na sequência dos trabalhos iniciados em 2022, no âmbito do plano de ação elaborado em resposta à avaliação da cultura de conduta e conformidade, realizada por uma entidade externa independente, a CEMAH promoveu um conjunto de ações que visaram a contínua sensibilização dos colaboradores, bem como uma discussão ativa das principais conclusões da referida avaliação.

Assim, a CEMAH assegurou, no ano de referência (i) a realização de sessões de *focus group* com os colaboradores dos seus Serviços Centrais; (ii) a realização de uma sessão com os gerentes da Rede Comercial; e (iii) a apresentação, em reunião da Gestão de Topo da CEMAH, das conclusões das sessões e proposta de medidas adicionais a implementar em 2024. A par destas sessões, que se focaram na recolha de *feedback* dos colaboradores, a CEMAH iniciou, ainda, a implementação de uma metodologia mais direcionada para grupos específicos de colaboradores no âmbito da sensibilização e formação. Nesse sentido, as comunicações sobre ética e conduta, de envio trimestral, foram desdobradas em duas versões, uma direcionada para os colaboradores da Rede Comercial e outra para os colaboradores dos Serviços Centrais. Em paralelo, a formação, em regime *e-learning*, sobre o mesmo tema, destinada às novas admissões, foi também dividida em duas versões, com exemplos específicos face às funções dos colaboradores, uma metodologia que deverá continuar em 2024.

No período de referência, a CEMAH assegurou, igualmente, a manutenção do seu normativo interno, nomeadamente, por via da revisão e aprovação de um conjunto de políticas, regulamentos e manuais, numa ótica de melhoria contínua e de promoção da conformidade permanente da Instituição, em que se incluem, entre outros: (i) Código de Conduta, (ii) Política de Governo e Controlo Interno, (iii) Regulamento do Conselho de Administração; (iv) Regulamento da Unidade de Auditoria Interna; (v) Política de Gestão de Conflitos de Interesses e Partes Relacionadas; (vi) Política Global de Gestão de Riscos; (vii) Política de Gestão Documental; (viii) Política Antifraude, bem como (ix) Política de Seleção e Avaliação da Adequação dos Titulares de Funções Essenciais, (x) Política de Seleção, Avaliação da Adequação e Sucessão dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e (xi) Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização, tendo as últimas duas sido revistas, também com vista a assegurar a reafecção das competências anteriormente atribuídas ao Comité de Nomeações, Avaliações e Remunerações, extinto em 2023.

Como tem sido o caso nos anos anteriores, 2023 foi, também, marcado pelos permanentes contactos com a Supervisão, na área comportamental e prudencial, tendo a CEMAH assumido o compromisso de garantir que esta interlocução se pauta pela maior transparência e colaboração com a entidade supervisora, sendo promovidas todas as diligências necessárias para sanar, sempre que necessário, quaisquer deficiências identificadas e para implementar as oportunidades de melhoria apontadas.

No final do ano, cumpriu à CEMAH garantir a atempada elaboração e reporte ao Banco de Portugal do relatório de autoavaliação dos sistemas de governo e controlo interno, que inclui (i) uma avaliação do órgão de fiscalização, (ii) uma avaliação do órgão de administração, para além de (iii) relatórios de autoavaliação da independência das responsáveis pelas funções de Gestão do Risco, de Conformidade e de Auditoria Interna.

## CONFORMIDADE

Os trabalhos da Conformidade durante 2023 foram desenvolvidos com base no Plano de Atividades, elaborado no início do ano, largamente informado pela Matriz de Avaliação de Risco de Conformidade (MARC), revista no final do ano anterior. Esta revisão, que consiste na determinação do grau de risco de conformidade de cada processo da Instituição, permitiu apurar as áreas que a Unidade deveria considerar no âmbito do seu programa de verificação do cumprimento. Assim e sem prejuízo da manutenção dos programas que representam os procedimentos periódicos e trabalhos contínuos de monitorização, foi definido um conjunto de ações de verificação do cumprimento, que foram realizadas ao longo do ano e que versaram temas como: Concessão de Crédito; Planeamento de Contingências; Gestão Contratual, entre outros, com vista à identificação de eventuais deficiências e oportunidades de melhoria.

O Plano de Atividades da Conformidade considerou, também, as prioridades do Banco Central Europeu e Banco de Portugal. Nessa sequência, o referido Plano incluiu atividades e projetos relacionados com as mesmas. Entre estes, destacam-se, nomeadamente, a preocupação com a focalização nos processos de inovação digital nos bancos, desafio dos planos de redução do crédito não produtivo e continuação do reforço da governação interna de acordo com as melhores práticas. A Conformidade previu no seu plano, entre outras tarefas e projetos:

- A adaptação da estrutura organizacional em função da implementação do *core* e restante transformação digital;
- O desenvolvimento de *newsletters*, com exemplos práticos em matéria de ética e conduta;

- O acompanhamento das deficiências sobre a gestão de ENP, tanto detetadas pelas funções de controlo interno como por entidades externas;
- A garantia da conformidade dos produtos oferecidos pela CEMAH, avaliando o cumprimento dos requisitos regulamentares, critérios ESG e a proteção dos direitos dos clientes bancários;
- O processo de verificação de questionário de avaliação “Orientações sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06)”;
- A seleção, por amostragem, de produtos a verificar.

Outra das principais responsabilidades da Unidade de Conformidade diz respeito à divulgação e acompanhamento dos normativos externos aplicáveis à Instituição. À Conformidade compete assegurar a sua análise e direcionamento para os interlocutores mais adequados, bem como a monitorização da sua efetiva implementação.

O ano de 2023 foi, como tinha já sido 2022, um ano caracterizado por uma crescente inflação, que impactou significativamente as taxas de juros. Consequentemente, continuaram a ser emanados normativos que visaram a definição de medidas de mitigação dos efeitos desse contexto, destacando-se, nesse âmbito, o Decreto-Lei n.º 20-B/2023, que veio criar apoios extraordinários para as famílias no pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito. Em paralelo, os temas relacionados com os deveres de informação continuaram a ser uma prioridade do Regulador, sublinhando-se a Instrução do Banco de Portugal n.º 19/2023, no que concerne o tema dos Serviços Mínimos Bancários. Similarmente, cumpre referir a divulgação da Instrução do Banco de Portugal n.º 14/2023, na sequência da Orientação (UE) 2023/831 do Banco Central Europeu, que altera a Orientação (UE) 2015/510 do Banco Central Europeu (BCE/2014/60), que veio alterar o enquadramento para a implementação da política monetária do Eurosistema, nomeadamente no que diz respeito ao quadro de controlo de risco (também, em consequência da eliminação da redução temporária das margens de avaliação introduzidas no âmbito da situação pandémica vivida nos anos anteriores), assim como a Instrução do Banco de Portugal n.º 20/2023, que veio introduzir a necessidade de registo junto do Banco de Portugal dos agentes das Instituições de Pagamento e Instituições de Moeda Eletrónica. Finalmente, é de referir a Lei n.º 23-A/2022, que, apesar de emitida ainda no final de 2022, veio alterar o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Código dos Valores Mobiliários e legislação conexas, tendo sido alvo de retificação, por duas vezes, no ano de 2023 (Retificação n.º 4/2023, de 01/02 e Retificação n.º 6-A/2023, de 07/02).

Na sequência da avaliação periódica e independente à conduta e valores da Instituição, através de uma entidade externa qualificada para o efeito, realizada no ano anterior, a Conformidade assegurou a implementação de um plano de ação, baseado nas recomendações emitidas pelos consultores. As medidas previstas neste, visavam, sobretudo, discutir ativamente as preocupações dos colaboradores apontadas no âmbito da referida avaliação e definir iniciativas a implementar para as endereçar. Nesse sentido, foram realizadas sessões de *focus group* com os colaboradores dos Serviços Centrais e com os Gerentes dos balcões da Rede Comercial, cujas conclusões foram apresentadas em Reunião da Gestão de Topo da CEMAH. Foi, ainda, apresentado um conjunto de medidas que a Conformidade se propõe a desenvolver durante o ano de 2024, para continuar a robustecer estes temas internamente.

No ano de referência e no que concerne ao programa de gestão do normativo interno, foi, também, concluído o desenvolvimento de uma aplicação própria de gestão de procedimentos, políticas e manuais da Instituição, em colaboração com o departamento de Sistemas de Informação, que visa centralizar e padronizar os normativos internos, bem como automatizar os procedimentos associados, o que se espera vir a libertar tempo aos recursos humanos com intervenção no processo e contribuir para um aumento da sua produtividade.

Em 2023, a Conformidade promoveu as medidas necessárias para a formalização do programa de Prevenção da Corrupção, nomeadamente, através da revisão do Código de Conduta e Política de Gestão de Conflitos de Interesses e Partes Relacionadas, bem como da criação de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, revisto, no final do ano, para robustecimento, na sequência da participação em formação externa sobre o mesmo tema.

No que respeita a atuação da Conformidade em matéria de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (PBCFT), destacam-se, durante o ano de 2023, os seguintes pontos:

- Os trabalhos relacionados com a implementação de uma nova ferramenta informática de PBCFT, um processo complexo que envolveu o levantamento de requisitos, a revisão do modelo de risco e de regras de *know your transaction*, configurações e parametrizações, testes, etc., e revisão de todo o sistema de controlo interno existente nesta matéria, com a atualização de políticas, manuais e procedimentos.
- O acompanhamento da evolução dos normativos aplicáveis, dos quais se destacam as Orientações que alteram as Orientações EBA/2021/02, relativas ao dever de diligência quanto à clientela e aos fatores que as instituições de crédito e financeiras devem ter em consideração na avaliação de riscos de BCFT associado a relações de negócio individuais e transações ocasionais;
- O alerta do Banco de Portugal para a adoção de medidas reforçadas no âmbito das relações de negócio e transações ocasionais com clientes, representantes ou beneficiários efetivos, face ao incremento recente do fenómeno das *money mules* no sistema financeiro nacional, a par do aumento da criminalidade informática, nomeadamente sob a forma de burlas informáticas.
- O Projeto de Instrução para definição do novo modelo de reporte em matéria de PBCFT (“RPB”) e o Projeto de Aviso que altera o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2022.

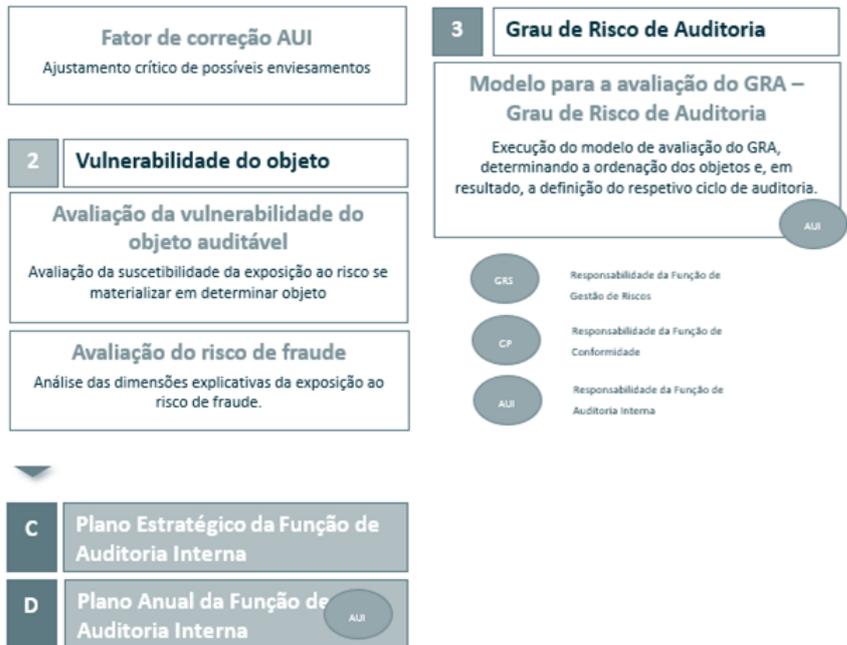
A par dos projetos acima indicados, a Conformidade assegurou os procedimentos de rotina que lhe estão atribuídos e que abrangem diversos âmbitos, incluindo a gestão de reclamações oficiais internas, a comunicação de irregularidades, prestação de pareceres e aconselhamento e contactos com as entidades de supervisão, garantindo, nomeadamente, a interlocução com o Banco de Portugal, na sequência dos contactos regulares mantidos com a Instituição, pautando-se estes pela transparência e cooperação com a entidade supervisora, com o objetivo de garantir uma atitude saudável, prudente e responsável perante o risco.

A função de auditoria interna (AUI) tem como missão proporcionar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e às entidades de supervisão, de uma forma independente e baseada no risco, a adequação e eficácia da cultura organizacional da entidade e dos seus sistemas de governo e controlo interno, contribuindo assim para a salvaguarda do valor, solvência e reputação da CEMAH. A Auditoria interna é também responsável por fazer o acompanhamento das deficiências identificadas pelas entidades externas, nomeadamente Supervisor e Revisor Oficial de Contas.

A AUI mantém atualizado um plano plurianual de ações de auditoria, e um anual que o detalha, sendo ambos discutidos e aprovados pelo Conselho de Administração, resultando da aplicação de uma metodologia formal e detalhada que abaixo se esquematiza:

## AUDITORIA INTERNA





Constituem vetores estruturais da referida metodologia:

- A definição do universo auditável, partindo de um levantamento que passa pela auscultação dos Órgãos de Administração e Fiscalização e da Gestão de Topo da CEMAH e assegura a abrangência da atividade da Função de Auditoria Interna da CEMAH, compreendendo objetos de 4 tipologias – processual, transaccional, funcional/organizacional e sistema de informação;
- A avaliação do risco de auditoria de acordo com modelo que conjuga, matricialmente, as avaliações de exposição ao risco, conduzidas pela 2.ª linha de defesa da CEMAH, e a aferição da vulnerabilidade de cada objeto pela função de auditoria interna (considerando, entre outros, fatores como o ambiente de controlo interno, a antiguidade da última ação de auditoria, mudanças na estrutura humana e técnica de suporte ao objeto e nível de automatização risco de fraude) e devolve o Grau de Risco de Auditoria (GRA) de cada objeto auditável;
- A determinação da periodicidade com que cada objeto é visto e da graduação, extensão e profundidade das ações de auditoria desenvolvidas em função do GRA;
- A potenciação de ganhos de eficiência por via realização de ações de auditoria com mais do que um objeto no seu âmbito, da integração e articulação entre os planeamentos da Funções de Controlo, aproveitando as sinergias daí resultantes ao nível de calendário, âmbito e profundidade de revisão, e do recurso a apoio externo (sob a forma de serviços de *co-sourcing* e de preparação de programas de trabalho) sobre temas escolhidos pela sua criticidade e/ou novidade, promovendo a internalização das melhores práticas de mercado, a sofisticação das técnicas aplicadas e dos *outputs* produzidos e a capacidade instalada.

Ao nível da execução do plano operacional de 2023, a atividade da AUI materializou-se, no total, na emissão de relatórios sobre 20 objetos auditáveis, considerando as ações previstas e certificações extraordinárias de objetos auditáveis, em resposta a solicitações do Supervisor, centrando-se, por força das mesmas e da própria metodologia de planeamento de atividades estabelecida, nos temas de maior pertinência e risco percecionados pela Função, pela Gestão de Topo, pelos Órgãos de Administração e Fiscalização e pelo próprio Supervisor.

A atividade da Gestão do Risco no ano de 2023, à semelhança dos anos anteriores e conforme o respetivo Plano Anual de Atividades da função, teve como principais focos a monitorização e o controlo da exposição da Instituição aos principais riscos a que se encontra ou poderá vir a estar exposta e garantir a fiabilidade, tempestividade e qualidade dos reportes prudenciais (e.g. COREP – Fundos Próprios e RWA, Grandes Riscos, Alavancagem, Liquidez –, IRRBB, Risco de concentração, Exposições não produtivas, ICAAP, ILAAP, Plano de Recuperação, entre outros) e o endereçamento de eventuais aspetos identificados pelo Supervisor como insuficientes a determinado nível, inclusive decorrentes do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (v.g. SREP).

Durante o primeiro semestre do ano, as principais atividades consistiram, por um lado, na implementação de novas métricas e cenários de acompanhamento e gestão do risco de taxa de juro, bem como reforço de análises permanentes mais detalhadas sobre as origens das variações observadas nos principais indicadores – permitindo um melhor aconselhamento das áreas de negócio e do Órgão de Administração para suporte à decisão e gestão do balanço. Por outro lado, ao nível do processo de reporte prudencial, destaca-se a elaboração e entrega, em abril de 2023, suportadas na atualização das projeções financeiras para o triénio 2023-2025, dos reportes de Planos de Financiamento e Capital (FCP), Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), Processo de Autoavaliação da Adequação da Liquidez Interna (ILAAP) e Plano de redução de exposições não produtivas (NPE).

No mês de junho, no âmbito de plano de ação proposto ao Banco de Portugal, a CEMAH procedeu à implementação de uma nova metodologia de análise individual de *staging* e imparidade alinhada com as mais recentes orientações regulamentares e práticas de mercado, por via de recurso a apoio externo na sua definição. A nova metodologia pretendeu dar resposta quer às preocupações prudenciais, quer às insuficiências identificadas pelo ROC no relatório de imparidade referente a 31 de dezembro de 2022, tendo sido implementada na estimativa de imparidade com referência a 30 de junho de 2023.

Em setembro, releva a atualização da avaliação da exposição da Instituição aos riscos climáticos e ambientais, tendo-se concluído pela sua reduzida materialidade, quer pela existência de medidas governamentais em curso, quer pela baixa exposição na carteira de crédito a setores de atividade mais expostos aos riscos de transição.

No mês de novembro, verificou-se a atualização do Plano de Recuperação, robustecido pela simulação de um cenário de crise mais gravoso e pelo reforço das medidas de recuperação.

No que concerne ao sistema de controlo interno, importa destacar a resolução da maioria das deficiências identificadas da responsabilidade da Gestão do Risco, relacionadas sobretudo com os processos de gestão dos riscos de taxa de juro e liquidez, bem como relacionadas com o modelo de imparidade da carteira de crédito e o Plano de Recuperação, sem prejuízo de algumas carecerem ainda de aceitação por parte do Supervisor. Neste âmbito, refira-se ainda que apenas uma deficiência das sete pendentes no final do ano tem antiguidade superior a dezembro de 2022, relevando uma clara melhoria da capacidade de resposta desta área às situações identificadas pelas áreas/entidades responsáveis que analisaram os seus processos.

No sentido do reforço da cultura de risco institucional, a Gestão do Risco assegurou a emissão trimestral de boletins de risco temáticos abordando, em 2023, os seguintes temas: *i)* primeiro trimestre – Plano de redução de empréstimos não produtivos (NPL) e Modelo de Acompanhamento e Recuperação de Crédito; *ii)* segundo trimestre – Processo de Autoavaliação da Adequação da Liquidez Interna (ILAAP); *iii)* terceiro trimestre – ESG – O Papel das finanças sustentáveis; e *iv)* quarto trimestre – Basileia IV: Elegibilidade de imóveis e respetivos consumos de capital.

Em termos de Sistemas de Informação, em 2023, a atividade incidiu, sobretudo, no acompanhamento do projeto de implementação do novo *core* bancário – Oracle Flexcube –,

## SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

interligado com aplicações satélite, e na consolidação dos ambientes e da infraestrutura de suporte a esses, tendo sido já colocados em produção os módulos de *Securities* e *Money Market*.

Para além deste projeto de transformação da arquitetura *core*, de vital importância para o futuro da Instituição, foram desenvolvidas atividades no âmbito do Plano Estratégico dos Sistemas de Informação (PESI), das quais se destaca:

- Revisão do *Disaster Recovery Plan* (DRP), para acomodar o novo *core* bancário cujas aplicações gravitam na *Oracle Cloud Infrastructure* (OCI), incluindo o robustecimento das linhas de comunicações para permitir a largura de banda necessária à sincronização de dados entre sites;
- Definição e implementação do modelo de operação de cibersegurança;
- Revisão dos processos operacionais e de gestão do serviço de TI;
- Avaliação de ferramentas para o *service desk*;
- Implementação dos objetivos estratégicos e de Governo das funções de TI, incluindo a revisão orgânica da estrutura departamental e a alocação de recursos;
- Racionalização e modernização de aplicações;
- Avaliação de migração de aplicações para *Cloud*;
- Atualização dos Meios e Sistemas de Pagamento decorrentes de novas funcionalidades SIBS para vários subsistemas, entre eles SEPA CT e SEPA DD, *Open Banking API* (no âmbito da PSD2);
- Acompanhamento do projeto de *Proxy Lookup* do Banco de Portugal;
- Evolução para o SWIFT *Essentials*;
- Desenvolvimento de funcionalidades nos portais internos e nas aplicações de gestão de normativos e de controlo das deficiências do controlo interno;
- Avaliação da necessidade de aquisição e/ou substituição de equipamentos obsoletos;
- Aquisição de portáteis para possibilitar o uso dos equipamentos em ambiente profissional, tanto no trabalho como em casa (regime híbrido);
- Revisão do *roadmap* para o ano de 2024.

Foram ainda desenvolvidas alterações/atualizações na aplicação bancária atual face a novos requisitos da legislação em vigor, bem como a preparação de informação para efeitos de novos reportes ou alterações aos reportes regulamentares, tendo-se procedido também à implementação de um conjunto de melhorias em sistemas e *hardware* para aumentar a disponibilidade e eficiência dos sistemas utilizados pelos funcionários da CEMAH.

# PRÁTICAS REMUNERATÓRIAS

No âmbito do disposto no artigo 450.º do CRR e do Regulamento de Execução 2021/637 da Comissão, de 3 de março, nos Artigos 14.º e 115.º-B a I do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (v.g. Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras – RGICSF –, incluindo as alterações produzidas pela Lei n.º 23-A/2022, de 9 de dezembro, que transpõe a Diretivas (UE) 878 e 879) e do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, e no Artigo 422.º-A do Decreto-Lei n.º 262/86 (v.g. Código das Sociedades Comerciais), aplicáveis por força do disposto estatutariamente, a CEMAH tem instituído um processo de avaliação independente das suas Políticas de Remuneração, em linha com os princípios preconizados nas Orientações da Autoridade Bancária Europeia relativas a políticas de remuneração sãs (v.g. EBA/GL/2021/04), sendo as funções de avaliação independente desempenhadas pelas funções de controlo, Conselho Fiscal e pela Comissão de Remunerações.

Quadro EU REMA	
a)	<p>A Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração no mandato de 2022/2024 têm a seguinte composição:</p> <p>A Comissão de Remunerações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– António Bento Fraga Barcelos (Presidente);</li> <li>– Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro;</li> <li>– António Gabriel Fraga Martins Maio.</li> </ul> <p>O Conselho de Administração</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– António Gabriel Fraga Martins Maio (Presidente);</li> <li>– Maria Laurentina Nunes Mendes (Vice-Presidente);</li> <li>– Miguel Correia Bendito (Vogal);</li> </ul> <p>Em 2023, a Assembleia Geral efetuou 1 (uma) reunião em que deliberou sobre matérias remuneratórias, tendo sido efetuada 1 (uma) reunião pela Comissão de Remunerações e outra pelo Conselho Fiscal sobre temas de natureza remuneratória, não tendo sido solicitado qualquer parecer a consultores externos.</p> <p>A Política de Remuneração é aplicável a todos os colaboradores com vínculo contratual com a CEMAH.</p> <p>No âmbito da autoavaliação realizada, foram identificados os seguintes colaboradores: Assessora, Diretores, Coordenadores, Responsáveis das áreas de Recursos Humanos e Apoio Jurídico, bem como os Técnicos de Grau I, II e III da área de Sistemas de Informação.</p>
b)	<p>As Políticas de Remuneração foram revistas e alteradas em 2023, em conformidade com as orientações EBA/GL/2021/04 e EBA/GL/2022/06, tendo sido, adicionalmente, eliminadas as referências ao Comité de Avaliações, Nomeações e Remunerações (CNR), por extinção do mesmo e redistribuídas as respetivas funções. Estas alterações não tiveram impacto sobre a remuneração.</p> <p>Sobre as Políticas, nomeadamente sobre a adequação da sua definição ao contexto e características da CEMAH e eficácia da sua implementação e operacionalização, sob a supervisão do próprio Conselho Fiscal, foram emitidos pareceres por parte das ditas funções de controlo, Conformidade, Gestão de Riscos e Auditoria Interna, considerados na avaliação desenvolvida e cujas conclusões derivaram na verificação de cumprimento dos seguintes princípios:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Avaliação e revisão desta Política, numa base anual, para além da revisão <i>event-based</i> despoletada pela ocorrência de alterações idiossincráticas significativas ou alterações relevantes do seu contexto e envolvente externa, e que possam colocar em causa a adequação dos princípios e práticas estabelecidos;</li> <li>b) (Re)submissão anual da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização à aprovação da Assembleia Geral, e aprovação em Conselho de Administração da Política de Remunerações dos Colaboradores, a par das respetivas propostas de determinação e atribuição de remunerações específicas para o ciclo/exercício;</li> <li>c) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas por membro dos órgãos de administração e fiscalização, desde que devidamente justificada e aprovada, e em consonância com o nível de persecução da estratégia, mas sem atribuição de qualquer componente variável, estando essa componente completamente vedada aos membros do Conselho Fiscal (nos termos da Lei e dos Estatutos da Instituição), não havendo, portanto, lugar a qualquer diferimento de remuneração nem pagamento por via de outros instrumentos nos termos do Artigo 115.º-E do RGICSF;</li> <li>d) Não recebimento de qualquer remuneração por parte dos membros não efetivos dos órgãos de administração e fiscalização;</li> <li>e) Inexistência de qualquer compensação ou indemnização por parte dos membros do Conselho de Administração no caso de destituição sem justa causa, se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho das suas funções;</li> <li>f) Existência de neutralidade do ponto de vista do género;</li> <li>g) Identificação e adequado solucionamento em processo próprio, com base no sistema interno de informação, em controlos adequados e no princípio dos «quatro olhos», dos conflitos de interesses relativos à Política de Remuneração e à remuneração atribuída;</li> </ol>

	<p>h) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas a cada colaborador (não se verificando a necessidade de implementar práticas específicas aos Colaboradores Identificados, salvo no que diz respeito especificidades do Modelo de Avaliação de Desempenho), de acordo com fundamentos e princípios de desempenho sustentável e ajustado ao risco, quer na definição dos objetivos estratégicos – e respetiva transposição por função e por senioridade/responsabilidade de cada colaborador –, quer na atribuição da componente variável, tendo por base o cumprimento dos critérios e objetivos individuais e das unidades de estrutura definidos, de acordo com o modelo de avaliação e desempenho da CEMAH, o que, no caso das funções de controlo, dependerá, essencialmente, da avaliação do desempenho individual dos colaboradores que as exercem e nunca da avaliação do desempenho financeiro da área de negócio em que estes desenvolvem as suas funções de controlo (em convergência com a aprovação da Política de Remunerações dos Colaboradores, os resultados finais da avaliação de desempenho efetuada pela hierarquia direta dos colaboradores são validados pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e a atribuição de qualquer componente variável, a título de prémio de desempenho sob a forma pecuniária, não será superior a 5% da remuneração total, sendo sempre sujeita a parecer prévio da Gestão do Risco emitido considerando todos os riscos atuais, as perdas esperadas, as estimativas de perdas inesperadas e as condições de esforço associadas às atividades da CEMAH);</p> <p>i) Recebimento por parte dos colaboradores de uma remuneração fixa, materializada em 14 pagamentos por ano, de acordo com as condições dispostas no Acordo de Empresa da CEMAH.</p>
c)	<p>Quanto a políticas e práticas remuneratórias, considerando os princípios e procedimentos implementados, as avaliações das funções de controlo e a contínua supervisão do Conselho Fiscal – que, para o efeito, emite o respetivo relatório e recomendações –, verifica-se o alinhamento com o perfil e a política de risco institucionais, não apresentando incentivos à assunção excessiva de risco e nem criando obstáculos à persecução da estratégia definida. Mais, a articulação crescente dos objetivos de desempenho com o Plano Estratégico, a inexistência de remuneração variável para os Órgãos de Administração e Fiscalização – cujas remunerações são propostas pela Comissão de Remunerações e aprovadas em Assembleia Geral –, bem como a inexistência de remuneração variável garantida para os colaboradores – que, quando atribuída, é sujeita a avaliação de desempenho positiva do colaborador, da unidade de estrutura e da Instituição, num quadro plurianual, considerando também impactos futuros para a Instituição e com limite máximo de 5% do total da remuneração anual –, não representam compromissos que se possam vir a configurar como incomportáveis, insustentáveis ou desajustados do desempenho efetivo da CEMAH.</p> <p>Para efeitos de definição do valor global de remuneração variável a atribuir aos colaboradores, são considerados todos os riscos atuais, as perdas esperadas, as estimativas de perdas inesperadas e as condições de esforço associadas às atividades da CEMAH, incluindo necessariamente os seguintes fatores:</p> <p>a) a sustentabilidade dos resultados da Instituição em relação aos três últimos anos e dos prospetivos para os 3 anos seguintes, nomeadamente os seus fundos próprios e liquidez;</p> <p>b) o (potencial) cumprimento atual e prospetivo das regras e limites prudenciais;</p> <p>c) o rácio entre as componentes variável e fixa da remuneração total;</p> <p>d) os critérios de desempenho e de risco definidos para a CEMAH, conforme previsto na sua Política de Risco;</p> <p>e) os níveis atribuídos a cada colaborador em sede de tabela remuneratória do Acordo de Empresa da CEMAH.</p>
d)	<p>A remuneração total dos Colaboradores é constituída por uma parte fixa que representa, no mínimo, 95% do total da remuneração anual individual, sendo a parte remanescente atribuída como variável e nunca podendo ultrapassar 5% da remuneração total anual, não contribuindo, desta forma, para o incentivo à assunção de riscos.</p>
e)	<p>A atribuição de uma remuneração variável, quando aplicável, baseia-se no desempenho da Instituição, das unidades de estrutura e dos membros do pessoal e tem em conta os riscos incorridos.</p> <p>A Política de Remuneração, no respeitante à avaliação de desempenho, tem por suporte um Modelo de Avaliação de Desempenho que permite distinguir de forma clara o que respeita à remuneração variável e à avaliação do desempenho entre as unidades de negócio operacionais, as funções de suporte e as funções de controlo.</p> <p>O Modelo de Avaliação de Desempenho foi desenvolvido tendo como princípios a adequabilidade e proporcionalidade à dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da atividade da CEMAH e a magnitude dos riscos, assumidos ou a assumir, e atendendo ao grau de centralização e delegação de poderes na CEMAH.</p> <p>Os objetivos da Instituição encontram-se definidos no Plano Estratégico e Programa de Ação, com os quais são alinhados, sempre que seja possível, os restantes objetivos individuais - suportados em parâmetros sob influência direta - e de unidade de estrutura). Estes objetivos decorrem da estratégia empresarial e de risco, incluindo riscos ambientais, sociais e de governação, dos valores culturais e organizacionais, da apetência pelo risco, e dos interesses a longo prazo e têm em conta o custo do capital e a liquidez da Instituição.</p> <p>Na definição dos critérios e objetivos da avaliação de desempenho, são identificados parâmetros predeterminados e mensuráveis (incluindo de natureza não financeira), tendo como premissas o não incentivo à assunção excessiva de riscos, a defesa do interesse dos clientes e a qualidade do serviço prestado, sempre que aplicável, e o cumprimento dos procedimentos e demais normativos internos.</p>

f)	<p>Por decisão do Conselho de Administração, validada pelo Conselho Fiscal, pode ainda ser solicitada a devolução de valores pagos nos últimos 3 anos, a título de remuneração variável, aos colaboradores excluídos do universo de atribuição desta remuneração, na medida em que tenham sido alvo de, pelo menos, uma das seguintes circunstâncias:</p> <p>a) participação ou responsabilidade do colaborador no resultado com perdas significativas para a CEMAH;</p> <p>b) falta de cumprimento de critérios de independência, disponibilidade e idoneidade, quer tenham derivado ou não de atos que possam constituir fundamento de processo disciplinar; c) participação ou responsabilidade por falsificação da informação financeira da CEMAH ou pela adoção de outro comportamento ilícito que tenha resultado na manipulação ou adulteração dos critérios de desempenho da Instituição, da Unidade de Estrutura ou função a que pertence, ou do próprio;</p> <p>d) participação ou responsabilidade do colaborador em resultado com prejuízo significativo dos interesses do cliente, decorrente do não cumprimento de práticas sãs.</p>
g)	<p>A CEMAH utiliza o método descendente na atribuição de prémios, definindo o montante do prémio global ao nível da Instituição, o qual é depois distribuído total ou parcialmente entre as unidades de estrutura após a avaliação do respetivo desempenho. Os montantes atribuídos a nível individual são, subsequentemente, baseados na avaliação do desempenho individual.</p> <p>Ao definir o montante global, a CEMAH tem em conta o rácio entre as componentes variável e fixa da remuneração total aplicáveis aos Colaboradores, os critérios de desempenho e de risco definidos para a totalidade da Instituição, os objetivos do controlo e a situação financeira da Instituição, nomeadamente os seus fundos próprios de base e liquidez.</p>
h)	n.a.
l)	<p>Dada a insignificância da proporção da remuneração variável atribuída, o facto de esta estar condicionada ao desempenho da CEMAH e às características da Instituição, em termos de dimensão e complexidade – que derivam na sua classificação pelo Supervisor como de pouco significância, opta a Instituição, suportada pelo parágrafo 89 das EBA/GL/2021, por não diferir quaisquer remunerações nem atribuir remunerações sob a forma de instrumentos.</p>
j)	n.a.

As remunerações atribuídas no exercício financeiro de 2023 apresentam-se com a seguinte discriminação:

(em Euros)

		Função de fiscalização do Órgão de Administração	Função de gestão do Órgão de Administração	Outros membros da direção de topo	Outro pessoal identificado
Remuneração fixa	Número de membros do pessoal identificado	3	3	13	10
	<b>Remuneração fixa total</b>	<b>67 125</b>	<b>300 956</b>	<b>606 949</b>	<b>341 987</b>
	<i>Do qual: pecuniária</i>	67 125	300 956	606 049	341 987
	<i>(não aplicável na UE)</i>				
	<i>Do qual: Ações ou direitos de propriedade equivalentes</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: instrumentos associados a ações ou instrumentos não pecuniários equivalentes</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: outros instrumentos</i>	0	0	0	0
	<i>(não aplicável na UE)</i>				
	<i>Do qual: outras formas</i>	0	0	0	0
<i>(não aplicável na UE)</i>					

(em Euros)

		Função de fiscalização do Órgão de Administração	Função de gestão do Órgão de Administração	Outros membros da direção de topo	Outro pessoal identificado
<b>Remuneração variável</b>	Número de membros do pessoal identificado	3	3	13	10
	<b>Remuneração variável total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12 487</b>	<b>8 012</b>
	Do qual: pecuniária	0	0	12 487	8 012
	Do qual: diferida	0	0	0	0
	Do qual: ações ou direitos de propriedade equivalentes	0	0	0	0
	Do qual: diferida	0	0	0	0
	Do qual: instrumentos associados a ações ou instrumentos não pecuniários equivalentes	0	0	0	0
	Do qual: diferida	0	0	0	0
	Do qual: outros instrumentos	0	0	0	0
	Do qual: diferida	0	0	0	0
	Do qual: outras formas	0	0	0	0
	Do qual: diferida	0	0	0	0
	<b>Total remuneração</b>	<b>67 125</b>	<b>300 956</b>	<b>619 436</b>	<b>349 999</b>

Do qual, decomposto de acordo com informação sobre a remuneração do pessoal cuja atividade tem um impacto significativo no perfil de risco das instituições (pessoal identificado):

(em Euros)

	Função de fiscalização do Órgão de Administração	Função de gestão do Órgão de Administração	Total Órgão de Administração	Banca de Investimento	Banca de Retalho	Gestão de ativos	Funções empresariais	Funções de controlo interno independentes	Todos os outros	Total
<b>Número total de membros do pessoal identificados</b>										<b>0</b>
Do qual: membros dos órgãos de administração	3	3	<b>6</b>							
Do qual: membros da direção de topo				0	1	0	9	3	0	
Do qual: outro pessoal identificado				0	7	0	3	0	0	
<b>Remuneração total do pessoal identificado</b>	<b>67 125</b>	<b>300 956</b>	<b>368 081</b>	<b>0</b>	<b>282 557</b>	<b>0</b>	<b>529 976</b>	<b>156 903</b>	<b>0</b>	
Do qual: remuneração variável	0	0	0	0	5 625	0	12 253	2 621	0	
Do qual: remuneração fixa	67 125	300 956	368 081	0	276 932	0	517 722	154 282	0	

Num contexto de pressão para o robustecimento dos rácios de capital e dado os fins assistencialistas da sua acionista – a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo –, e os princípios de distribuição de resultados instituídos estatutariamente e as suas idiossincrasias societárias e de contexto, os princípios estratégicos estabelecidos e ora em vigor, verificam-se ajustados, permanecendo o total de remunerações em patamar significativamente inferior às suas congéneres/contrapartes do setor.

# DO NEGÓCIO

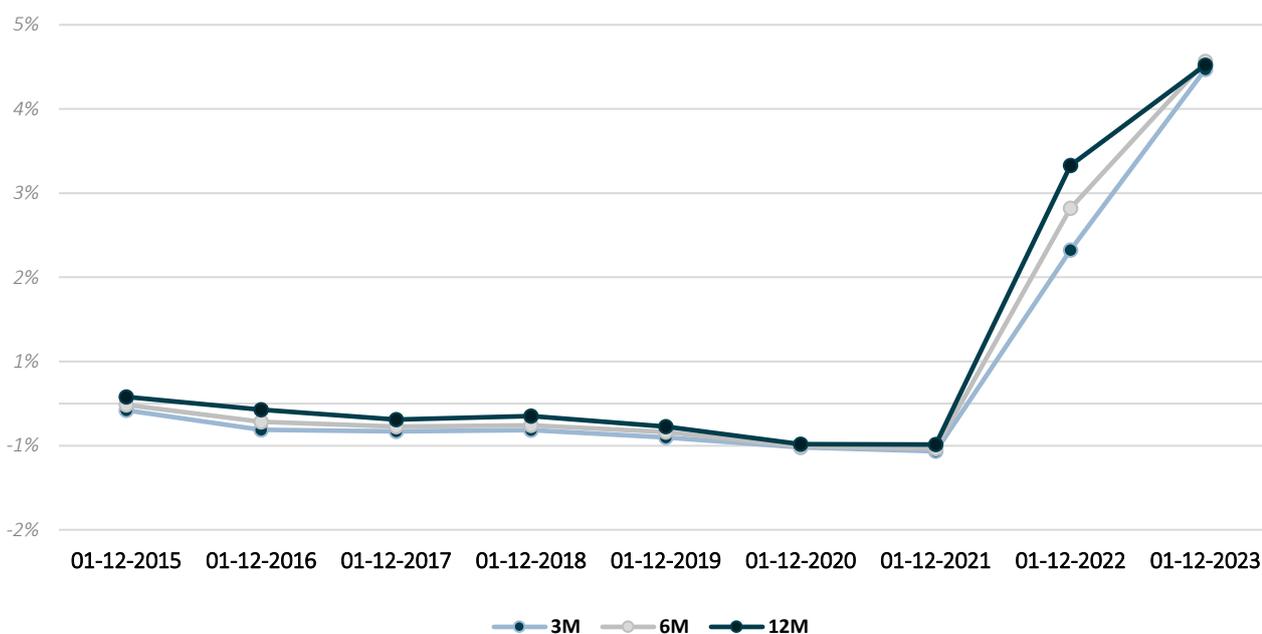
Pautando a sua conduta comercial pela incorporação dos seus valores – Segura, Próxima e Regional – e tendo como área de atuação a Região Autónoma dos Açores (RAA), a CEMAH desenvolve a sua atividade bancária no mercado de retalho e empresas, tendo como base a sua missão enquanto agente de Economia Social. Procurando diferenciar-se da demais concorrência enquanto banca de proximidade, com uma atuação focada no atendimento ao cliente, o negócio da Instituição é suportado na oferta de produtos e serviços aos segmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual (ENI), Micro, Pequenas Empresas – que constituem a grande malha do tecido empresarial da RAA - e Clientes Institucionais.

A Instituição com sede e centro de decisão regional, reveste-se de um papel fulcral na consolidação do sistema financeiro e na dinamização da economia local e do espaço económico da RAA., mantendo como uma das principais premissas de desenvolvimento da sua atividade comercial a monitorização sistemática da sua carteira de produtos, com a preocupação de adaptar a oferta a todos os tipos de clientes, com uma visão integradora e inclusiva, acompanhando as tendências e evolução do mercado, sempre no sentido de procurar a otimização da sua rentabilidade.

Ao longo de 2023, a atividade comercial manteve a estratégia prevista de dinamizar o negócio com o objetivo de i) aumentar a carteira de clientes e contas; ii) promover a concessão de crédito assente em critérios de risco que protejam tanto o cliente como a Instituição; iii) garantir a estabilidade da carteira de depósitos; iv) potenciar a comercialização dos meios de pagamento; e v) dinamizar a procura de serviços e produtos via plataforma de *Homebanking* netCEM e *app* netCEM *Mobile*.

A atividade comercial em 2023 foi sobejamente marcada pela inversão das condicionantes de mercado, cujas repercussões se haviam começado a sentir no segundo semestre de 2022, e que impactam diretamente o setor e a dinâmica económica. Contrariando o cenário que se iniciou em 2015 de taxas negativas e para todos os prazos desde 2016, os indexantes de referência – Euribor - voltaram aos valores positivos no ano de 2022, tendo-se verificado subidas constantes e significativas, em todos os prazos, resultado do aumento consecutivo das taxas de referência do Banco Central Europeu, como estratégia para travar a inflação por via da política monetária. No mês de outubro de 2023 e com impacto nos contratos cuja taxa se renovou em novembro, registaram-se novos máximos em mais de dez anos. Este consecutivo e significativo aumento da Euribor pôs à prova a capacidade de adaptação da CEMAH, no sentido de acompanhar, a par e passo, as alterações do mercado e consequente pressão concorrencial, bem como prestar um serviço rápido e próximo a todos os clientes, em particular no que concerne à procura de produtos de depósitos a prazo e poupança com taxas mais apelativas, por um lado, e por outro, a renegociação e revisão de spreads em baixa.

Evolução Euribor 2015/2023



A par disto, a CEMAH manteve como foco, ao longo de todo o ano, a concessão de crédito com colateralização e com seguro associado, bem como a estabilização da carteira de depósitos à ordem e poupança, não descurando, desta forma, os riscos inerentes à sua atividade.

Apesar da atividade comercial ser o core business da Instituição, importa realçar a manutenção de uma carteira própria de investimentos que, enquanto linha de negócio complementar, também contribui para a construção da margem financeira e do balanço.

## CORE BUSINESS

Sendo um banco intergeracional e interclassista, na concretização plena do seu posicionamento definido no 'Plano Estratégico 2023-2025' de 'O banco de todos, sempre presente', a CEMAH disponibiliza serviços financeiros a clientes particulares, empresas e instituições do setor social, em todas as fases do seu ciclo de vida.

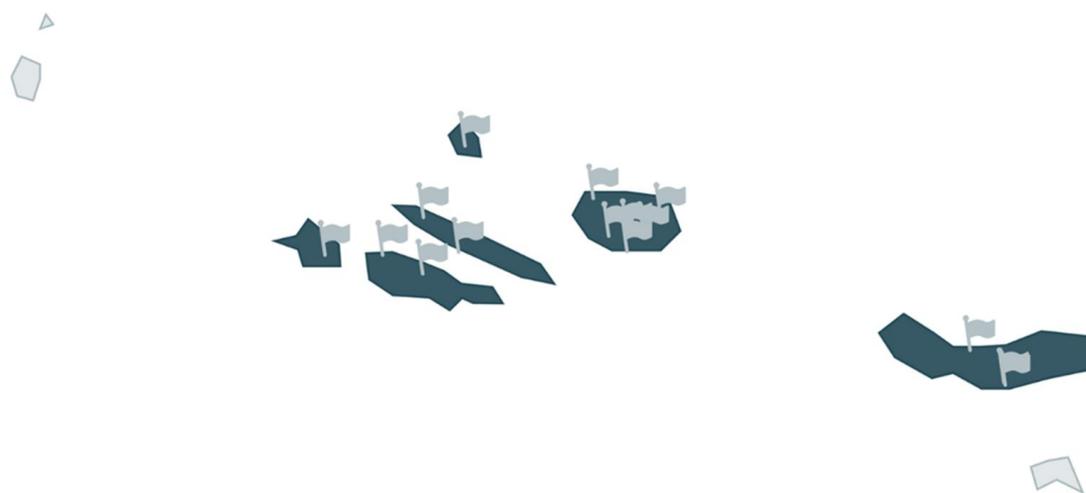
O modelo de negócio da CEMAH assenta essencialmente na intermediação financeira, sendo que as necessidades de financiamento da Instituição são asseguradas integralmente por depósitos de clientes, e o seu portfólio de produtos financeiros é composto por contas à ordem, incluindo as contas de serviços mínimos bancários, meios de pagamento e produtos de poupança, passando ainda pela banca comercial, pelo crédito habitação, pelo crédito ao consumo, pelo crédito empresarial e produtos de gestão de tesouraria, pelos seguros, entre outros. É de ressaltar que se reforçou a relação de parceria com a seguradora Açoreana, estando a CEMAH, desde o final do 1.º semestre de 2023, apta a comercializar Seguros de Saúde. Este tipo de produtos permite diversificar o *portfolio* de produtos da Instituição, complementar a oferta aos clientes e incrementar a rentabilidade do seu *core business*, tendo em conta o aporte financeiro potencializado por esta tipologia de produtos.

Neste contexto, e conforme definido estrategicamente, o negócio da CEMAH tem como um dos seus principais objetivos a promoção de ganhos de escala e a entrega de valor através da expansão da oferta e do serviço prestado, com vista à otimização da experiência do cliente, que é o principal ativo da Instituição.

Assim, a atividade bancária da Instituição manteve a estratégia prevista para a prossecução dos seus objetivos, tendo desenvolvido um novo modelo de atendimento e de relacionamento com o cliente, denominado 'Ser CEMAH', apelando ao sentimento de pertença à Instituição, apresentado a toda a sua rede comercial, e que se prevê implementar, gradualmente e de forma acompanhada e monitorizada, ao longo de 2024. Este modelo pretende reforçar a cultura comercial na rede, colocando o cliente como centro da sua atividade, ajustando a sua carteira de produtos e serviços às necessidades e à procura destes.

Por forma a garantir a convergência de ações e para orientar a atividade e estratégias para o ano foram realizadas duas Reuniões de Gerentes, presenciais na ilha Terceira, a primeira em maio e a segunda em novembro, esta última já com os olhos postos na estratégia da Instituição para 2024.

Diferenciando-se pela sua proximidade com os clientes, por uma prestação de serviços caracterizada pela excelência e pela oferta de soluções de valor acrescentado, a rede comercial da CEMAH continua a deter um papel preponderante na aproximação ao seu público-alvo, pelo que a estratégia passa pela manutenção da atual estrutura de balcões, não obstante a disponibilidade para ponderar novas oportunidades de expansão, quando tal se justifique e se enquadre na estrutura e dimensão da Instituição.



A rede comercial atual é composta por um total de 14 balcões, localizados em 6 das 9 ilhas da RAA, conforme distribuição graficamente apresentada:

A atividade da rede comercial da CEMAH é complementada pelos serviços e produtos disponibilizados pela via tecnológica, através da plataforma de *Homebanking* netCEM e da *app* netCEM *Mobile*, que se destinam tanto aos clientes particulares como aos empresariais, compondo assim o *mix* de canais.

Se o ano de 2022 havia ficado marcado pela reabertura do balcão de São Roque do Pico, decisão tomada com o intuito de garantir o acesso ao sistema financeiro de todos os clientes, no cumprimento da missão de agente de banca de proximidade que caracteriza a CEMAH, 2023 foi o ano de consolidação da sua atividade. De notar, em concreto, o caráter bastante positivo dos indicadores de desempenho do balcão, que vêm atestar o balanço preliminar de sucesso da estratégia de expansão consolidada da Instituição.

## CARTEIRA DE CLIENTES E CONTAS

Tanto a carteira de clientes como a carteira de contas à ordem da CEMAH registaram um crescimento no ano de 2023. A dezembro a CEMAH contavam com uma carteira de 34.410 contas à ordem e um total de 46.607 clientes, que abaixo se apresentam, discriminados pela sua tipologia:



34 410 Contas de depósito à ordem



41 351 Clientes Particulares



2 664 Clientes ENIs



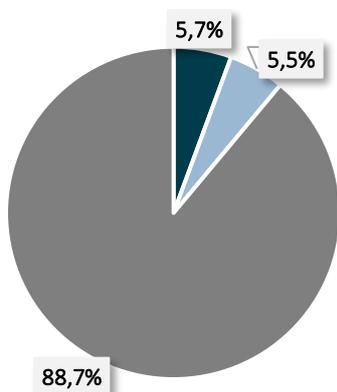
2 592 Clientes Pessoas Coletivas

O aumento da carteira de contas, um dos principais objetivos do ano, traduziu-se numa variação de 3,02% face a período homólogo, num total líquido de 1.008 contas. Já a carteira de cliente registou um aumento de 3,64% em comparação com 2022, numa variação de 1.636 clientes. Esta tendência de crescimento foi registada em toda a rede comercial.

Atentando agora na carteira de clientes verifica-se que os clientes particulares se mantêm como grupo de maior peso na carteira de clientes, representando 88,7% da carteira. Nos ENI, cuja carteira tem vindo a aumentar, a par com as Pessoas Coletivas, uma representação de 5,7% e as Pessoas Coletivas de 5,5%, sendo que o incremento da carteira destas duas últimas tipologias de clientes reflete a posição da CEMAH no apoio aos pequenos negócios, revelando, ainda, a adequação das soluções apresentadas pela Instituição a estes clientes.

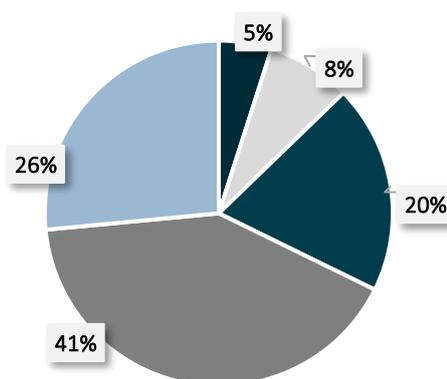
Observando a composição da carteira de clientes particulares apura-se a distribuição abaixo apresentada por segmento de escalão etário. De destacar que é o segmento dos 'Adultos' que apresenta um maior peso na carteira da Instituição, 41%, seguindo-se os 'Idosos', com um peso de 26%.

Tipologia de clientes



- ENI
- Pessoas Coletivas
- Pessoas Singulares (sem ENI)

Escalão etário



- Juniores
- Jovens
- Jovens adultos
- Adultos

## DEPÓSITOS DE CLIENTES

A dezembro de 2023, a carteira de Depósitos de Clientes da CEMAH<sup>8</sup> fixou-se nos 440 milhões de Euros, traduzindo-se numa diminuição da Carteira Global na ordem dos 13 milhões de Euros, uma variação de -2,9% face a dezembro de 2022, conforme se sistematiza no quadro abaixo apresentado. Esta diminuição justificou-se, por um lado, pela pressão ocorrida no sistema financeiro ao longo dos primeiros meses do ano, da competitividade do produto Certificados de Aforro, que levou à mobilização de capitais do sistema financeiro para esta tipologia de aplicação em dívida do Estado, e por outro, pela pressão que existiu com a subida das taxas de juro no serviço de dívida dos créditos dos clientes, que levou a desmobilização de aplicações para a realização de amortizações antecipadas de parte desses créditos.

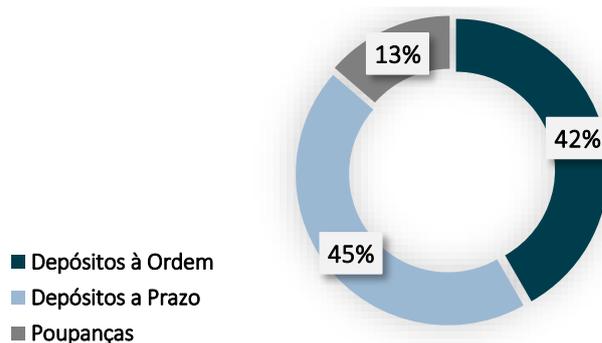
A variação registada justifica-se, ainda, pela diminuição da carteira de Depósitos à Ordem na ordem dos 31 milhões de Euros e da carteira de Poupanças, quase 22 milhões de Euros, sendo que este decréscimo nestes tipos de produtos é, em grande parte, motivado pela passagem dos fundos para a carteira de Depósitos a Prazo. Esta última, por seu lado, aumentou 40 milhões de Euros, crescimento potenciado pela criação e disponibilização aos clientes de 4 novos produtos de Depósitos a Prazo, não mobilizáveis, com taxas remuneratórias mais atrativas.

Esta iniciativa ficou a dever-se à já referida alteração no mercado, com impacto da subida de taxas de juro como há muito não acontecia, levando à necessidade de realizar ajustamentos na remuneração das aplicações dos clientes, de forma a manter o nível e o equilíbrio da liquidez da Instituição.

No global, a carteira de aplicações de clientes (depósito a prazo e poupança) registou um aumento de 18 milhões de Euros.

	dez-21	VAR dez22/dez21	dez-22	dez-23	VAR dez23/dez22
Depósitos à Ordem	187 590 952 €	28 015 209 € 14,93%	215 606 162 €	184 071 082 €	-31 535 080 € -14,6%
Depósitos a Prazo	169 744 709 €	-12 833 709 € -7,56%	156 911 000 €	196 814 539 €	39 903 540 € 25,4%
Poupanças	77 978 106 €	3 722 735 € 4,77%	81 700 841 €	60 033 812 €	-21 667 029 € -26,5%
Aplicações (DP + DPP)	247 722 815 €	-9 110 974 € -3,68%	238 611 841 €	256 848 351 €	18 236 511 € 7,6%
<b>Total Carteira Depósitos</b>	<b>435 313 767 €</b>	<b>18 904 235 € 4,34%</b>	<b>454 218 002 €</b>	<b>440 919 433 €</b>	<b>-13 298 569 € -2,9%</b>

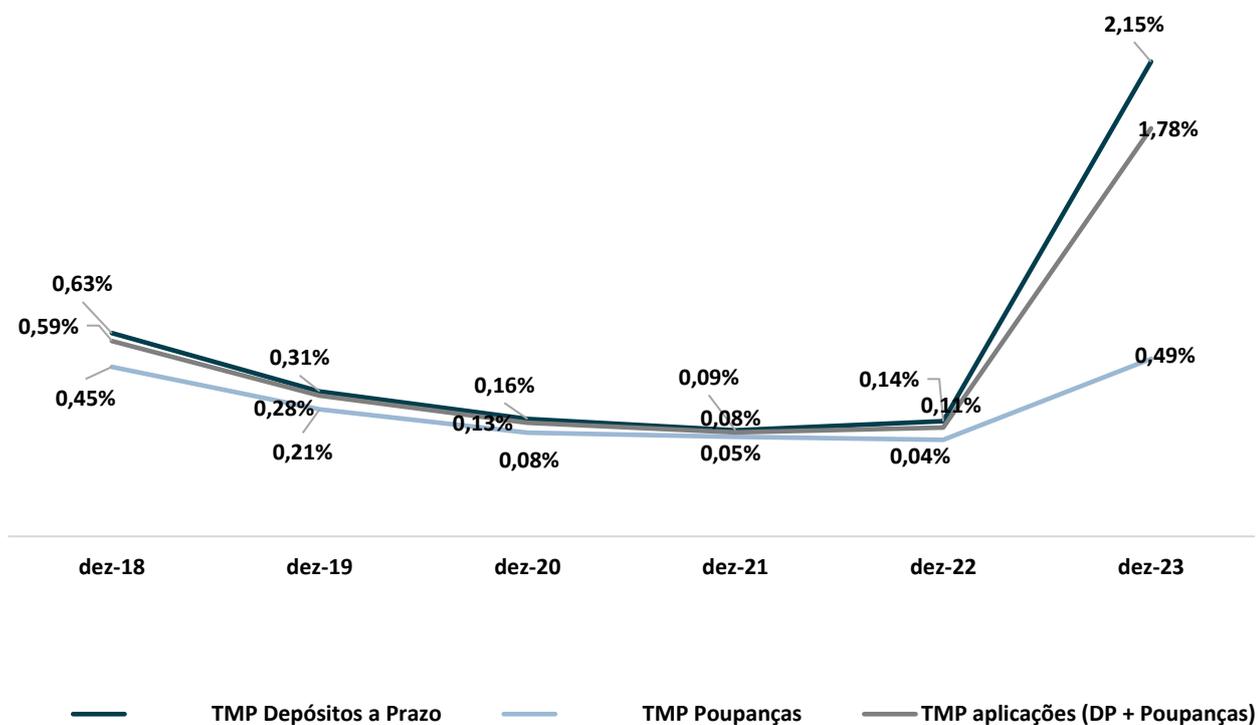
Desta forma, é possível verificar que no final do ano de 2023, os Depósitos a Prazo representam a maior proporção da carteira de depósitos de clientes, 45%, enquanto os Depósitos à Ordem representavam 42% e as Poupanças apenas 13%:



Ainda como resultado do impacto da subida significativa das taxas de referência do BCE, a gestão de taxas passivas foi tema de elevada importância ao longo do ano, considerando este novo ciclo no que diz respeito à remuneração das aplicações dos nossos clientes.

Por consequência, a Taxa Média Ponderada (TMP) registou uma subida gradual e bastante significativa ao longo de todo o ano, tendo atingido o seu pico a dezembro, sendo o mais alto dos últimos 4 anos. Observa-se um valor mais significativo, de quase 2%, nos Depósitos a Prazo, no final de 2023, considerando a estratégia definida de colocação no mercado de produtos não mobilizáveis com taxas mais apelativas, por forma a canalizar os pedidos dos clientes para estes, e garantindo, assim, uma maior estabilidade da carteira, conforme também já apontado.

<sup>8</sup> Pelo interesse na presente análise, assume-se, para este fim, a intenção de apresentar diferença em relação ao Anexo às Demonstrações Financeiras, desconsiderando contratos em nome da própria instituição e não considerando juros corridos.



Assim sendo e atentando na evolução dos juros pagos, face ao ano anterior, registamos um incremento de 1,6 milhões de Euros, o que representa uma variação de 959% entre 2022 e 2023, amplamente justificada pela dinâmica observada na carteira de depósitos. A TMP das Aplicações (DP+ Poupanças) era de 0,11% no final de 2022, quando no final de 2023 era de 1,61%.

Como compensação ao aumento exponencial dos encargos com juros pagos, a remuneração por via do excedente de liquidez evolui de forma muito positiva, fruto também do aumento das taxas do BCE. Face ao ano de 2022, em 2023, regista-se um incremento de 1,8 milhares de Euros, numa variação de 594%.

## CRÉDITO COMERCIAL EFETIVO

A nível nacional a concessão de crédito, em 2023, decresceu, quando comparada com anos anteriores, resultado dos aumentos históricos das taxas de juro. Conforme noticiado pelo Banco de Portugal no final de janeiro passado, os empréstimos a particulares registaram uma taxa de variação anual negativa, de -0,6%, e a taxa de variação anual referente aos empréstimos concedidos pelos bancos às empresas foi também negativa, de -1,1%, comportamentos que não se registavam desde 2017.

Contudo e contrariando esta tendência, a carteira de crédito da CEMAH registou um aumento, ainda que pouco expressivo, na ordem dos 2 683 603 Euros, o que corresponde a um aumento de 1% face a 2022, sendo a carteira, no final do período de 260 796 513 Euros, conforme se detalha de seguida.

De notar que, neste período, a concessão de crédito ficou muito marcada pelo esforço na retenção do crédito já em carteira, face à pressão concorrencial na oferta de taxas atrativas, considerando a baixa procura no mercado, bem como por um volume de amortizações superior ao esperado.

(Euros)

	31-12-2021	31-12-2022	Var. 2022/2022		31-12-2023	Var. 2023/2022	
<b>Limites de Crédito<sup>9</sup></b>	19 494 436	19 064 938	-429 498	-2,2%	16 785 377	-2 279 561	-12,0%
<b>Letras/Livranças</b>	6 416 792	7 263 807	847 015	13,2%	9 327 240	2 063 433	28,4%
<b>Crédito a Prestações</b>	219 347 016	231 784 165	12 437 149	5,7%	234 683 896	2 899 731	1,3%
<b>Total</b>	<b>245 258 244</b>	<b>258 112 910</b>	<b>12 854 666</b>	<b>5,2%</b>	<b>260 796 513</b>	<b>2 683 603</b>	<b>1,0%</b>

<sup>9</sup> Considera-se o capital utilizado.

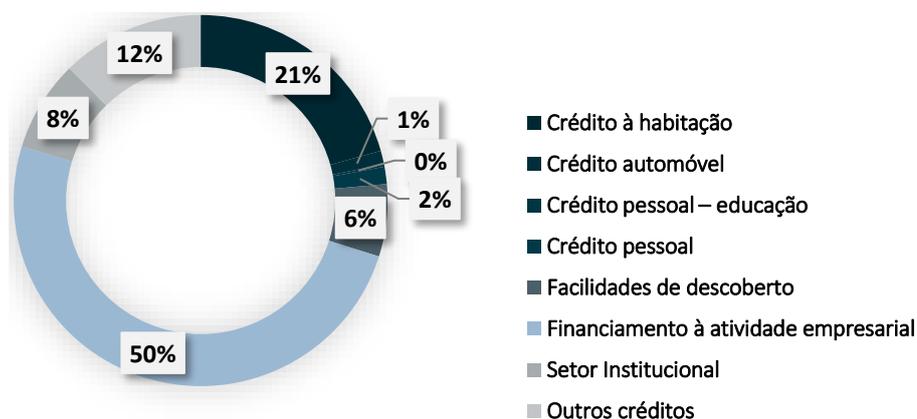
Atentando na carteira de crédito por tipologia, verifica-se que o *stock* de crédito das facilidades de descoberto decresceu, sendo estratégia da CEMAH conceder crédito preferencialmente em produtos estruturados em detrimento desta tipologia.

	(em Euros)						Var.dez-23/dez-22 (Capital)
	dez-22		jun-23		dez-23		
	Capital	Peso %	Capital	Peso %	Capital	Peso %	
Crédito à habitação	52 697 187	20,4%	54 181 253	20,6%	53 869 915	20,7%	1 172 728
Crédito automóvel	2 765 821	1,1%	2 817 996	1,1%	3 020 199	1,2%	254 378
Crédito pessoal – educação	373 257	0,1%	421 105	0,2%	468 129	0,2%	94 871
Crédito pessoal	3 677 954	1,4%	3 984 355	1,5%	3 919 251	1,5%	241 297
Facilidades de descoberto	16 469 483	6,4%	19 686 387	7,5%	16 406 880	6,3%	-62 603
Financiamento Empresarial	130 925 760	50,7%	130 123 258	49,4%	130 121 970	49,9%	-803 791
Setor Institucional	16 534 554	6,4%	19 180 973	7,3%	20 543 822	7,9%	4 009 268
Outros créditos	34 668 893	13,4%	32 951 368	12,5%	32 446 348	12,4%	-2 222 545
<b>Total Geral</b>	<b>258 112 910</b>		<b>263 346 696</b>		<b>260 796 513</b>		<b>2 683 603</b>

Observando agora a concessão de crédito por *cluster*, mantém-se uma maior expressão do cluster de Financiamento à Atividade Empresarial, correspondendo a 46% do total da carteira. Apesar disso, foi sentida uma contração na procura de crédito por parte dos clientes empresariais que resultou, por um lado, do ambiente de incerteza económica gerado pela taxa de inflação elevada e pela consequente pressão das altas taxas juros, e por outro, pela expectativa face às medidas de apoio às empresas previstas no programa 'Portugal 2030', que visa canalizar Fundos Europeus para o desenvolvimento da economia portuguesa, e no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado.

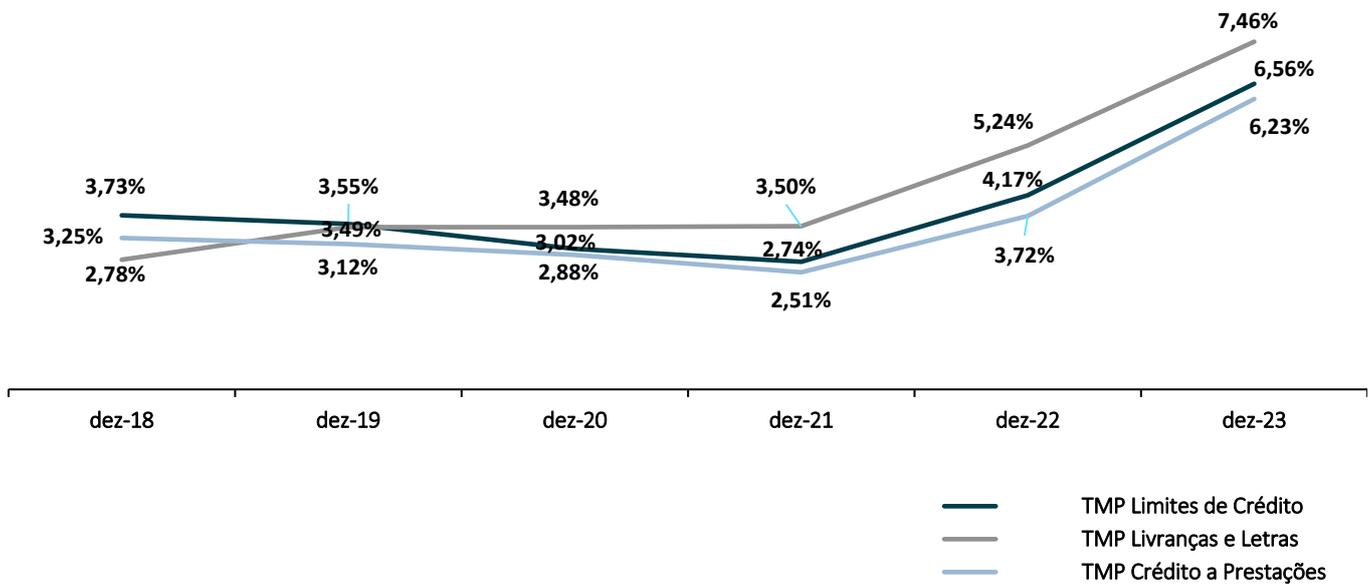
Já no que concerne ao financiamento a clientes particulares, destaca-se a concessão de crédito para finalidades de habitação, *cluster* que representa 20,7% da carteira de crédito a dezembro de 2023. Esta tipologia de crédito revela-se como fulcral para o rejuvenescimento da carteira de clientes e como instrumento de fidelização dos mesmos, mas mantendo-se, porém, uma elevada ponderação na sua evolução, considerando a sua maturidade.

O peso do *cluster* de Financiamento ao Setor Institucional (CP) atingiu cerca de 7,9% da carteira total de crédito.



Os financiamentos efetuados têm elevada cobertura de garantias, nomeadamente, garantias reais, sendo que 77% do global da carteira está garantido por garantia real, percentual que sobe para 81%, se considerada a garantia das Sociedades de Garantia Mútua, junto das quais a CEMAH mantém alguns protocolos à atividade empresarial, e para 85%, se consideradas operações garantidas pelo aval do Governo Regional dos Açores.

No que concerne à Taxa Média Ponderada (TMP) das Operações Ativas regista-se um aumento acentuado ao longo de 2023, mas que já se havia vindo a verificar desde o início de 2022, de forma transversal a todas as tipologias de produto de crédito. Tal aumento está intimamente relacionado com o aumento das taxas indexadas à Euribor, fruto da intervenção do BCE, conforme referido anteriormente.



O rácio de transformação alcançado, com referência a 31 de dezembro de 2023, corresponde a 59,81%, o que representa um incremento de 4,59% em relação ao período homólogo, reflexo da evolução, quase na mesma proporção, mas em trajetória simétrica, da concessão de crédito (+2,40%) e da captação de recursos (-2,68%).

## RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Não obstante a aposta no robustecimento das equipas e das práticas internas no âmbito da recuperação de crédito, a CEMAH mantém uma política que privilegia a regularização do crédito vencido pela via extrajudicial, atendendo, sobretudo, ao conhecimento que advém de um relacionamento de proximidade ao cliente, bem como (e daí) a qualidade global da carteira de crédito, nomeadamente ao nível das garantias prestadas, quer reais por via de hipotecas ou pessoais por via de aval ou fiança. Releva ainda indicar que, atendendo ao panorama atual corrente, conclui-se que a CEMAH não está perante uma fase de incumprimento de crédito bancário relevante, havendo, no entanto, sempre a necessidade de prevenção para o ciclo recessivo que se avizinha, em que o impacto no crédito vencido poderá vir a ser mais visível.

Do ponto de vista de contencioso e, em particular, das ações executivas intentadas pela CEMAH, cumpre referir que, com uma melhor eficácia interna e um maior acompanhamento dos processos junto dos mandatários externos, foi possível concretizar um aumento da celeridade na recuperação do crédito em contencioso.

Quanto ao processo de recuperação de crédito propriamente dito, com a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 80-A/2022, que estabeleceu medidas destinadas a mitigar os efeitos do incremento dos indexantes de referência de contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente, no seguimento do disposto no artigo 5.º desse diploma, em 2023, estes contratos foram acompanhados, tendo sido enviados ofícios aos mutuários de créditos para a aquisição ou construção de habitação própria permanente com vista a detetar indícios de agravamento significativo da taxa de esforço ou de verificação de uma taxa de esforço significativa do mutuário.

Pese embora o Decreto-lei n.º 80-A/2022 tenha estado em vigor até 31 de dezembro de 2023, o Legislador deu continuidade à preocupação com o acompanhamento dos contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente, nos quais se verificasse o impacto do aumento das taxas de juro por via do indexante, designadamente através da publicação do DL n.º 91/2023, de 11 de outubro, com o aditamento de 2 (duas) cláusulas do DL n.º 20-B/2023, de 22 de março, e alteração do DL n.º 80-A/2022, de 25 de novembro.

Assim, a CEMAH continuou a isentar a Comissão de Reembolso Antecipada, conforme o artigo 11.º de DL n.º 91/2023, de 11 de outubro, e a acompanhar os clientes que apresentam uma taxa de esforço igual ou superior a 100%, de acordo com o artigo 13.º do DL n.º 91/2023, de 11 de outubro.

Quanto ao Modelo de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, definido em 2022, procedeu-se à consolidação da abordagem da Recuperação de Crédito a clientes com exposições não produtivas e com um determinado nível de incumprimento, a par da atuação das áreas de Gestão do Risco, o que derivou numa redução do rácio de NPL para 5,43%, sendo relevante considerar que, expurgado do efeito de alguns *outliers* – no caso, 2 grandes exposições com uma elevada cobertura de imparidade e com colateralização sólida –, o rácio de NPL concretizar-se-ia, de facto, nos 3,25%, abaixo do rácio de referência de 5%; a projeção para o rácio de NPL é de 5,03% em 2024. Releva referir que o elevado nível de colateralização se verifica relativamente aos créditos NPL no global, considerando que a sua cobertura ascende a 79,16% ou 119,02%, caso se considerem os colaterais ou o conjunto de colaterais e imparidade, respetivamente.

Deu-se continuidade ao acompanhamento das reestruturações urgentes (reestruturações por dificuldades financeiras do cliente) realizando-se ponto de situação mensal das reestruturações por dificuldades financeiras do cliente existentes, com referência ao último dia do mês anterior.

No final de 2023, foi dado início ao levantamento de requisitos de ferramenta informática que dará apoio à automatização do processo de recuperação de crédito.

Reforçando os mecanismos de controlo já implementados, desta feita na ótica do cumprimento integral dos preceitos regulamentares sobre a matéria de avaliações imobiliárias, prosseguindo com a centralização do processo, e com o perito avaliador de imóveis independente, verificou-se a certificação de qualidade dos relatórios de avaliação produzidos pelos avaliadores externos, nomeadamente no que concerne à monitorização e revisão das garantias associadas a ENP, de acordo com as orientações EBA/GL/2018/06. No ano de 2023, a CEMAH realizou 1.595 avaliações e reavaliações imobiliárias, mais 20% que no ano anterior, distribuídas por um painel de 15 avaliadores externos formalmente contratados.

No que concerne a imóveis obtidos em recuperação de crédito (por via de dação ou execução), disponíveis e não disponíveis para venda, a 31 de dezembro de 2023, o valor ascende a 1.563.791 Euros, referente a 12 imóveis em carteira, o que representa um aumento relativamente ao período homólogo de *circa* 422 mil Euros, resultado da alienação de 13 imóveis, num valor global de venda de 851 mil Euros, e da entrada de 4 imóveis em carteira, de valor superior a 1.100 mil Euros, já no mês de dezembro.

Por último, e neste âmbito, a CEMAH elaborou em 2023, uma Política de Suporte à Gestão de Imóveis Adquiridos em Reembolso de Crédito, que tem como objetivo a formalização das linhas orientadoras e dos procedimentos da CEMAH, em matéria de gestão de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio – detenção, avaliação e alienação, tendo em vista minimizar o tempo da sua detenção em balanço e/ou assegurar a redução efetiva da exposição prudencial a estes ativos.

## SERVIÇOS E COMMISSIONAMENTO

Relativamente ao comissionamento, é importante ressaltar que, no ano de 2023, entrou em vigor a Lei n.º 24/2023, de 29 de maio que vem introduzir normas de proteção do consumidor de serviços financeiro, que passam pelo restringimento na cobrança de algumas comissões. Todavia, no mesmo ano, evidenciou-se um aumento na cobrança de comissões de 16 milhares de Euros, numa variação de 0,5% face ao ano homólogo. Importa ressaltar que os resultados obtidos não descoram a estratégia definida pela CEMAH de praticar comissões inferiores à média do mercado, como fator diferenciador da concorrência e numa ótica de inclusão de todos os clientes no sistema bancário.

Constatou-se que o comportamento das diversas rubricas de comissionamento não foi regular, tendo se verificado aumentos e diminuições consoante o produto/serviço. Do conjunto de comissões analisadas que apresentaram um aumento face ao ano de 2022, destacamos: a comissão de estudo de dossier, que registou um acréscimo de 15 milhares de Euros, a comissão relativa às transferências de valores que aumentou 12 milhares de Euros, a comissão associada à venda de seguros, que sofreu um acréscimo de 9 milhares de Euros, influenciado pelo aumento da comercialização de apólices e as anuidades dos cartões, com um aumento de 2 milhares de Euros. Contrariamente, no que concerne às comissões que sofreram quebras face ao ano homólogo realçamos: a comissão de manutenção, que registou uma variação negativa de 30 milhares de Euros, a comissão da tarifa interbancária, com uma redução de 12 milhares de Euros e a comissão referente às garantias bancárias, que sofreu um decréscimo de 14 milhares de Euros.

## SISTEMAS DE PAGAMENTOS

Em 2023 o Departamento de Operações deu continuidade à implementação de diversas iniciativas que visam promover soluções de pagamento seguras e eficientes para os seus clientes, acompanhando a inovação do mercado, e a Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho, delineada pelo Banco de Portugal.

Relativamente aos cartões de débito, registava-se, no final de 2023, um total de 29.078 cartões ativos, o que representa um aumento aproximado de 9 % face a 2022.

Durante o ano 2023, registou-se a continuidade da tendência de incremento do número de terminais TPA contratualizados, tendo este número atingido os 611 equipamentos, com referência a 31 de dezembro, o que se traduz num aumento de 14,5 %.

O parque de ATM era constituído por 67 equipamentos a 31 de dezembro de 2023, aumentando em 2 o número de equipamentos face ao ano anterior, ambos em Angra do Heroísmo, designadamente na freguesia de Santa Luzia e no novo terminal rodoviário central. Procedeu-se, ainda, a 5 substituições de equipamentos em fim de vida e por imposição regulatória – 2 na Ilha do Faial, na cidade da Horta, 1 em São Jorge, na freguesia da Urzelina, 2 na Ilha Terceira, um em cada um dos concelhos –, sendo de notar que a rentabilidade destes equipamentos decresceu cerca de 11% face ao ano transato.

Importa ainda salientar a prossecução da implementação do Projeto PAY, que se tem revelado muito exigente, implicando a alteração do reporte de informação estatística ao Banco de Portugal, nomeadamente do ponto de vista de incremento de regularidade e granularidade; entraram em produção as componentes referentes a Transferências e Débitos Diretos, em julho e setembro, respetivamente.

Durante 2023, avançou-se, ainda, com a adaptação das Transferências SEPA CT, dos Débitos Diretos SEPA e das Transferências Imediatas SEPA CT INST às novas exigências regulamentares, em concreto, para as versões 8.00, 7.00 e 4.00 respetivamente, apesar de a entrada em produção dessas ter sido adiada para março de 2024.

Alinhada com a predisposição do mercado para privilegiar os pagamentos através destas vias, dadas as exigências de mobilidade, veja-se a concretização transaccional por tipo de instrumento de pagamento, em número e montante, apresentada pela Instituição, com comparativo relativamente ao período homólogo:

	2023		2022	
	N.º Operações	Valor em Euros	N.º Operações	Valor em Euros
SEPA CT dest OIC	272 392	623 504 118	299 721	612 686 019
SEPA CT INST	20 062	48 320 142	12 019	33 808 181
TRF MB	61 527	28 654 774	63 692	27 285 999
OBA/PSD2	868	279 493	394	142 747
MBWay	520 355	26 144 398	351 148	16 517 852

Perante os dados apresentados, é notório o aumento de operações de transferência SEPA Imediatas (SEPA INST), das operações PSD2/OBA, com mais do dobro de operações face a 2022, e o crescimento muito significativo do número e montante de operações MBWay.

Por fim, e no âmbito da implementação do novo sistema bancário *core*, com a entrada em produção dos módulos de Títulos e *Money Market*, o departamento de Operações deu início aos processamentos de fecho do dia, para além dos restantes processamentos operacionais conducentes ao normal funcionamento do sistema atual, em paralelo.

## COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA MARCA

As estratégias de Comunicação e Publicidade desenvolvidas ao longo de 2023 tiveram como linha orientadora o crescimento sustentável da Instituição, aliando a Comunicação Institucional à Comunicação de Produto.

Neste seguimento, a ação focou-se em três grandes eixos, a saber: i) Reforço do Posicionamento da CEMAH enquanto ‘Banco de todos, sempre presente’; ii) Promoção estratégica da carteira de produtos; iii) Captação de clientes e aumento da quota de mercado.

Para desenvolvimento desta ação, a CEMAH reforçou a política de promoção através dos meios tradicionais de comunicação, como a rádio e os jornais locais, apostando, ainda, na comunicação com os clientes via canais digitais e site institucional, num modelo de relacionamento voltado para o cliente. Esta empenho, em paralelo nos meios tradicionais de comunicação e nos meios digitais, teve como objetivo alcançar todos os segmentos etários de clientes, potenciando a notoriedade da marca CEMAH na RAA, divulgando de igual modo os seus produtos e serviços, procurando conquistar novos clientes e reforçar a relação e fidelizar os clientes atuais, contribuindo para o incremento do negócio.

## PRESENÇA NAS REDES SOCIAIS

Manteve-se a aposta na comunicação via Redes Sociais, em particular através do Facebook, considerando que estas são uma forma privilegiada de conquistar potenciais clientes. Para além de serem uma forma de publicidade, as redes sociais apresentam-se como um canal de excelência de comunicação e criação de uma imagem moderna e atenta à evolução e às tendências do mercado.

Do ponto de vista comercial e como estratégia de captação de clientes jovens, de forma a renovar a carteira de clientes, a presença em redes sociais como o Facebook é fundamental pois permitem-nos comunicar diretamente com este nosso público-alvo, transmitindo uma imagem de disponibilidade, proximidade e de foco no cliente, incentivando-os a entrarem em contacto connosco e a estabelecerem uma relação comercial com a Instituição.

## EVENTOS

A 8 de janeiro realizou-se a V Edição do Concerto de Ano Novo da CEMAH, com a atuação da Filarmónica da Associação Cultural do Porto Judeu e Convidados, que teve lugar na Igreja da Misericórdia, em Angra do Heroísmo.

Esta foi a V Edição deste evento, não consecutiva, considerando o interregno imposto pelas necessárias medidas de contenção da pandemia da -19. O concerto foi abrilhantado pela participação de músicos locais e artistas de renome nacional: a Filarmónica da Associação Cultural do Porto Judeu e seus convidados – Sancha Gaspar, Sílvia Gaspar, João Rodrigues (Tenor do Teatro de São Carlos) e Rui Baeta (Barítono da Orquestra do Algarve) - sob a batuta do Maestro Francisco Rocha.

A CEMAH pretende com este evento anual celebrar o início de um novo ano, que se espera seja de harmonia, paz e prosperidade.



# MERCADOS E INVESTIMENTO

A linha de negócio de Mercados e Investimento tem representado um aporte significativo para a Margem Financeira e para o Produto Bancário. Com o movimento de subida das taxas de juro por parte dos Bancos Centrais, verificou-se um aumento das possibilidades de novos investimentos, bem como da sua rentabilidade. Contudo, em conformidade com o atual modelo de negócio da instituição para esta categoria de ativos, a carteira de obrigações da CEMAH, classificada ao custo amortizado, tem como objetivo apenas gerar fluxos de caixa e rendimento para remunerar passivos, o que condiciona a seleção de novos investimentos desta tipologia.

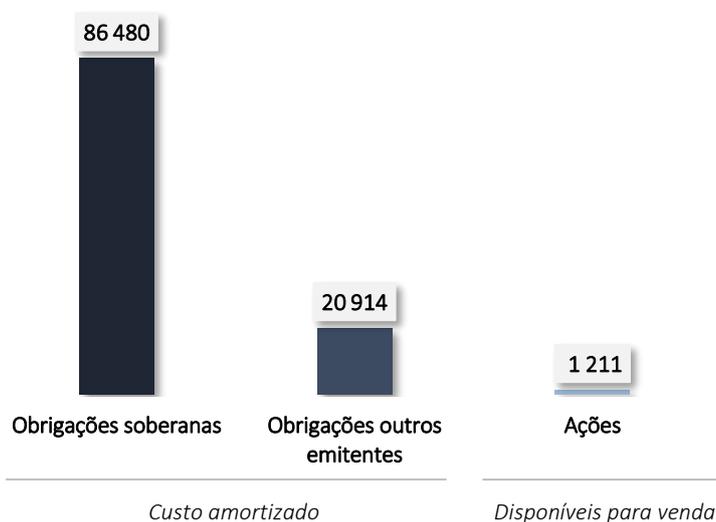
Também consequência da subida das taxas diretoras por parte dos Bancos Centrais, a partir de setembro de 2022 a liquidez excedentária junto do Banco de Portugal passou a ser remunerada via aplicação em depósito *overnight*, sendo que, a dezembro de 2023, a taxa de remuneração de tais aplicações era de 4%. Neste contexto, a CEMAH passou a aplicar diariamente toda a sua liquidez excedentária neste mercado, que, a 31 de dezembro de 2023, correspondia a cerca de 75 milhões de Euros. Foram ainda mantidas outras aplicações de curto prazo, tais como, depósitos junto de outras instituições de crédito e papel comercial, que apresentavam no final de 2023 o valor de 2.800 milhares de Euros e 11.500 milhares de Euros, respetivamente.

Veja-se, então, o contributo dos juros, rendimentos e resultados, bem como dos encargos e imparidades, referentes a esta linha de negócio para a construção dos resultados do exercício (milhares de Euros):

	31-12-2023	31-12-2022
Juros de aplicações no Banco de Portugal e OIC	2 233	319
Juros Papel Comercial	436	73
Juros Carteira Títulos	1 930	851
Outros ativos	5	10
<b>Contributo para a Margem Financeira</b>	<b>4 603</b>	<b>1 273</b>
Dividendos	22	56
Mais/menos-valias	69	(889)
Encargos com serviços e comissões	(152)	(314)
<b>Contributo para o Produto Bancário</b>	<b>4 542</b>	<b>127</b>
Imparidade	31	(9)
<b>Contributo para o RAI</b>	<b>4 573</b>	<b>118</b>

No final de 2023, o valor global da carteira de títulos ascendia a 109 milhões de Euros, dos quais 99% correspondiam a investimento em obrigações (107.394 milhares de Euros), sendo que a dívida soberana representava 80% do total da carteira. A 31 de dezembro de 2023, a CEMAH não detinha em carteira quaisquer posições em ações, ETF ou Fundos de investimento, com exceção da participação social na SIBS, sendo que, com exceção desta última, toda a carteira detida pela CEMAH se encontrava classificada ao custo amortizado.

(em milhares de Euros)



# SUSTENTABILIDADE

O tempo de colocar questões sobre os desafios da *Sustentabilidade/ESG* terminou com a publicação da *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) e do pacote relativo à *Sustainable Finance Disclosures Regulation* (SFDR).

Ainda que o pacote da SFDR não se aplique à CEMAH – uma vez que a Instituição não intervém no mercado financeiro em nenhuma das categorias de elegibilidade, designadamente por ser uma instituição de crédito que não presta serviços de gestão de carteiras –, emerge natural preocupação com a profundidade com que se preconiza a aplicação da CSRD, até por não se saber ainda exatamente se/de que forma se aplicará a proporcionalidade na verificação do cumprimento dos preceitos subjacentes. O que é facto é que a Diretiva robustece as regras inerentes ao reporte de informação no âmbito Social (o “S”) e Ambiental (o “E”, de *Environmental*), e o âmbito de aplicação é alargado, no sentido de garantir que os investidores e outros *stakeholders* têm acesso a informação transparente e relevante na avaliação dos riscos resultantes de questões de sustentabilidade, quer na gestão de fatores exógenos como as alterações climáticas, quer no seu impacto no todo e em termos endógenos; de qualquer modo, a implementação das imposições a tempo de reportar em 2025 sobre 2024, não parece longínqua, e a Comissão veio, conforme esperado, adotar o primeiro conjunto de *standards* apenas no final de 2023, mantendo-se a expectativa de que o efeito de estabilização do custo de reporte só se verificará no médio/longo prazo, perante a harmonização da taxonomia, métodos e fontes da informação.

Na verdade, no processo de planeamento estratégico para o triénio 2023-2025, a Instituição já acomodou o tema dos riscos ESG com concretização e relevância significativas, em concreto, estabelecendo 3 (das 19) iniciativas, especificamente para a adaptação das políticas e práticas às questões definidas.

Revela-se, contudo, difícil concretizar algumas questões como a avaliação da pegada carbónica do negócio (e respetivo plano de mitigação) ou a capacidade, em particular, de as instituições do setor financeiro servirem/assumirem o papel de destaque que lhes foi imposto em concertação comunitária.

Anteveem-se ainda dificuldades, pelo menos numa primeira fase, em distinguir a bondade de algumas das medidas encetadas pelos diversos agentes, até pelo inevitável *greenwashing* que decorrerá (de forma intencional ou não intencional) do (re)pensar e (re)designar de algumas das atividades já desenvolvidas.

Veja-se que a missão da CEMAH surge imbuída do espírito de crescimento inclusivo, concretizado desde logo na atuação como “banca de proximidade”, mas tal não confere necessariamente agilidade na transição do assistencialismo para a economia circular, e ainda menos, se considerada a extrapolação daí para preocupações mais contemporâneas como as finanças sustentáveis ou a preservação/regeneração ecológica e da biodiversidade. Mais, empreender iniciativas de apoio Social relevantes, quando a acionista é a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e sem ferir preceitos de *Corporate Governance*, também terá sempre um enquadramento especial.

Portanto, com a chancela concedida no Plano Estratégico, a Política de Responsabilidade Social – *Caixa Solidária*<sup>10</sup> foi revista, no sentido de introduzir o compromisso de atuação da instituição de acordo com os critérios ESG.

Para a CEMAH, todavia, a componente *Social* do ESG abarca também práticas de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal/familiar dos colaboradores, bem como a saúde mental e bem-estar, o que, ainda que não identificado neste âmbito, numa primeira fase, esteve subjacente às opções tomadas desde o surto pandémico por Covid-19 no que diz respeito à instituição de práticas laborais mais flexíveis e dinâmicas. Certo é que, tal como reconhecido ao nível do Plano Estratégico para 2023-2025, a promoção de práticas de gestão de talentos com vista à captação e retenção dos mesmos e otimização da estrutura organizacional é um desafio, sobretudo, considerando as idiossincrasias do ecossistema no qual a Instituição opera (a nível socioeconómico, geográfico e afins).

Do ponto de vista da componente *Environmental*, é de mencionar o Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), que contém as medidas do Governo Regional dos Açores (GRA) nessas matérias. O PRAC inclui medidas e ações, de aplicação setorial, para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, estimando o seu potencial de redução, bem como a definição de medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diversos setores estratégicos. As autoridades regionais dos Açores dispõem de um orçamento total de quase 20 milhões de euros (dos quais cerca de 12 milhões são financiados pela União Europeia), e de uma equipa do projeto que contribuirá para a execução de um programa regional de adaptação às alterações climáticas ao longo de 10 anos, até dezembro de 2030.

O PRAC, enquanto instrumento de política setorial, vincula todas as entidades públicas, cabendo aos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território acautelar a programação e a concretização das políticas e objetivos definidos, sendo de referir que este programa foi aprovado através do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2019/A. Neste programa foram identificadas as áreas em que existe maior probabilidade de ocorrência de eventos catastróficos, nomeadamente, movimentos de vertente, cheias ou inundações, bem como as zonas ameaçadas pelo mar. O mesmo incorpora medidas de prevenção sobre os setores de atividade mais afetados por estes fenómenos, para além, naturalmente, da segurança das pessoas e bens.

Em dezembro de 2022, foi publicado o primeiro Relatório de Monitorização do Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores, encontrando-se já em implementação o correspondente a 52% de um total de 145 medidas recomendadas, estando 9% delas totalmente implementadas.

Tal como referido na secção da Gestão do Risco, a Instituição efetua anualmente o exercício de identificação e avaliação dos riscos, o qual é constituído por duas componentes (i) identificação dos riscos e (ii) avaliação dos riscos. A componente de identificação procura levantar e

---

<sup>10</sup> Orientada para a criação de valor social e na qual se concretizam princípios e procedimentos sobre as vertentes de economia social e de solidariedade, bem como assumindo preocupações económicas, ambientais e culturais no mercado em que opera.

mapear, através da participação dos responsáveis das áreas, os fatores de risco associados a cada categoria e/ou subcategoria de riscos. Subsequentemente, esses fatores de risco são (i) avaliados quanto à sua probabilidade de ocorrência e magnitude do seu impacto, pelas várias áreas da organização; e (ii) agregados para formar a avaliação de cada categoria. No referido exercício, foram considerados os fatores de riscos climáticos e ambientais na identificação e avaliação dos riscos, integrados nas várias categorias de riscos pré-existentes, e não de forma isolada em categoria específica.

Ainda que, na presente data, os riscos climáticos e ambientais não sejam materiais na atividade da instituição, reconhecendo que possam existir riscos relativos ao processo de adaptação ou adoção de um modelo económico mais sustentável, baseado em atividades de baixo carbono e em princípios de economia circular, a CEMAH procedeu à avaliação da exposição ao risco de transição, tendo presente as orientações emitidas pelas autoridades de supervisão. Para tal, foram apuradas as exposições setoriais cuja natureza das atividades implicam maiores emissões de gases com efeito de estufa. A exposição sobre os setores em causa representa apenas 0,96% do total da exposição com referência a 31 de dezembro de 2023, pelo que se considera que os transmissores do risco de transição, nomeadamente, políticas climáticas, requisitos tecnológicos ou alterações no sentimento por parte dos consumidores, não constituem, na presente data, um risco material para as atividades da Instituição.

Paralelamente, têm sido estudadas as questões de consciencialização ambiental na Instituição e otimização de recursos, designadamente através da racionalização do consumo energético, reciclagem, redução do consumo de papel e outros consumíveis, o que tem assumido dimensão para tratamento autónomo. Nesse sentido e sem negligenciar a perspetiva de redução dos seus custos, a CEMAH candidatou-se ao programa regional de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas fotovoltaicos – painéis solares –, conforme descrito no Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2022/A, de 8 de setembro, e encetou os contactos necessários para a instalação nos seus edifícios de máquinas purificadoras de água, ligadas à rede pública, com o objetivo de eliminar a distribuição de água em garrafas de plástico.

Do ponto de vista energético, importa salientar que, apesar da ausência de dinâmica concorrencial na oferta de energia elétrica, é cada vez maior a pressão de todos os *stakeholders* para que o fornecimento energético se baseie cada vez mais em energias renováveis e recursos endógenos, mas o caminho a percorrer parece ainda longo, designadamente no que concerne à proporção de energia, de origem térmica, produzida com dependência de fuelóleo e gasóleo. De qualquer modo e no que depende exclusivamente de opções institucionais, é incentivado a que cada colaborador considere a eficiência energética nas opções quotidianas ao serviço da Instituição, desde a utilização consciente de iluminação e ar condicionado até à reprografia.

Quanto à visão da evolução da oferta de produtos bancários em direção à pressão para a digitalização, como adaptação a questões de sustentabilidade do negócio, de expansão da oferta a *targets* diferenciados e de resposta à exigência de mobilidade e desmaterialização de processos – quadro naturalmente impulsionado pelo contexto do surto pandémico, com a necessidade de assegurar ao maior número de clientes os serviços essenciais, de forma segura –, a Instituição encontra-se alinhada com o mercado, mantendo-se o volume significativo de operações realizadas pelas vias digitais. Não deixa de ser relevante mencionar o crescimento da oferta de serviços bancários de adesão simples, rápida e ajustados à complexidade do cliente, como sejam as contas de serviços mínimos bancários, e o estudo de alternativas de diferenciação de comissionamento, designadamente da comissão de manutenção de conta, para clientes “verdes” (v.g. com adesão ao extrato digital).

Verificou-se como incontornável o envolvimento crescente do ecossistema empresarial em crescimento, no sentido de dar a conhecer as soluções e serviços financeiros atualmente disponíveis e abrir espaço para eventuais parcerias, não apenas com *startups* como também micro e pequenas empresas ligadas às áreas da Agroindústria, Tecnologias de Informação e Comunicação e Indústrias Culturais e Criativas, bem como acompanhar oportunidades de investimento em projetos e empresas inovadoras, em diferentes estágios de desenvolvimento e consolidação. É ainda de destacar que a CEMAH demonstrou, desde há muito, apetência para apoiar clientes que apresentaram ideias inovadoras sobre fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação de materiais e energia, mesmo quando financeiramente mais desafiante ou menos atrativo. Para além disso, releva referir que, por princípio, a CEMAH privilegia o relacionamento comercial com entidades sediadas na Região, sendo a aquisições de bens e serviços efetuada no comércio local, sempre que viável.

Por outro lado, ao nível da carteira própria e perante uma certa imaturidade da terminologia e avaliação dos *social Instruments*, *green instruments* e *sustainability linked instruments*, bem como do espaço existente para o já mencionado *greenwashing* dos emitentes e dos *traders*, a CEMAH tem efetuado o seu posicionamento com alguma parcimónia.

Em suma, a ideia fundamental permanece: o desenvolvimento económico tem de ser motriz do desenvolvimento generalizado, social e individual, com impacto atual e futuro, mas os custos da forma, não poderão prevalecer sobre a substância.



# VISÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

As demonstrações financeiras analisadas de seguida reportam-se ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de março de 2024.

## BALANÇO

(milhares de Euros)

	2023-12-31		2022-12-31	
<b>Ativo</b>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	98 773	20,20%	105 796	21,51%
Ativos financeiros detidos para negociação	-	0,00%	-	0,00%
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	0,00%	-	0,00%
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1 211	0,25%	1 211	0,25%
Ativos financeiros pelo custo amortizado	374 536	76,60%	370 919	75,40%
Ativos fixos tangíveis	6 003	1,23%	6 008	1,22%
Outros ativos intangíveis	1 718	0,35%	1 498	0,30%
Ativos por impostos correntes	152	0,03%	99	0,02%
Ativos por impostos diferidos	410	0,08%	1 343	0,27%
Outros ativos	4 576	0,94%	3 999	0,81%
Ativos não correntes e grupos para alienação class. detidos para venda	1 546	0,32%	1 087	0,22%
<b>Total de Ativo</b>	<b>488 925</b>	<b>100,00%</b>	<b>491 959</b>	<b>100,00%</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	446 450	91,31%	458 650	93,23%
Outras provisões	51	0,01%	77	0,02%
Passivos por impostos correntes	897	0,18%	11	0,00%
Passivos por impostos diferidos	17	0,00%	18	0,00%
Outros passivos	6 957	1,42%	4 365	0,89%
<b>Total de Passivo</b>	<b>454 372</b>	<b>92,93%</b>	<b>463 121</b>	<b>94,14%</b>
<b>Capital</b>				
Capital realizado	19 932	4,08%	19 932	4,05%
Lucros retidos	816	0,17%	1 568	0,32%
Reservas de reavaliação	249	0,05%	249	0,05%
Outras reservas	6 899	1,41%	6 709	1,36%
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	6 657	1,36%	380	0,08%
(-) Dividendos provisórios				
<b>Total de Capital</b>	<b>34 553</b>	<b>7,07%</b>	<b>28 838</b>	<b>5,86%</b>
<b>Total de Passivo e Capital</b>	<b>488 925</b>	<b>100,00%</b>	<b>491 959</b>	<b>100,00%</b>

A 31 de dezembro de 2023, o Ativo líquido da CEMAH situava-se nos 488.925 milhares de Euros, representando uma diminuição de 0,62% face ao período homólogo do ano anterior. Da análise das suas componentes com peso mais significativo, tem-se:

- A rubrica de Ativos financeiros pelo custo amortizado apresenta em 2023 um crescimento de 3.618 milhares de Euros face ao ano anterior, que compreende os seguintes ativos:
  - i. Crédito a clientes líquido (incluindo aplicações em papel comercial), no montante de 264.457 milhares de Euros, que compreende todo o crédito efetivo, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respetivos proveitos a receber deduzido das respetivas imparidades. Este representa 54,09% do Ativo líquido e regista um crescimento de 1,81% face ao ano anterior.
  - ii. Aplicações a prazo em instituições de crédito, deduzidas da respetiva imparidade e acrescidas dos correspondentes juros a receber, num montante de 2.795 milhares de Euros a 31 de dezembro de 2023, face aos 2.781 milhares de Euros registados a 31 de dezembro do exercício anterior. Estas correspondem a depósitos a prazo em instituições financeiras de sólida reputação, e proporcionaram em um rendimento anual de 27 milhares de Euros em 2023 (1 milhão de Euros em 2022). As aplicações em instituições de crédito encontram-se sujeitas a um limite de exposição a uma só entidade imposto pelo Banco de Portugal, que no caso da CEMAH corresponde a 25% do valor dos Fundos Próprios.
  - iii. Títulos de dívida classificados ao custo amortizado, num montante de 107.284 milhares de Euros, que a CEMAH tenciona manter no seu ativo até à respetiva maturidade, rentabilizando o respetivo investimento por via do recebimento dos respetivos fluxos de caixa contratuais e protegendo esta componente da carteira da volatilidade do mercado. Face a dezembro de 2022, estes ativos sofreram uma diminuição de 1.088 milhares de Euros;
- A rubrica de Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem apresentava a 31 de dezembro de 2023 um saldo de 98.773 milhares de Euros, registando uma diminuição de 6,64% face ao final do exercício de 2022. O montante registado nesta rubrica inclui 84.991 milhares de Euros de saldos em bancos centrais, dos quais 79.090 milhares de Euros referentes a um depósito efetuado no *overnight* junto do Banco Central, que, na sequência da subida das taxas de juro diretoras do BCE, permite à CEMAH a rentabilização da liquidez excedentária, numa base diária;
- O montante dos Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral, respeitante à participação da CEMAH na SIBS, não registou qualquer variação durante o ano de 2023;
- Os Ativos tangíveis e intangíveis, no valor líquido de 7.721 milhares de Euros, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio, equipamento e aplicações informáticas necessários ao funcionamento da Instituição, assim como o reconhecimento do direito de uso de imóveis e viaturas. A 31 de dezembro de 2023, o valor líquido dos ativos intangíveis, de 1.718 milhares de Euros, incluía 1.456 milhares de Euros referentes ao investimento em curso no novo Core Bancário;
- Os Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda incluem os ativos recebidos em reembolso de crédito próprio em condições de serem alienados. A 31 de dezembro de 2023 estes apresentavam um valor líquido de 1.546 milhares de Euros, superior em 459 milhares de Euros face ao registado em 2022. Apesar do esforço desenvolvido no sentido da alienação de tais ativos, no final de 2023, só em dezembro foram recebidos em dação 4 imóveis no valor de 1.119 milhares de Euros.

A estrutura do Ativo do Balanço da CEMAH não sofreu, portanto, alterações significativas durante o exercício de 2023, mantendo-se relativamente semelhante o peso relativo das grandes rubricas que o constituem.

Quanto ao Passivo, a 31 de dezembro de 2023, este registava um valor de 454.372 milhares de Euros, menos 8.749 milhares de Euros do que no final de 2022. Esta diminuição de 1,89% resultou essencialmente da redução dos depósitos de clientes. No âmbito do Passivo, salientam-se então os valores das seguintes rubricas:

- Passivos financeiros pelo custo amortizado, no montante de 446.450 milhares de Euros. Esta rubrica inclui a carteira de depósitos da Instituição acrescida dos respetivos juros a pagar, que assumem o montante de 442.235 milhares de Euros, e tendo registado durante o exercício de 2023 uma diminuição de 12.082 milhares de Euros (-2,66% face ao ano anterior). A rubrica inclui também 1.823 milhares de Euros relativos a capital e juros do empréstimo obrigacionista emitido pela CEMAH no final de julho de 2020;
- Outros Passivos, com um valor de 6.957 milhares de Euros e que representam 1,53% do passivo da Instituição.

A 31 de dezembro de 2023, o Capital Próprio da CEMAH era de 34.553 milhares de Euros, apresentando um crescimento de 19,82% (5.715 milhares de Euros) em relação ao período idêntico do ano anterior. Da análise das suas componentes salienta-se:

- Uma diminuição de 752 milhares de Euros da rubrica Lucros retidos. No saldo desta componente do Capital encontram-se refletidos os impactos das remensurações do Fundo de Pensões e os dividendos não distribuídos.
- Um aumento das Outras reservas de 190 milhares de Euros, correspondente a 50% do resultado líquido de 2022;
- O resultado líquido do exercício de 2023, que se situou nos 6.657 milhares de Euros, 6.277 milhares de Euros superior ao registado em 2022.

# DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de Euros)

2023-12-31 2022-12-31

Juros e rendimentos similares	18 485	8 510
Juros e encargos similares	(2 016)	(349)
<b>Margem financeira</b>	<b>16 469</b>	<b>8 161</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	22	56
Rendimentos de serviços e comissões	2 979	3 002
Encargos com serviços e comissões	(654)	(780)
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	-	89
Resultados de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	-	(296)
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	-	(637)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	113	201
Resultados de alienação de ativos financeiros ao custo amortizado (líquido)	73	(45)
Outros rendimentos de exploração	342	136
Outros encargos de exploração	(369)	(465)
<b>Produto bancário</b>	<b>18 975</b>	<b>9 422</b>
Custos com pessoal	(4 779)	(4 263)
Gastos gerais administrativos	(3 937)	(3 280)
Amortizações do exercício	(581)	(785)
Provisões líquidas de reposições e anulações	26	67
Imparidade de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rend. integral líq. reversões e recuperações	-	60
Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado líquida de reversões e recuperações	(1 563)	(541)
Imparidade de ativos não financeiros líquida de reversões e recuperações	57	(223)
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)	(31)	(8)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>8 167</b>	<b>447</b>
Impostos	(1 510)	(67)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>6 657</b>	<b>380</b>

<b>Elementos que não serão reclassificados em resultados</b>	<b>(622)</b>	<b>417</b>
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	(622)	453
Varição do justo valor de instrum. capital próprio mensurados pelo justo valor através do outro rend.integral	0	(53)
Outros elementos que não serão reclassificados em resultados	0	0
Impacto fiscal	0	18
<b>Elementos que podem ser reclassificados em resultados</b>	<b>(320)</b>	<b>319</b>
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	0	319
Varição de justo valor	0	404
Impacto fiscal	0	(85)
Imposto sobre rendimentos relacionados com elem. que podem ser reclassificados como lucros ou prejuízos	(320)	(0)
<b>Rendimento integral total do exercício</b>	<b>5 715</b>	<b>1 117</b>
Atribuível aos proprietários da empresa-mãe	5 715	1 117

A Margem financeira apresentou um acréscimo de 101,80% face a 2022, passando de 8.161 milhares de Euros em 2022 para 16.469 milhares de Euros em 2023. Este crescimento ficou a dever-se a um ao maior aumento da rubrica de Juros e proveitos similares, face ao verificado na rubrica de Juros e encargos similares. Para o aumento verificado nos primeiros, contribuíram, essencialmente, as variações positivas de 6.892 milhares de Euros nos juros de crédito a clientes (que inclui o aumento de 360 milhares de Euros de juros da carteira de papel comercial), de 1.079 milhares de Euros nos juros da carteira de títulos, e 1.889 milhares de Euros referentes às aplicações no *overnight* junto do Banco Central, enquanto nos segundos contribuiu sobretudo, a variação de 1.653 milhares de Euros na remuneração dos depósitos de clientes da CEMAH.

O Produto bancário registou, em 2023, um aumento de 9.533 milhares de Euros face ao valor contabilizado em 2022. Para este crescimento contribuiu principalmente a variação positiva da margem financeira, e ainda as melhorias registadas nos resultados dos ativos financeiros face a 2022, de 962 milhares de Euros, e nos outros rendimentos de exploração, de 206 milhares de Euros, e as diminuições dos encargos com serviços e comissões e dos outros encargos de exploração, de 126 milhares de Euros e 96 milhares de Euros, respetivamente.

No que concerne aos Custos operacionais, a rubrica de Custos com o pessoal registou um aumento de 12,09%, face ao ano anterior, sendo que os Gastos gerais administrativos sofreram um acréscimo de 20,04% face a 2022.

As Provisões e imparidades líquidas, registadas de acordo com princípios gerais definidos na IFRS 9, representaram um contributo negativo para o Resultado antes de impostos de 1.481 milhares de Euros, sobretudo devido ao aumento das imparidades e provisões constituídas para a carteira de crédito de clientes. A 31 de dezembro de 2023, o valor de provisões e imparidades registado nas demonstrações financeiras da CEMAH era de 9.342 milhares de Euros (8.401 milhares de Euros a 31 de dezembro de 2022).

Os Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido) compreendem o saldo entre as mais e as menos valias realizadas com a alienação de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio. Em 2023, este valor foi negativo em 31 milhares de Euros.

No que concerne à rubrica de Impostos, os resultados fiscais apurados pela CEMAH são, em 2023, tributados em sede de IRC à taxa nominal de 21% e representam um contributo negativo para o resultado líquido de 1.510 milhares de Euros. Relativamente ao imposto corrente, em 2023 a CEMAH estimou um lucro fiscal de 7.306 milhares de Euros, o que permitirá a dedução de 4.372 milhares de Euros dos prejuízos fiscais acumulados nos exercícios de 2019, 2020 e 2022.

O Resultado Líquido do Exercício de 2023 foi de 6.657 milhares de Euros.

No âmbito do rendimento integral do período, tem-se que, a 31 de dezembro de 2023, os elementos que não serão reclassificados em resultados se situaram nos 622 milhares de Euros negativos, e os que poderão vir a ser reclassificados em resultados representaram 320 milhares de Euros, também eles negativos, ficando-se este indicador no final período em 5.715 milhares de Euros.

# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando as disposições legais estatutárias relativas à aplicação de resultados, propõe-se a seguinte afetação do resultado líquido de 2023, em montante que ascende a 6.656.950,49 Euros:

25% para Reserva Geral, no montante de 1.664.237,62 Euros;

25% para Reserva Estatutária, no montante de 1.664.237,62 Euros;

50% para Lucros Retidos, no montante de 3.328.475,25 Euros.

Contudo, tendo em consideração o estabelecido no artigo 4.º dos seus Estatutos, de “*pôr à disposição dos acionistas os resultados dos seus exercícios, feitas a deduções legal e estatutariamente devidas*”, a CEMAH procedeu à análise dos impactos de uma distribuição de resultados no valor de 1.000.000,00 Euros nas suas projeções de Fundos próprios, tendo concluído que, mesmo após uma distribuição de tal montante, continua a ser assegurada uma cobertura adequada por fundos próprios dos requisitos de capital apurados no âmbito dos seus processos de planeamento e financiamento de capital e de autoavaliação da adequação de capital interno, incluindo no caso de uma deterioração da conjuntura económica e financeira.

Neste contexto, a CEMAH procedeu à elaboração de um projeto de distribuição de dividendos no montante de 1.000.000,00 Euros, que submeteu à aprovação do Banco de Portugal, no passado dia 22 de janeiro, sendo que, caso o mesmo venha a merecer a validação do Supervisor é intenção do Conselho de Administração da CEMAH colocar tal montante à disposição da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, sua acionista única e instituição titular.

Angra do Heroísmo, 5 de março de 2024

O Conselho de Administração,



António Maio



Maria Laurentina Mendes



Miguel Bendito





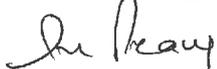
# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



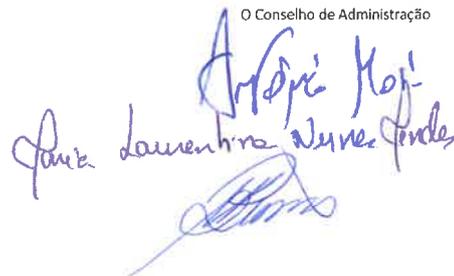
Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2023-12-31	2022-12-31
<b>Ativo</b>			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	6.1	98 773	105 796
Dinheiro em caixa		10 616	10 446
Saldos de caixa em bancos centrais		84 991	90 212
Disponibilidades em outras instituições de crédito		3 166	5 138
Ativos financeiros detidos para negociação	6.2	-	-
Derivados		-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através dos resultados	6.3	-	-
Instrumentos de capital próprio		-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.4	1 211	1 211
Instrumentos de capital próprio		1 211	1 211
Títulos de dívida		-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.5	374 536	370 919
Títulos de dívida		107 284	108 372
Empréstimos e adiantamentos		267 253	262 547
Ativos fixos tangíveis	6.6	6 003	6 008
Outros ativos intangíveis	6.7	1 718	1 498
Ativos por impostos correntes	6.8	152	99
Ativos por impostos diferidos	6.8	410	1 343
Outros ativos	6.9 e 6.16	4 576	3 999
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	6.10	1 546	1 087
<b>Total de Ativo</b>		<b>488 925</b>	<b>491 959</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	6.12	-	-
Derivados		-	-
Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados		-	-
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	6.13	446 450	458 650
Depósitos		442 235	454 317
Outros passivos financeiros		2 392	2 510
Passivos subordinados		1 823	1 823
Derivados - contabilidade de cobertura		-	-
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		-	-
Outras provisões	6.11	51	77
Passivos por impostos correntes	6.8	897	11
Passivos por impostos diferidos	6.8	17	18
Outros passivos	6.14	6 957	4 365
Passivos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda		-	-
<b>Total de Passivo</b>		<b>454 372</b>	<b>463 121</b>
<b>Capital</b>			
Capital realizado	6.17	19 932	19 932
Prémios de emissão		-	-
Outro capital próprio		-	-
Outro rendimento integral acumulado		-	-
Lucros retidos	6.18	816	1 568
Reservas de reavaliação	6.19	249	249
Outras reservas	6.20	6 899	6 709
(-) Ações próprias		-	-
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		6 657	380
(-) Dividendos provisórios		-	-
<b>Total de Capital</b>		<b>34 553</b>	<b>28 838</b>
<b>Total de Passivo e Capital</b>		<b>488 925</b>	<b>491 959</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

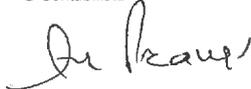




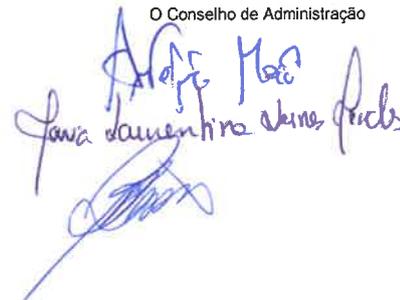
Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2023-12-31	2022-12-31
Juros e rendimentos similares		18 485	8 510
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		18 365	8 480
Outros ativos		120	30
Juros e encargos similares		(2 016)	(349)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		(2 016)	(349)
<b>Margem financeira</b>	<b>6.22</b>	<b>16 469</b>	<b>8 161</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	6.23	22	56
Rendimentos de serviços e comissões	6.24	2 979	3 002
Encargos com serviços e comissões	6.24	(654)	(780)
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	6.25	-	89
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	6.25	-	(296)
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	6.25	-	(637)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.25	113	201
Resultados de ativos financeiros pelo custo amortizado (líquido)	6.25	73	(45)
Outros rendimentos de exploração	6.26	342	136
Outros encargos de exploração	6.26	(369)	(465)
<b>Produto bancário</b>		<b>18 975</b>	<b>9 422</b>
Custos com pessoal	6.27	(4 779)	(4 263)
Gastos gerais administrativos	6.28	(3 937)	(3 280)
Amortizações do exercício		(581)	(785)
Ativos fixos tangíveis	6.6	(446)	(478)
Ativos fixos intangíveis	6.7	(135)	(307)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.11	26	67
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral líquida de reversões e recuperações	6.11	-	60
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado líquida de reversões e recuperações	6.11	(1 563)	(541)
Imparidade de ativos não financeiros líquida de reversões e recuperações	6.11	57	(225)
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)	6.29	(31)	(8)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>8 167</b>	<b>447</b>
Impostos	6.8 e 6.30	(1 510)	(67)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>6 657</b>	<b>380</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



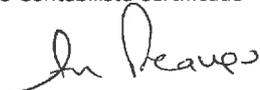


Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo  
Demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos findos  
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

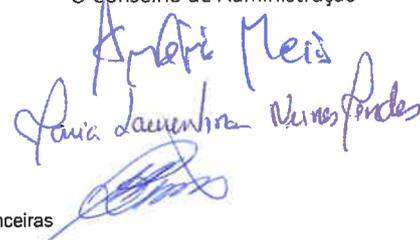
Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2023-12-31	2022-12-31
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Juros recebidos		15 121	7 104
Juros pagos		(608)	(198)
Comissões recebidas		3 233	3 265
Comissões pagas		(654)	(780)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(7 573)	(7 939)
Impostos		241	254
(Aumentos)/diminuições dos ativos operacionais (líquido)		(26)	(293)
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		(5 457)	(19 365)
Créditos e adiantamentos a clientes		(1 217)	(603)
Outros ativos			
<b>Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)</b>			
Débitos para com instituições de crédito - à vista		25	27
Débitos para com clientes - à vista		(31 678)	29 738
Débitos para com clientes - a prazo		18 229	(9 155)
Outros passivos		851	392
		<hr/>	<hr/>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>(9 513)</b>	<b>2 447</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Dividendos recebidos		16	43
Juros recebidos de ativos financeiros		1 954	1 079
Venda e vencimento de ativos financeiros		9 399	41 502
Compra de ativos financeiros		(8 279)	(44 280)
Compra de outros ativos tangíveis		(184)	(110)
Venda de outros ativos tangíveis		-	-
Compra de ativos intangíveis		(354)	(1 122)
Venda de ativos intangíveis		-	-
		<hr/>	<hr/>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>2 552</b>	<b>(2 889)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		-	-
Emissão de dívida subordinada		-	-
Juros de dívida subordinados		(175)	(175)
		<hr/>	<hr/>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>(175)</b>	<b>(175)</b>
		<hr/>	<hr/>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>(7 136)</b>	<b>(617)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>6.15</b>	<b>108 597</b>	<b>109 013</b>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		113	201
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>6.15</b>	<b>101 574</b>	<b>108 597</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



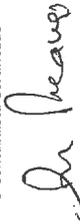


Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo  
 Demonstrações de alterações no capital próprio  
 dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Unidade: Milhares de Euro

Notas	Capital	Lucros retidos	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Lucros ou prejuízos (-) atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	19 952	879	(35)	6 473	472	27 721
Aplicação dos resultados						
Reserva Legal						
Reserva Estatutária				118	(118)	-
Lucros retidos		236		118	(236)	-
Distribuição de dividendos						
Rendimento integral total do exercício		453	284		380	1 117
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	19 932	1 568	249	6 709	380	28 838
Aplicação dos resultados						
Reserva Legal						
Reserva Estatutária				95	(95)	-
Lucros retidos		190		95	(95)	-
Distribuição de dividendos					(190)	-
Rendimento integral total do exercício		(942)	-		6 657	5 715
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023 (período corrente)</b>	19 932	816	249	6 899	6 657	34 553

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

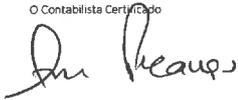




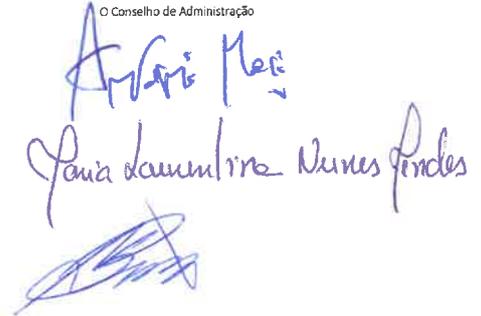
Unidade: Milhares de Euro

	2023-12-31	2022-12-31
<b>Lucros ou prejuízos (-) do exercício</b>	<b>6 657</b>	<b>980</b>
<b>Outro rendimento integral</b>	<b>(942)</b>	<b>737</b>
<b>Elementos que não serão reclassificados em resultados</b>	<b>(622)</b>	<b>417</b>
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	(622)	453
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	(53)
Outros elementos que não serão reclassificados em resultados	-	-
Impacto fiscal	-	18
<b>Elementos que podem ser reclassificados em resultados</b>	<b>(320)</b>	<b>319</b>
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	-	319
Variação de justo valor	-	404
Impacto fiscal	-	(85)
Imposto sobre os rendimentos relacionado com elementos que podem ser reclassificados como lucros ou prejuízos (-)	(320)	(0)
<b>Rendimento integral total do exercício</b>	<b>5 715</b>	<b>1 117</b>
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	5 715	1 117

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração







# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## Anexo às Demonstrações Financeiras

### 1. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (“CEMAH” ou “Caixa”) é uma instituição de crédito, tendo sido fundada em 26 de abril de 1896, sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada.

Por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro, que revogou o Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio e aprovou o Regime Jurídico das Caixas Económicas, a CEMAH foi transformada *ope legis* em caixa económica bancária podendo, enquanto tal, praticar as mesmas operações que aos bancos são permitidas, nomeadamente as elencadas no artigo 4.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Assim, em face do regime legal atualmente em vigor e do quadro estatutário pela qual se rege, a CEMAH está habilitada a exercer as mesmas atividades que os bancos comerciais, as quais, em face da evolução dos mercados financeiros, se têm vindo a revestir de acrescida complexidade.

Da mesma forma, a CEMAH está, em regra, sujeita ao cumprimento das mesmas regras legais e regulamentares que são aplicadas aos bancos, designadamente, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e o *Capital Requirements Regulation*.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, e de uma rede de 14 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel.

A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora da totalidade do capital da Caixa.

### 2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

#### 2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 5/2015 de 20 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Caixa são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”), tal como adotadas na União Europeia.

As Normas Internacionais de Contabilidade traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da CEMAH apresentadas reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2023 e foram preparadas de acordo com as NIC, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2023.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 05 de março de 2024. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Euros e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade e do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor. Os somatórios apresentados nas demonstrações financeiras e respetivas notas poderão apresentar pequenas divergências resultantes de arredondamento à unidade.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a CEMAH operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a CEMAH dispõe de recursos próprios adequados para manter as

atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NIC requer que a CEMAH efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.3.12.

#### IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2023:

##### – Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros (incluindo emendas à IFRS 17)	1-jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB define estimativa contabilística como montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS <i>Practice Statement</i> 2 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IAS 12 Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.
Emenda à norma IAS 12 – Impostos sobre o rendimento – <i>International Tax Reform (Pillar Two)</i>	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2023 inclui uma isenção temporária ao requisito de reconhecimento de impostos diferidos e divulgação de informação sobre os impostos decorrentes do modelo Pilar Dois da reforma da tributação internacional, devendo ser divulgado que foi utilizada essa isenção.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da CEMAH no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

– Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com <i>covenants</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	1-jan-24	Esta emenda publicada pelo IASB em setembro de 2022 clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.

Estas normas e emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela CEMAH em 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas normas e emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

– Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – <i>Supplier Finance Arrangements</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2023 incluem requisitos de divulgação adicional de informação qualitativa e quantitativa sobre acordos de financiamento de fornecedores.
Emenda à IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio – <i>Lack of exchangeability</i>	1-jan-25	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela CEMAH no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

## 2.2. Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022.

## 2.3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### 2.3.1 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- iii. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- o modelo de negócio da Caixa para a gestão do ativo financeiro; e
- as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### 2.3.1.1 Crédito e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método da taxa de juro efetiva, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no momento do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

### 2.3.1.1.1 Imparidade para crédito

As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” têm como propósito: (i) desenvolver normas contabilísticas com elevada qualidade, compreensíveis e suscetíveis de serem impostas, que exijam informação transparente e comparável nas Demonstrações Financeiras, para ajudar os participantes nos mercados de capitais e outros utilizadores na tomada de decisões económicas; (ii) promover a utilização rigorosa das normas; e (iii) fazer convergir as normas locais com as IAS/IFRS.

No âmbito da imparidade, aplica-se a Norma IFRS 9 (Regulamento (EU) 2016/2067), publicada em julho de 2014 e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018.

O processo de cálculo de imparidade de crédito descrito de seguida reflete os princípios gerais definidos pela IFRS 9, e, complementarmente, pelas orientações dispostas pelo Banco de Portugal na Carta circular CC/2018/00000062, tendo a metodologia adotada pela Caixa, na definição do modelo de imparidade para a carteira de crédito, por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade (e alocação aos diferentes *stages* de imparidade);
3. Cálculo da perda por imparidade.

A Caixa avalia mensalmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A Norma IFRS 9 estabelece a necessidade de reconhecer perdas esperadas de crédito (*Expected Credit Losses – ECL*) como imparidade, considerando a perda esperada de crédito a um ano, ou a perda esperada de crédito até à maturidade do instrumento financeiro (*ECL lifetime*).

O reconhecimento da imparidade a um ano ou até à maturidade do contrato é feito de acordo com a alocação do contrato a um dos três *stages* contemplados no “*three stage model*” [IFRS 9 5.5.3-5]: No momento em que o contrato é reconhecido, este é automaticamente alocado na *stage 1* [IFRS 9 5.5.5.], exceto para instrumentos classificados como *Purchased or Originated Credit Impaired* (POCI). Para cada data de reporte subsequente, é feita uma avaliação de cada contrato em termos de alterações do risco de entrar em incumprimento até à respetiva maturidade [IFRS 9 5.5.9].

A identificação de alterações no risco de incumprimento ao longo da vida do ativo pode resultar em transferências entre *stages*, isto é, um contrato que no momento inicial estava alocado na *stage 1* pode ser transferido para *stage 2* ou 3. No caso de não existir uma alteração significativa da probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*) desde o reconhecimento inicial, o ativo mantém-se em *stage 1* e a perda esperada de crédito continua a ser calculada para o período de 1 ano após cada data de reporte. Caso contrário, se a PD registar um aumento significativo face à PD observada no momento inicial, o ativo é alocado na *stage 2* e deverá ser reconhecida a perda esperada para a maturidade residual do contrato (*ECL lifetime*). De acordo com o modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, está definido que um contrato que apresente pelo menos um dos seguintes indícios de imparidade é alocado ao *stage 2*:

- a. Crédito com atraso entre 30 e 90 dias;

- b. Crédito vencido ou abatido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal >30 dias;
- c. Crédito vencido ou abatido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal >30 dias nos últimos 3 meses;
- d. Crédito vencido > 30 dias nos últimos 3 meses;
- e. Entrega de ativos em dação em pagamento;
- f. Ativação de níveis internos de alerta;
- g. Interpelação de garantias bancárias;
- h. Informação financeira desfavorável;
- i. Cliente com crédito reestruturado por dificuldades financeiras;
- j. Cliente presente na Lista de Utilizadores de Risco (LUR);
- k. Cliente com 3 cheques devolvidos no último ano (pelo motivo de falta ou insuficiência de provisão);
- l. Cliente que tenha sido objeto de procedimento de reclamação de créditos;
- m. Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- n. Expectativa de Insolvência

Adicionalmente:

- i. A existência de um contrato com pelo menos 1 indício de imparidade irá implicar uma contaminação dos restantes contratos do mesmo cliente e do grupo, sendo estes classificados com indícios de imparidade (particulares e empresas); e
- ii. A existência de um contrato de uma entidade de um grupo classificada em stage 3 implica a contaminação das restantes entidades do grupo com indícios de imparidade.
- lii. Para empresas do grupo da Região Autónoma dos Açores (RAA), quando não se trate da entidade mãe (RAA) a apresentar *default*/indícios de imparidade, não se aplicam as contaminações referidas nos pontos i. e ii.

Para a saída de contratos do *stage 2* para o *stage 1* é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos simultaneamente:

- a. O contrato não apresenta qualquer critério de alocação ao *stage 2* (não tem qualquer indício de imparidade);
- b. O contrato não tem crédito com atraso superior a 30 dias nos últimos 12 meses.

No caso de múltiplos CRDF, a saída de *stage 2* para *stage 1* ocorre quando se verificam simultaneamente as seguintes condições:

- a. O contrato não tem crédito com atraso superior a 30 dias, no prazo de 24 meses consecutivos;
- b. O contrato não apresenta qualquer critério de alocação ao *stage 2* (não tem qualquer indício de imparidade).

A alocação na *stage 3* é feita para todos os ativos que se encontrem em *default* tendo em conta a definição interna de *default* da Instituição. Caso os critérios de aumento significativo de risco (ou da probabilidade de incumprimento) deixem de ser verificados é possível que um ativo financeiro seja transferido de volta para um *stage* “menos gravoso” [IFRS 9 5.5.7].

Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo: imparidade individual e imparidade coletiva.

A carteira de crédito foi ainda dividida entre clientes significativos (sujeitos a análise individual) e clientes não significativos. Os critérios de seleção de clientes/grupos económicos para a amostra de análise individual de imparidade são aplicáveis tanto à carteira de crédito como à carteira de papel comercial da Caixa.

Os critérios de seleção dos clientes para a análise individual, isto é, para a sua classificação como clientes individualmente significativos, permitem selecionar os clientes consoante o seu nível de risco e a materialidade da sua exposição para a CEMAH. São os seguintes:

- a) Grupos Económicos (GE) com EAD/ exposição total (patrimonial e extrapatrimonial)  $\geq 0,3\text{M€}$  em que pelo menos um dos participantes se encontre classificado em *stage 3*, sendo selecionados os clientes desse GE com EAD/ exposição  $\geq 0,3\text{M€}$ ;
- b) Clientes em *stage 2* com EAD/exposição total  $\geq 0,8\text{M€}$ , sendo selecionados os clientes do GE com EAD/ exposição  $\geq 0,8\text{M€}$ ;
- c) GE com EAD/exposição total  $\geq 1,5\text{M€}$ , sendo selecionados os clientes do GE com EAD/ exposição  $\geq 0,8\text{M€}$ ;
- d) Outros clientes quando devidamente justificado.

Os clientes não significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão da Caixa, e sujeitos à determinação de imparidade em base coletiva. Para esse efeito são definidos como fatores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito, nomeadamente o tipo de cliente, o tipo de produto e o tipo de garantia associada.

De modo a clarificar a metodologia de alocação da carteira de crédito ao *stage 3*, e atendendo a que a IFRS 9 não apresenta uma definição de incumprimento (*default*), a CEMAH considera os seguintes critérios como evidência de *default*:

- *Stage 3 – Critérios de entrada em default*

Para efeitos do modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, define-se que um contrato é classificado em *stage 3* se cumprir com pelo menos um dos seguintes critérios:

- 1) Atraso superior a 90 dias (crédito vencido há mais de 90 dias), cumprindo os seguintes critérios de materialidade nos últimos 3 meses:
  - a) Carteira de retalho (ao nível da operação): montante em atraso superior a 100€ e a 1% do montante em dívida;
  - b) Não retalho (ao nível do devedor): montante em atraso superior a 500€ e a 1% do montante em dívida.
- 2) Devedor insolvente;
- 3) Crédito em contencioso;
- 4) Contratos reestruturados por dificuldades financeiras, nas seguintes situações:
  - a) Contratos classificados como *Purchased or Originated Credit Impaired (POCI)*;
  - b) Reestruturado mais do que 1 vez no prazo de 24 meses (múltiplos CRDFC);
  - c) Cujo contrato original estava em *stage 3* na data da reestruturação;
  - d) Com incumprimento superior a 30 dias durante o período probatório (24 meses);
  - e) Com carência de capital superior a 24 meses;
  - f) Reestruturação urgente que resulta numa obrigação financeira menor
- 5) Clientes em situação de PER/PEAP;
- 6) Clientes cujo juro já não é reconhecido na DR;
- 7) Fraude de crédito;
- 8) Outro indicador de *default*;
- 9) Contaminação de eventos de *default* – são considerados os seguintes critérios ao nível dos contratos:
  - a) Para carteira de retalho, a existência de uma exposição em *default* superior a 20% do total da exposição do cliente implica, igualmente, a contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados como em *default*. Se essa exposição for inferior a 20%, os restantes contratos são classificados com indícios de imparidade.
  - b) Para não retalho, a existência de uma exposição em *default* implica a contaminação dos restantes contratos da entidade, sendo estes classificados como em *default*;

Adicionalmente, é feita contaminação do grupo económico do devedor, sempre que, no âmbito da análise individual de imparidade, se conclua que as restantes entidades do grupo poderão apresentar dificuldades financeiras na sequência da situação de incumprimento de uma entidade do grupo.

- *Stage 3 – Critérios de saída de default*

Para efeitos do modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, um contrato alocado ao *stage 3* pode ser reclassificado num *stage* menos gravoso (*stage 2* ou *stage 1* se não se verificar qualquer um dos critérios de alocação a *stage 2*), caso cumpra com as seguintes condições:

a) Tiverem decorrido, 3 ou 6 meses (no caso de posições em risco sobre a carteira de retalho ou não retalho, respetivamente), desde que deixaram de ser cumpridas as condições para o crédito ser considerado em *stage 3*;

b) Ter em conta o comportamento do devedor, assim como a sua situação financeira, durante o período a que se refere a alínea a). Assim, o crédito deve manter-se classificado como em *stage 3* quando o cliente:

- i. Regista incumprimento igual ou superior a 30 dias durante esse período;
- ii. No caso de o cliente não analisado individualmente apresentar os seguintes indicadores de dificuldade financeira: dívidas fiscais ou dívidas à segurança social; inserção na LUR; atraso na CRC nos últimos 3 meses;

c) Nos casos de CRDFC, independentemente da reestruturação ter sido realizada antes ou depois da identificação em *stage 3*, a posição em risco é reclassificada num *stage* menos gravoso se tiver decorrido, pelo menos, um ano desde o mais recente dos seguintes eventos:

- i. O momento da extensão das medidas de reestruturação;
- ii. O momento em que a posição em risco foi classificada em *stage 3*;
- iii. O fim do período de carência incluído nos acordos da reestruturação.

d) Para reclassificar a posição em risco num *stage* menos gravoso após o período referido na alínea anterior, devem ser cumpridas todas as condições seguintes:

- i. Durante esse período, o devedor tiver efetuado um pagamento significativo (pagou através dos seus pagamentos regulares nos termos dos acordos de reestruturação, um montante total igual ao montante que estava em atraso – caso existissem montantes em atraso – ou que foi perdoado – caso não existissem montantes em atraso – ao abrigo das medidas de reestruturação);
- ii. Durante esse período, tiverem sido efetuados pagamentos regulares<sup>1</sup>, de acordo com o plano aplicável após os acordos de reestruturação;
- iii. Não existirem obrigações de crédito em atraso, de acordo com o plano aplicável após os acordos de reestruturação;
- iv. Não serem aplicáveis quaisquer indicações da reduzida probabilidade de pagamento.

Extraordinariamente, pode verificar-se a desmarcação manual, em casos devidamente justificados quando se verificarem amortizações extraordinárias de ordem igual ou superior ao mínimo exigido no ponto d) i).

No caso de um contrato que se encontre classificado em *stage 3*, por via da contaminação, não é aplicado qualquer período de quarentena, sendo que este se manterá em *stage 3* enquanto se verificar o critério para a contaminação.

O modelo de imparidade de crédito da CEMAH, e de acordo com o preconizado pela IFRS 9, incorpora também a inclusão de informação prospetiva (“*forward looking information*”) com inclusão de tendências e diversos cenários futuros com diferentes ponderações. No caso da CEMAH, a componente do *forward looking* é calculada com base no resultado de regressões lineares entre séries de *default rates* com séries de indicadores macroeconómicos (disponibilizados pelo Banco de Portugal), e com base na projeção destes indicadores. Isto dada a dificuldade em se obter regressões significativas entre a série de *default rates* interna e os indicadores macroeconómicos publicados pelo Banco de Portugal. Assim, o modelo da CEMAH incorpora as seguintes variáveis macroeconómicas no cálculo do fator do *forward looking*:

- Empresas: Consumo público;
- Particulares – Outros: Consumo público;
- Particulares – Crédito à Habitação: Consumo público;

---

<sup>1</sup> Considera-se que existiram pagamentos regulares quando não se tenha verificado qualquer atraso superior a 30 dias.

Na sequência da entrada em vigor do novo modelo de análise individual de Empresas aprovado em junho de 2023, foi complementado o processo de reclassificação de *stage* com referência a dezembro de 2023, tendo sido definidos, para o efeito, critérios objetivos com o intuito de refletir adequadamente o risco de crédito do cliente.

A metodologia referida tem subjacente o preenchimento de uma ficha onde constam questionários que procuram tornar todo o processo de análise individual mais transparente e suportado em informação concreta.

Nesse sentido, a CEMAH procedeu ao preenchimento e análise de diversos sinais de alerta que a instituição entendeu serem representativos da situação do cliente à data de análise e atribuiu ponderações aos mesmos, resultando numa matriz de classificação final de *stage*.

A metodologia passa pela atribuição de ponderações aos seguintes conjuntos de questões:

1. Sinais de alerta da Ficha: 19 questões, sendo a totalidade delas ponderada a 5%;
2. Sinais de alerta de *Staging*: 13 questões, sendo a totalidade delas ponderada a 25%;
3. *Key Financial Indicators* (KFI) de *Staging*: 7 questões ponderando na sua totalidade 40%;
4. Conclusão da emissão da CLC: 10%
5. Estratégia de recuperação de crédito: 20%

O resultado do modelo de reclassificação não impede o agravamento de *stage* em casos pontuais, assim a situação o exija.

A cada uma das variáveis foi aplicada uma classificação de 1 a 3 consoante a gravidade da situação em que se encontra, onde 1 se caracteriza por ser a melhor classificação e 3 a pior.

A matriz final de apuramento de *stage* é apurada pela soma da multiplicação de cada ponderação pelas classificações atribuídas a cada variável havendo lugar a reclassificação quando atingidos os seguintes resultados:

- Até 1,49: *stage* 1
- Entre 1,5 e 2,49: *stage* 2
- Superior a 2,49: *stage* 3

Importa referir que tanto por falta de informações que nos permita aplicar esta metodologia na sua plenitude e de acordo com o explicado, como pelas características do cliente em si, poderá não se ajustar a aplicação deste modelo, sendo necessário fazer uma análise mais abrangente e subjetiva consoante as informações disponíveis à data da análise. Assim, não obstante a conclusão do modelo, quando na presença de informações ou variáveis consideradas importantes em determinada situação, a conclusão do analista, com base no seu julgamento profissional, poderá ser influenciada por essas informações e por isso distinta da resultante do modelo.

### **2.3.1.2 Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através do outro rendimento integral**

A rubrica Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral inclui:

- Instrumento de dívida que a CEMAH mantém num modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os seus fluxos de caixa e, eventualmente, gerar mais-valias com a sua venda e que cumprem com o critério SPPI, isto é, os termos contratuais dos títulos de dívida originam, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida.

- Instrumentos de capital relativamente aos quais a CEMAH, no momento do seu reconhecimento inicial designou irrevogavelmente, e numa base de instrumento a instrumento, a classificação ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos classificados como Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral são valorizados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor destes ativos reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor. Os títulos de dívida encontram-se sujeitos a testes de imparidade, que é registada em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais são também registados em capitais próprios, até que o ativo seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados. Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

#### **2.3.1.3 Ativos financeiros ao custo amortizado**

A rubrica de ativos financeiros ao custo amortizado inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, que cumpram os critérios dos testes SPPI e relativamente aos quais seja intenção do Concelho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os juros corridos dos ativos registados ao custo amortizado, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade, sendo a perda registada em resultados.

#### **2.3.1.4 Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através dos resultados**

Qualquer ativo financeiro que não recaia em nenhuma das categorias anteriores deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados. Se um ativo financeiro não for mantido dentro de um modelo de negócios *Hold to collect* ou *Hold to collect and sell*, deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Ganhos e perdas em ativos financeiros classificados nesta categoria, resultantes de alterações no seu justo valor, são reconhecidos em resultado do exercício. O juro é reconhecido em resultado do exercício, numa base de diferimento para os títulos de dívida registados ao Justo Valor através de Resultados, e os rendimentos de dividendos são também reconhecidos em resultado do exercício.

#### **2.3.1.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

#### **2.3.1.6 Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

### **2.3.2 Ativos fixos tangíveis**

Os ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, para a generalidade dos bens às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	Número de anos	%
Máquinas e mobiliário	8	12,50
Viaturas	4	25,00
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	8	12,50
Imóveis	50	2,00

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

### 2.3.3 Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 10 anos (investimentos em software).

### 2.3.4 Ativos não correntes classificados como detidos para venda

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. É ainda reconhecida como imparidade a diferença, quando negativa, entre o valor de venda expectável e o valor de balanço destes ativos. As mais-valias potenciais em outros ativos não são reconhecidas no balanço.

Em exceção ao enquadramento acima efetuado, os imóveis que apresentem a existência de "ónus" impeditivo de venda são contabilizados em "Outros Ativos" e não como "Ativos não correntes e grupo para alienação classificados como detidos para venda", de acordo com o mencionado no parágrafo 7 da IFRS 5 "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

"Para que este seja o caso, o ativo (ou grupo para alienação) deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para vendas de tais ativos (ou grupo para alienação) e a sua venda deve ser altamente provável".

### 2.3.5. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

Os juros de ativos financeiros classificados em *Stage 3* são calculados sobre o montante nominal líquido de imparidade.

### 2.3.6 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que façam parte do custo amortizado das respetivas operações são reconhecidos em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

### 2.3.7 Benefícios a empregados

#### Pensões de reforma e outros benefícios

Em conformidade com as convenções coletivas de trabalho em vigor no setor bancário, a Caixa assumiu até 31 de dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

Os membros do Conselho de Administração que não sejam funcionários da instituição não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei n.º1-A/2011 de 3 de janeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo atual fundo de pensões da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se, no entanto, como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respetivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções coletivas aplicáveis ao setor bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método "*Projected Unit Credit Cost*". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante à da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.16.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros face aos valores efetivamente verificados são denominados remensurações, e reconhecidos como Outro rendimento integral.

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

A 16 de Março de 2016 a CEMAH contratou também um plano de pensões complementar para assegurar o pagamento de um complemento de pensão a trabalhadores que, quando no ativo, auferiram um complemento mensal fixo superior a 35% do salário mensal total (salário base, diuturnidades, IHT, abono para falhas e complemento fixo).

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos.

Para além dos custos decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada, anualmente a Caixa reconhece como custos com pessoal na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros, o qual corresponde ao montante dos juros sobre a responsabilidade líquida dos ativos do fundo.

Para além da contribuição inicial, as contribuições para o fundo são efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e o das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo é de 95%.

Decorrente das regras do novo Acordo de Empresa, passou a verificar-se a inclusão de novos participantes no fundo de pensões da CEMAH no que concerne ao direito aos benefícios do SAMS na reforma.

### **Prémios de final de carreira**

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do setor bancário, a CEMAH havia assumido o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completassem 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respetivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios. No final de 2016, e publicado em fevereiro de 2017, a CEMAH subscreveu um Acordo Empresa, que veio substituir o prémio de antiguidade por um prémio de permanência, correspondente ao recebimento no fim de carreira de um montante correspondente a 1,5 vezes a retribuição mensal efetiva auferida àquela data. Após a publicação do referido Acordo, a CEMAH procedeu ao pagamento das responsabilidades vencidas relativas ao prémio de antiguidade aos seus colaboradores.

O valor atual dos benefícios com o prémio de permanência é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método "*Projected Unit Credit Cost*". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.16.

As responsabilidades por prémios de permanência são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de remensurações, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

## **2.3.8 Provisões, ativos e passivos contingentes**

### **Provisões**

Esta rubrica inclui provisões constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e considerando os riscos e incertezas inerentes ao processo.

A CEMAH regista ainda nesta rubrica a imparidade apurada para garantias bancárias prestadas e linhas de crédito contratadas.

### **Ativos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo enquadrados na IAS 37 e divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

## **2.3.9 Imposto sobre lucros**

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMAH encontrava-se isenta de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Porém, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2012, que alterou o artigo 10.º do Código do IRC, a partir de 1 de janeiro de 2012 a CEMAH passou a estar sujeita ao regime geral estabelecido no Código do IRC.

Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias, entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos poderão dar origem ao reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros classificados ao justo valor através do outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor em Portugal. Para 2023, a taxa geral de IRC em vigor é de 21%, enquanto a taxa de derrama municipal poderá ir até 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro veio alterar os escalões da derrama estadual, vigorando em 2021, conforme a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro as seguintes taxas: (i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares, (ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares e até €35.000 milhares, e (iii) 9% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000 milhares.

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, a 31 de dezembro de 2023, o apuramento de imposto diferidos foi efetuado a uma taxa de 21% (2022: 21%).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

### **2.3.10. Capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

### **2.3.11 Locações**

#### **Contratos de locação – identificação dos ativos**

Aquando do início de um contrato, a Caixa avalia se este é, ou contém, uma locação. Para que o referido contrato seja considerado como uma locação, o mesmo deverá verificar cumulativamente as seguintes condições:

1. o contrato identifica um, ou mais, bens locados;
2. a entidade obtém a maioria dos benefícios económicos decorrentes da utilização do ativo locado durante a maturidade do contrato; e
3. a entidade detém o direito de controlar o ativo subjacente, durante o período de vigência do contrato, por contrapartida de pagamentos.

#### **Como Locador**

O locador classifica as operações de locação entre financeiras e operacionais com base na avaliação quanto à transferência, ou não, dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

Para classificar cada locação, uma entidade avalia globalmente se a mesma transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, a locação é financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, a Caixa considera diversos indicadores, entre os quais se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

### Como Locatário

Na IFRS 16 são definidos um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação numa ótica do locatário. Enquanto locatário, a Caixa procede ao registo de um passivo de locação e um ativo de direito de uso na data de início da respetiva operação:

**O passivo de locação** - é determinado, na data de início do respetivo contrato, pelo valor presente das rendas futuras a incorrer com o contrato, descontando estes pagamentos pela taxa de desconto implícita no contrato, caso a mesma seja determinável. Nos casos em que a taxa implícita não esteja disponível, ou não possa ser mensurada, deverá ser utilizada uma taxa de juro incremental.

Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são:

- (i) pagamentos fixos,
- (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos),
- (iii) os valores expectáveis a serem pagos sob uma garantia de valor residual, e
- (iv) os pagamentos relativos ao exercício da opção de compra, da renovação opcional ou da rescisão antecipada, caso seja razoavelmente certo que a Caixa irá exercer alguma destas opções.

O passivo da locação, após o seu reconhecimento inicial, é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, sendo remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis:

- (i) alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão),
- (ii) alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra, extensão ou rescisão sobre o ativo subjacente,
- (iii) alteração do valor residual do ativo, ou
- (iv) alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra, extensão e rescisão (pontos (ii) e (iv)), uma nova taxa de desconto deverá ser apurada para a mensuração do passivo.

Quando o passivo de locação é reavaliado, a respetiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registado em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

**Ativo de direito de uso** – No que diz respeito ao direito de uso, o mesmo é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, ajustado por eventuais pagamentos ocorridos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos a incorrer no termo do contrato (desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou local no qual está localizado), e subtraído de quaisquer incentivos de locação recebidos.

Posteriormente, o ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso, ou o término do prazo da locação. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, quando aplicável, e ajustado caso sejam efetuadas remensurações ao passivo de locação.

Periodicamente, a Caixa realiza testes de imparidade aos seus ativos de direito de uso, reduzindo o seu valor em situações de perdas por imparidade.

### **Expedientes práticos**

Tal como previsto na IFRS 16, a Caixa adotou os seguintes expedientes práticos:

- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o contrato de locação tenha uma maturidade não superior a 12 meses – locações de curto-prazo;
- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o valor do ativo subjacente ao contrato de locação, no seu estado em novo, tenha um valor inferior a 5.000 Dólares dos Estados Unidos (USD) - locações de baixo-valor;
- Não inclusão dos custos diretos iniciais incorridos no cálculo do direito de uso associado à locação;
- Recurso a uma taxa de juro incremental, para todas as tipologias de ativos subjacentes;

### **2.3.12 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

#### **Pensões de reforma e sobrevivência**

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, tais como a taxa de desconto, as taxas de crescimento das pensões e dos salários e as tábuas de mortalidade, rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

#### **Imparidade do crédito**

A determinação de perdas por imparidade do crédito é efetuada de acordo com os critérios descritos na nota 2.3.1.1.1. As estimativas efetuadas pela Caixa no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, às probabilidades de *default* (PD) e às perdas em caso de *default* (LGD).

Caso a Caixa utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, a Caixa considera que a metodologia atualmente utilizada é aquela que reflete de forma mais adequada as perdas associadas a estes ativos.

#### **Impostos sobre os lucros**

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros acumulados e reconhecidos no exercício. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Esta situação assume uma relevância acrescida para efeitos da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos, na qual a Caixa considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluindo a estimativa de resultado antes de imposto, ajustamentos à matéria coletável, a evolução da legislação fiscal e a respetiva interpretação. Neste sentido, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de

Administração da Caixa, nomeadamente da capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados, da evolução da legislação fiscal e da respetiva interpretação.

#### **Imparidade da carteira de títulos**

A CEMAH apura imparidade para todos os títulos que cumprem com os critérios do teste SPPI, estando por isso classificados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVOCI) ou ao Custo Amortizado (CA). Para determinar a imparidade a Caixa utiliza o método das perdas esperadas, que consiste na aplicação de uma probabilidade de *default* (PD), conjuntamente com a percentagem de perda esperada em caso de incumprimento (LGD), ao valor da exposição de cada título (EAD). A maturidade utilizada para a PD é de 12 meses, à exceção dos títulos que sejam alocados aos *Stages* 2 e 3, sendo aí utilizada a maturidade residual de cada título.

Os títulos são alocados ao *Stage* 2 quando se verifica uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores negativos relevantes. Os mesmos são alocados ao *Stage* 3 caso cumpram os critérios de entrada em *default*. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros fatores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as atuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

#### **Imparidade das disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito e de outros valores a receber**

A Caixa determina a imparidade para as disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito e de outros valores a receber segundo o método das perdas esperadas. A análise é efetuada para três categorias de ativos: depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros devedores, sendo que entre eles apenas variam as maturidades das probabilidades de *default* (PDs).

Para os depósitos à ordem, uma vez que os mesmos não têm qualquer maturidade definida e é possível a sua mobilização no prazo de 1 dia, foi considerada uma maturidade diária para as PDs. Para os depósitos a prazo foi considerada a maturidade contratual de cada aplicação, e para os outros devedores é utilizada uma maturidade de um ano.

#### **Imparidade dos ativos não correntes classificados como detidos para venda**

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e as intenções da Caixa sobre a comercialização destes ativos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.

#### **2.3.13 Prestação de serviços de mediação de seguros ou resseguros**

A CEMAH encontra-se registada na categoria de agente de seguros, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 7/2019, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito da prestação dos serviços de mediação de seguros, a CEMAH efetua a venda de contratos de seguros, sendo remunerada pelos serviços prestados de mediação de seguros, por via do recebimento de comissões de mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMAH e as Seguradoras.

As comissões recebidas pela CEMAH pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do exercício a que respeitam são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros ativos por contrapartida da rubrica Rendimentos de serviços e comissões.

### 3. Gestão do risco financeiro

A atividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

#### i) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 77% do ativo.

O detalhe da estrutura interna no que concerne à política de gestão do risco de crédito e às funções das áreas de intervenção encontram-se na nota 6.5, com destaque para os critérios adotados no âmbito do cálculo da imparidade da carteira de crédito.

Durante o exercício de 2022 o Banco de Portugal procedeu à realização de uma inspeção *onsite* sobre o risco de crédito da instituição, na sequência da qual foram identificados alguns *findings*, cujo processo de remediação ainda se encontra em curso. Do desfecho final deste processo, o Conselho de Administração não espera que venham a ser produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da CEMAH.

#### Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (saldos brutos):

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Disponibilidade em bancos centrais	84 991	90 212
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 166	5 139
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1 211	1 211
Títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado	107 394	108 499
Crédito a clientes	273 352	266 972
Aplicações em instituições de crédito	2 801	2 800
Outros ativos	2 608	2 200
Exposição risco de crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	7 009	7 775
Linhas de crédito irrevogáveis	12 904	14 252

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

### Qualidade da carteira de crédito

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<i>Prime</i>	50,21%	50,16%
<i>Standard monitoring</i>	42,32%	43,90%
<i>Special monitoring</i>	3,38%	2,00%
<i>Sub standard</i>	4,09%	3,94%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois fatores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, dos ativos financeiros detidos para negociação, contabilizados ao justo valor através de resultados, contabilizados ao justo valor através do outro rendimento integral e contabilizados ao custo amortizado, é apresentada como segue (saldos brutos):

Rating (*)	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total
<b>2023-12-31</b>						
Maior que AA+	-	-	-	-	2 418	2 418
AA- a AA+	-	-	-	-	6 637	6 637
A- a A+	-	-	-	-	32 864	32 864
Menor que A-	1 075	-	-	-	52 594	53 669
Sem rating	2 091	-	-	1 211	15 683	18 985
<b>Total</b>	<b>3 166</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 211</b>	<b>110 195</b>	<b>114 572</b>
<b>2022-12-31</b>						
Maior que AA+	-	-	-	-	9 649	9 649
AA- a AA+	-	-	-	-	3 360	3 360
A- a A+	-	-	-	-	6 814	6 814
Menor que A-	690	-	-	-	75 871	76 561
Sem rating	4 449	-	-	1 211	15 604	21 264
<b>Total</b>	<b>5 139</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 211</b>	<b>111 299</b>	<b>117 648</b>

(\*) Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*

### ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos fatores acima identificados associados essencialmente às aplicações em instituições financeiras, carteira de crédito e títulos (cerca de 77% do ativo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes e empréstimo subordinado).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações ativas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com *spreads* que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são ajustadas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é produzida informação sistemática sobre o risco de taxa de juro, a sua análise e reporte interno. A estrutura desta informação contempla dimensões de análise estrutural à composição e desempenho do balanço da Instituição (incluindo análise de gaps) e o apuramento das principais métricas aplicáveis (com especial enfoque para a sensibilidade do valor económico do capital ou da margem financeira). Complementarmente, inclui também uma dimensão relativa à cenarização interna sobre o risco de taxa de juro (contemplando análises de sensibilidade ou testes de esforço). Em função desta avaliação são traçados os objetivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Estão incluídos no quadro os ativos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refixação de taxa de juro e a de maturidade.

<b>31 de dezembro de 2023</b>	Até 1 mês	1-3 meses	3-6 meses	6-9 meses	9-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Ativos</b>								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	97 950							97 950
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral								
Ativos financeiros pelo custo amortizado								
Títulos de dívida	5 510	13 448	15 233	1 751	2 892	36 642	36 964	112 439
Crédito a Clientes	43 683	62 863	68 651	41 708	34 899	17 415	30 708	299 926
Papel Comercial	6 931	4 432						11 363
Depósitos a Prazo OIC	300							300
Outros ativos					733			733
<b>Total de ativos</b>	<b>154 374</b>	<b>80 743</b>	<b>83 884</b>	<b>43 458</b>	<b>38 524</b>	<b>54 056</b>	<b>67 672</b>	<b>522 711</b>
<b>Passivos</b>								
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Depósitos Remunerados	19 452	43 468	82 208	44 854	50 354	19 832		260 168
Empréstimo Subordinado							1 750	1 750
Depósitos Sem Maturidade Definida	80 969					103 027		183 996
<b>Total de passivos</b>	<b>100 421</b>	<b>43 468</b>	<b>82 208</b>	<b>44 854</b>	<b>50 354</b>	<b>122 859</b>	<b>1 750</b>	<b>445 914</b>
<b>Gap</b>	<b>53 953</b>	<b>37 275</b>	<b>1 676</b>	<b>-1 396</b>	<b>-11 831</b>	<b>-68 803</b>	<b>65 922</b>	
<b>31 de dezembro de 2022</b>								
Total de Ativos	161 644	68 172	71 942	51 123	42 049	52 654	83 492	531 075
Total de Passivos	150 505	49 452	48 969	50 650	65 168	89 670	1 750	456 163
<b>Gap</b>	<b>11 139</b>	<b>18 720</b>	<b>22 973</b>	<b>473</b>	<b>-23 119</b>	<b>-37 015</b>	<b>81 742</b>	

### Medição do risco

A medição e avaliação do risco de taxa de juro na carteira bancária segue a metodologia definida na Instrução nº 3/2020 do Banco de Portugal. Foram utilizados dois métodos de cálculo da exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária:

- Cálculo do capital em risco / valor económico do capital próprio: escalonamento dos montantes de capital e juros em bandas temporais e respetivo desconto temporal, considerando uma curva de taxa de juro sem risco; e
- Resultados em risco: afetação dos ativos e passivos a bandas temporais e avaliação dos resultados em margem financeira.

Foram considerados todos os ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais detidos na carteira bancária sensíveis ao risco de taxa de juro (desde que não deduzidos aos fundos próprios de nível principal - CET1 -, e excluindo ativos imobiliários, ativos intangíveis ou posições em risco sobre ações na carteira bancária). A curva de rendimentos sem risco advém de taxa *swap* utilizada por contrapartes para troca de fluxos financeiros. O mercado de *swaps* de taxa de juro: a) é altamente líquido; b) não é afetado por condições administrativas ou regulamentares; e c) as operações são colateralizadas. O índice usado na curva de rendimentos contém maturidades residuais entre 1 e 25 anos, à qual acrescem as seguintes maturidades residuais: 30, 35, 40, 45 e 50 anos. Foi utilizada uma metodologia de interpolação linear para os pontos da curva não apurados naquele índice entre os 25 e 50 anos. Esta metodologia contempla ainda pressupostos de maturidade comportamental para os saldos de clientes (passivos) sem datas de vencimento específicas, discriminando quer a parte estável, quer a parte volátil.

De referir que os *cash-flows* calculados nesta metodologia são distribuídos por intervalos temporais, de acordo com a sua maturidade residual (taxa fixa), ou de acordo com o período remanescente para a próxima data de fixação (taxa variável). São aplicados cenários de choque sobre as taxas de juro e magnitude dos choques, sendo que o choque standard consiste num exercício de simulação referente ao deslocamento paralelo na curva de rendimentos de 200 pontos base e no cenário base (este último tem como referência a curva de rendimentos sem risco). Posteriormente, é apurada a diferença entre o cenário de simulação e o cenário base na margem financeira e no valor económico do capital próprio.

Sob estes pressupostos, um aumento em 200 pontos base nas taxas de juro de mercado a 31 de dezembro de 2023, tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €897 milhares e €-1.669 milhares, respetivamente, enquanto que uma diminuição em 200 pontos base resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €-1.872 milhares e €2.819 milhares, respetivamente.

### iii) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de títulos, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos contratos de gestão discricionária com as referidas entidades, onde se define um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efetua os seguintes controlos:

- são feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efetuado a respetiva análise; e
- são realizadas reuniões periódicas com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa ótica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de dezembro de 2023 e 2022 era como se segue:

	Exposição máxima	
	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Derivados	-	-
Ações e Fundos	1 211	1 211
Obrigações	-	-

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2023, uma potencial variação de 10% na cotação dos títulos em carteira não resultaria em qualquer impacto nos capitais próprios, uma vez que a totalidade dos ativos cotados se encontra classificada ao custo amortizado (2022-12-31: sem impacto).

#### iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurá-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de dezembro de 2023, 55% (31 de dezembro de 2022: 53%) dos ativos da Caixa dizem respeito a empréstimos e adiantamentos (crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito), sendo ambos integralmente financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pelo Conselho de Administração. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas aplicações a prazos mais alargados. Estas aplicações são objeto de controlo por parte do Departamento Financeiro e do Conselho de Administração, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respetiva remuneração.

A atividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação suscetível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorizados igualmente os ativos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não ativados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efetuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros (capital e juros) por prazos de maturidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>2023-12-31</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	107				107
Recursos de clientes	194 917	222 277	27 326		444 520
Passivos subordinados				1 823	1 823
<b>2022-12-31</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	82				82
Recursos de clientes	220 567	226 983	9 195		456 745
Passivos subordinados				1 823	1 823

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados:

	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>2023-12-31</b>						
Irrevogavel	2 723	2 532	8 238	158		13 651
Revogavel	1 048	164	122			1 334
<b>Total</b>	<b>3 771</b>	<b>2 695</b>	<b>8 360</b>	<b>158</b>		<b>14 984</b>
<b>2022-12-31</b>						
Irrevogavel	2 131	4 072	8 151	639		14 992
Revogavel	944	90	397			1 430
<b>Total</b>	<b>3 074</b>	<b>4 161</b>	<b>8 548</b>	<b>639</b>		<b>16 423</b>

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>2022-12-31</b>						
Recursos de clientes	241 051	180 404	19 497		2 392	443 344
Passivos subordinados				1 750		1 750
Outros Passivos	2 505	673				3 178
<b>2023-12-31</b>						
Recursos de clientes	284 892	168 250	1 108		2 510	456 760
Passivos subordinados				1 750		1 750
Outros Passivos	817	701				1 519

## Gestão do capital

Os objetivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;
- Salvar a capacidade da Caixa de continuar com a sua atividade e assim proporcionar retorno para o acionista; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das diretivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal trimestralmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Fundos Próprios	2023-12-31	2022-12-31
Capital realizado	19 932	19 932
Reservas legais e estatutárias	7 468	7 278
Reservas de reavaliação de justo valor	(316)	(316)
Resultados retidos	986	1 418
Ativos intangíveis	(1 628)	(1 284)
Ativos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura e não decorrem de diferenças temporárias líquidos dos ativos por impostos associados	(0)	(914)
Ativos de fundos de pensões de benefício definido	(13)	(715)
Ajustamentos ao capital CET1	(559)	(128)
Ajustamentos transitórios ao capital CET1	0	0
<b>Commom Equity Tier 1 (CET1)</b>	<b>25 870</b>	<b>25 271</b>
<i>Additional Tier 1</i>	0	0
<b>Tier 1</b>	<b>25 870</b>	<b>25 271</b>
Instrumentos de fundos próprios elegíveis como Tier 2	1 823	1 823
Ajustamentos para o risco geral de crédito	0	328
<b>Tier 2</b>	<b>1 823</b>	<b>2 151</b>
<b>Fundos próprios totais</b>	<b>27 693</b>	<b>27 422</b>
Ativos ponderados pelo risco	180 767	171 190
<i>Commom Equity Tier 1</i>	14,31%	14,76%
<i>Tier 1</i>	14,31%	14,76%
Rácio de fundos próprios totais	15,32%	16,02%

Os fundos próprios são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com a Diretiva 2013/36/EU (CRD IV) e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 (CRR) aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2017.

No que respeita aos ativos ponderados pelo risco, a Caixa adota o método padrão, em conformidade com o previsto na Parte III, título II, Capítulo 2 do CRR.

No que concerne aos rácios de capital, a CEMAH encontra-se a cumprir com o rácio de capital mínimo estabelecido pelo regulador.

#### 4. Classificação de ativos e passivos financeiros

	Outros valores a receber	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Ativos/Passivos Não Financeiros	Total
<b>2023-12-31</b>								
<b>Ativos</b>								
Dinheiro em caixa	10 616	-	-	-	-	-	-	10 616
Saldos de caixa em bancos centrais	84 991	-	-	-	-	-	-	84 991
Disponibilidades em OI's	3 166	-	-	-	-	-	-	3 166
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-	107 284	-	-	107 284
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	1 211	-	-	-	1 211
Crédito a clientes	-	-	-	-	264 457	-	-	264 457
Depósitos a prazo	-	-	-	-	2 795	-	-	2 795
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	152	152
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	410	410
Outros ativos	110	-	-	-	-	-	13 732	13 842
<b>Total Ativos</b>	<b>98 884</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 211</b>	<b>374 536</b>	<b>-</b>	<b>14 294</b>	<b>488 925</b>
<b>Passivos</b>								
Depósitos	-	-	-	-	-	442 235	-	442 235
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	1 823	-	1 823
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	2 392	-	2 392
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	51	51
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	897	897
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	17	17
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	6 957	6 957
<b>Total Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>446 450</b>	<b>7 922</b>	<b>454 372</b>
<b>2022-12-31</b>								
<b>Ativos</b>								
Dinheiro em caixa	10 446	-	-	-	-	-	-	10 446
Saldos de caixa em bancos centrais	90 212	-	-	-	-	-	-	90 212
Disponibilidades em OI's	5 138	-	-	-	-	-	-	5 138
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-	108 372	-	-	108 372
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	1 211	-	-	-	1 211
Crédito a clientes	-	-	-	-	259 766	-	-	259 766
Depósitos a prazo	-	-	-	-	2 781	-	-	2 781
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	99	99
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	1 343	1 343
Outros ativos	129	-	-	-	-	-	12 462	12 591
<b>Total Ativos</b>	<b>105 926</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 211</b>	<b>370 919</b>	<b>-</b>	<b>13 904</b>	<b>491 959</b>
<b>Passivos</b>								
Depósitos	-	-	-	-	-	454 317	-	454 317
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	1 823	-	1 823
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	2 510	-	2 510
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	77	77
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	11	11
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	18	18
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	4 365	4 365
<b>Total Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>458 650</b>	<b>4 471</b>	<b>463 121</b>

## 5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os valores contábilísticos dos ativos e passivos financeiros comparam com o respetivo justo valor conforme segue:

	<u>Valor contábilístico</u>	<u>Justo valor</u>	<u>Diferença</u>
<b>2023-12-31</b>			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros DO's	98 773	98 773	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	-	-	-
Ativos financeiros ao justo através de outro rendimento integral	1 211	1 211	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	374 536	368 069	(6 467)
<b>Total ativos financeiros ao justo valor</b>	<u>474 520</u>	<u>468 053</u>	<u>(6 467)</u>
	<u>Valor contábilístico</u>	<u>Justo valor</u>	<u>Diferença</u>
<b>2022-12-31</b>			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros DO's	105 796	105 796	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	-	-	-
Ativos financeiros ao justo através de outro rendimento integral	1 211	1 211	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	370 919	360 290	(10 628)
<b>Total ativos financeiros ao justo valor</b>	<u>477 926</u>	<u>467 297</u>	<u>(10 628)</u>

A diferença registada nos ativos financeiros ao custo amortizado resulta da diferença entre o valor contábilístico e o justo valor da carteira de títulos.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros mais significativos são analisados conforme se segue.

### Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem, e aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

### Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ao justo valor através de outro rendimento integral

Os Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados e pelo justo valor através de outro rendimento integral são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelo próprio.

O quadro seguinte analisa os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, pelo método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços), quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Caixa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

**2023-12-31**

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	1 211	1 211
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	1 211	1 211
Unidades de participação	-	-	-	-
<b>Total ativos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
<b>Total passivos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**2022-12-31**

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	1 211	1 211
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	1 211	1 211
Unidades de participação	-	-	-	-
<b>Total ativos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
<b>Total passivos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Ativos financeiros ao custo amortizado:**

**Títulos de dívida**

Os investimentos aqui classificados são constituídos por títulos de dívida que cumprem os critérios do SPPI e que a CEMAH pretende deter em carteira até à respetiva maturidade. O valor de balanço dos mesmos é igual ao seu valor de aquisição, atualizado da mensualização do Prémio/Desconto, enquanto o justo valor tem por base os preços de cotação de mercado.

### **Crédito a clientes**

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que a Caixa estima que o seu justo valor não difere de forma significativa do valor contabilístico.

### **Aplicações em instituições de crédito**

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

### **Passivos financeiros ao custo amortizado:**

#### **Recursos de outras instituições de crédito**

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

#### **Depósitos de clientes**

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, a Caixa estima que o justo valor dos depósitos de clientes não difere significativamente do seu valor contabilístico.

## 6. Notas

### 6.1 Caixa, saldos de caixa em Bancos Centrais e outros depósitos à ordem

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Dinheiro em Caixa	10 616	10 446
Saldos de caixa em Bancos Centrais	84 991	90 212
Disponibilidades em outras instituições de crédito	<u>3 166</u>	<u>5 138</u>
	<u>98 773</u>	<u>105 796</u>

A rubrica “Saldos de caixa em Bancos Centrais” inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), assim como o montante aplicado no *overnight*.

O saldo da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito é composto como segue:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no país</b>		
Depósitos à ordem	2 344	4 702
Cheques a cobrar	710	349
Juros a receber	0	0
	<u>3 054</u>	<u>5 052</u>
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Cheques a cobrar	113	87
	<u>3 166</u>	<u>5 138</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações.

### 6.2 Ativos financeiros detidos para negociação

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a CEMAH não detinha em carteira ativos financeiros detidos para negociação.

### 6.3 Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a CEMAH não detinha qualquer ativo classificado desta forma, fruto da estratégia de conservação do rácio de capital da CEMAH.

#### 6.4 Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Instrumentos de capital</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
Títulos de emissores nacionais	-	-
Títulos de emissores estrangeiros	-	-
<b>Títulos não cotados</b>		
De emissores nacionais		
Ações	1 211	1 211
<b>Unidades de Participação</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
Títulos de emissores estrangeiros	-	-
	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>
	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

2023-12-31	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Val.Balanco Justo Valor</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Valias</u>	<u>Imparidade</u>
<b>Emitidos por residentes</b>						
Instrumentos de capital						
Ações	129 634	-	1 211	1 211	-	-
		<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
2022-12-31	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Val.Balanco Justo Valor</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Valias</u>	<u>Imparidade</u>
<b>Emitidos por residentes</b>						
Instrumentos de capital						
Ações	129 634	-	1 211	1 211	-	-
		<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os ativos classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral são avaliados ao justo valor. No caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo (e cujo justo valor não seja assim visível nesse mesmo mercado), foi criada uma metodologia para avaliação dos mesmos, que consiste na utilização de dados de empresas cotadas, que desenvolvam a sua atividade na mesma área de negócio (a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a CEMAH detinha em carteira ações não cotadas da SIBS).

Para além da posição acima mencionada, a 31 de dezembro de 2023 a CEMAH não possuía qualquer outro ativo financeiro classificado ao justo valor através do outro rendimento integral.

## 6.5 Ativos financeiros ao custo amortizado

A rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Títulos de dívida	107 284	108 372
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	2 795	2 781
Empréstimos e adiantamentos a clientes	264 457	259 766
	<u>374 536</u>	<u>370 919</u>

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de Títulos de dívida classificados ao custo amortizado apresentava a seguinte composição:

2023-12-31	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Val. Balanço Bruto</u>	<u>Val. Balanço Líquido</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Imparidade</u>
<b>Emitidos por residentes</b>						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	2 070 003 358	24 058	25 115	25 107	25 058	(8)
De outros emissores públicos nacionais	30	3 000	3 026	3 023	3 012	(3)
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	1 544 752	14 419	14 722	14 697	14 528	(25)
		<u>41 477</u>	<u>42 863</u>	<u>42 827</u>	<u>42 598</u>	<u>(36)</u>
<b>Emitidos por não residentes</b>						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	182 445 936	58 520	58 349	58 279	58 015	(70)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	1 097 872	6 109	6 182	6 177	6 061	(5)
		<u>64 629</u>	<u>64 531</u>	<u>64 456</u>	<u>64 076</u>	<u>(74)</u>
		<u>106 106</u>	<u>107 394</u>	<u>107 284</u>	<u>106 675</u>	<u>(110)</u>

2022-12-31	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Bruto	Val.Balanco Líquido	Valor Aquisição	Imparidade
<b>Emitidos por residentes</b>						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	2 070 003 251	23 951	25 203	25 183	25 875	(19)
De outros emissores públicos nacionais	30	3 000	3 028	3 023	3 014	(5)
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	2 234 245	15 083	15 339	15 320	15 264	(20)
		<b>42 034</b>	<b>43 570</b>	<b>43 527</b>	<b>44 153</b>	<b>(43)</b>
<b>Emitidos por não residentes</b>						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	328 539 407	62 551	62 394	62 312	62 178	(82)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	1 253 901	2 549	2 534	2 533	2 521	(2)
		<b>65 099</b>	<b>64 929</b>	<b>64 845</b>	<b>64 700</b>	<b>(84)</b>
		<b>107 134</b>	<b>108 499</b>	<b>108 372</b>	<b>108 853</b>	<b>(127)</b>

A rubrica de Títulos de dívida classificados como ativos financeiros pelo custo amortizado apresentava um saldo bruto de €107.394 milhares a 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de €1.105 milhares face ao período homólogo.

De acordo com o modelo interno aplicável, a 31 de dezembro de 2023 a carteira de títulos classificados pelo custo amortizado apresentava um valor de imparidade de €110 milhares, sendo €36 milhares referentes a instrumentos de dívida emitidos por residentes, e os restantes €74 milhares referentes a instrumentos de dívida emitidos por não residentes.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa em carteira encontra-se dada como garantia a favor do Fundo de Garantia de Depósitos (€1.569 milhares a 31 de dezembro de 2023) e Banco de Portugal (€12.048 milhares a 31 de dezembro de 2023), para garantia das obrigações assumidas pela Caixa.

Os empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito correspondem aos depósitos a prazo da CEMAH em outras instituições de crédito. No que respeita à sua duração residual, estes decompõem-se como segue:

	2023-12-31	2022-12-31
Até três meses	2 795	2 781
De três meses a 12 meses	-	-
	<b>2 795</b>	<b>2 781</b>

A rubrica de empréstimos e adiantamentos a clientes decompõe-se como segue:

<b>Empréstimos e adiantamentos a Clientes</b>	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
<b>Crédito não representados por valores mobiliários</b>		
<b>Crédito Interno</b>		
<b>Empresas e Administrações Públicas</b>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	9 199	7 058
Empréstimos	115 917	116 618
Créditos em conta corrente	10 918	12 501
Descobertos em depósitos à ordem	215	229
	<u>136 250</u>	<u>136 405</u>
<b>Particulares</b>		
Habituação	56 773	55 161
Consumo	21 367	21 062
<i>Outras finalidades</i>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	128	206
Empréstimos	41 563	42 048
Créditos em conta corrente	2 205	1 173
Outros créditos	2 511	2 057
	<u>124 547</u>	<u>121 708</u>
<b>Crédito representados por valores mobiliários</b>		
<b>Emitidos por residentes</b>		
<b>Títulos de dívida</b>		
<b>Títulos de dívida</b>		
Dívida não subordinada	11 403	8 453
	<u>11 403</u>	<u>8 453</u>
	<u>272 199</u>	<u>266 566</u>
<b>Juros a receber</b>	<u>1 653</u>	<u>874</u>
<b>Total Bruto</b>	<u>273 853</u>	<u>267 440</u>
<b>Comissões e outros custos a diferir</b>	( 501)	( 468)
<b>Menos:</b>		
Imparidade acumulada	8 895	7 206
	<u>8 895</u>	<u>7 206</u>
<b>Total Líquido</b>	<u>264 457</u>	<u>259 766</u>

A 31 de dezembro de 2023 a rubrica de crédito interno inclui €1.686 milhares de crédito vencido há mais de 30 dias (2022: €1.679 milhares).

O valor de €11.403 milhares de Dívida não subordinada (2022: €8.453 milhares) é referente a investimentos realizados em emissões de Papel Comercial, com durações entre 1 e 3 meses, e emitidos por entidades enquadradas nos critérios de análise de crédito e de risco da instituição.

Esta rubrica inclui ainda €354 milhares de descobertos em depósitos à ordem da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo que, em 31 de dezembro de 2023, vencem juros a taxas correntes de mercado (2022: €317 milhares).

O valor de balanço do crédito inclui €2.493 milhares de créditos POCL.

O escalonamento dos créditos sobre clientes em função da sua duração residual, é o seguinte:

<u>Prazos</u>	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Até três meses	8 688	8 697
De três meses a um ano	22 348	25 488
De um a cinco anos	65 380	67 130
Mais de cinco anos	147 429	137 341
Duração indeterminada (*)	30 007	28 784
	<u>273 853</u>	<u>267 440</u>

(\*) Descobertos em Depósitos à ordem, Papel comercial e aplicações em OIC;

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição (patrimonial e extrapatrimonial) e o *expected credit loss* (ECL) estimado pela CEMAH, apresentam a seguinte composição:

Segmento de risco	2023-12-31									
	Stage 1		Stage 2		stage 3		POCI		Total	
	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL
<b>Empresas</b>	<b>123 818</b>	<b>489</b>	<b>61 952</b>	<b>2 353</b>	<b>12 554</b>	<b>5 218</b>	<b>2 089</b>	<b>346</b>	<b>200 413</b>	<b>8 406</b>
Crédito a Prestações	80 791	359	50 590	2 164	12 063	4 977	1 978	346	145 421	7 846
Descoberto Bancário	19 352	58	7 345	116	280	234	110	0	27 088	408
Garantias Bancárias	5 699	3	1 131	13	-	-	-	-	6 830	16
Letras/Livranças	6 574	21	2 886	60	211	7	-	-	9 671	87
Papel Comercial	11 403	49	-	-	-	-	-	-	11 403	49
<b>Estado</b>	<b>10 859</b>	<b>14</b>	<b>1 997</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12 857</b>	<b>34</b>
Crédito a Prestações	8 859	12	1 947	20	-	-	-	-	10 807	33
Descoberto Bancário	2 000	1	50	0	-	-	-	-	2 050	1
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Particulares - Créd. Habitação</b>	<b>45 895</b>	<b>3</b>	<b>6 462</b>	<b>47</b>	<b>251</b>	<b>62</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>52 631</b>	<b>113</b>
Crédito a Prestações	45 895	3	6 462	47	251	62	23	2	52 631	113
Descoberto Bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Particulares - Outros</b>	<b>24 467</b>	<b>3</b>	<b>3 925</b>	<b>33</b>	<b>1 112</b>	<b>322</b>	<b>381</b>	<b>36</b>	<b>29 885</b>	<b>393</b>
Crédito a Prestações	22 129	2	3 789	32	1 083	301	381	36	27 382	372
Descoberto Bancário	2 306	0	118	1	28	20	-	-	2 452	22
Garantias Bancárias	32	0	18	-	-	-	-	-	50	0
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>205 040</b>	<b>508</b>	<b>74 337</b>	<b>2 453</b>	<b>13 916</b>	<b>5 601</b>	<b>2 493</b>	<b>384</b>	<b>295 787</b>	<b>8 946</b>

2022-12-31										
Segmento de risco	stage 1		stage 2		stage 3		POCI		Total	
	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL
<b>Empresas</b>	<b>113 087</b>	<b>528</b>	<b>64 004</b>	<b>2 031</b>	<b>16 378</b>	<b>4 030</b>	<b>3 632</b>	<b>220</b>	<b>197 102</b>	<b>6 808</b>
Crédito a Prestações	78 645	475	46 830	1 815	15 712	3 781	3 632	220	144 819	6 289
Descoberto Bancário	18 892	29	9 288	125	462	249	-	-	28 642	403
Garantias Bancárias	3 473	1	4 057	51	-	-	-	-	7 530	52
Letras/Livranças	3 624	6	3 830	41	204	0	-	-	7 658	47
Papel Comercial	8 453	17	-	-	-	-	-	-	8 453	17
<b>Estado</b>	<b>12 723</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12 723</b>	<b>15</b>
Crédito a Prestações	10 573	14	-	-	-	-	-	-	10 573	14
Descoberto Bancário	2 150	1	-	-	-	-	-	-	2 150	1
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Particulares - Créd. Habitação</b>	<b>42 966</b>	<b>23</b>	<b>5 736</b>	<b>42</b>	<b>332</b>	<b>53</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>49 061</b>	<b>118</b>
Crédito a Prestações	42 966	23	5 736	42	332	53	27	1	49 061	118
Descoberto Bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Particulares - Outros</b>	<b>25 816</b>	<b>4</b>	<b>5 325</b>	<b>24</b>	<b>1 122</b>	<b>298</b>	<b>333</b>	<b>16</b>	<b>32 595</b>	<b>341</b>
Crédito a Prestações	21 605	2	5 102	23	1 085	262	333	16	28 124	304
Descoberto Bancário	4 150	1	167	1	37	35	-	-	4 354	38
Garantias Bancárias	60	0	56	0	-	-	-	-	116	0
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>194 592</b>	<b>569</b>	<b>75 065</b>	<b>2 096</b>	<b>17 832</b>	<b>4 381</b>	<b>3 992</b>	<b>236</b>	<b>291 481</b>	<b>7 283</b>

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos ativos financeiros pelo custo amortizado de acordo com as categorias de risco de crédito é o que segue:

	2023-12-31		2022-12-31	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Stage 1	186 321	508	176 912	569
Stage 2	72 664	2 518	69 741	2 135
Stage 3	14 868	5 921	20 786	4 579
	<b>273 853</b>	<b>8 946</b>	<b>267 440</b>	<b>7 283</b>

O montante de imparidade apresentado no quadro acima inclui as provisões reconhecidas para fazer face a compromissos, no montante de €51 milhares (€77 milhares em 2022) (ver nota 6.11).

Conforme referido na nota 3, o risco de crédito é o mais relevante no que respeita à política de gestão do risco.

No que concerne às imparidades para crédito a clientes por método de análise, tem-se o seguinte:

Imparidade para ativos ao custo amortizado por método de análise	2023-12-31	2022-12-31
Cobertura sujeita a análise individual de imparidade	5 348	2 749
Cobertura sujeita a análise coletiva de imparidade	3 598	4 535
	<b>8 946</b>	<b>7 283</b>

O movimento na imparidade por perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes analisa-se como segue:

Imparidade - Empréstimos ao Custo amortizado	Stage 1 Imparidade 12 meses	Stage 2 Imparidade lifetime	Stage 3 Imparidade lifetime	Total	POCI
<b>Imparidade em 2022-12-31</b>	<b>569</b>	<b>2 135</b>	<b>4 579</b>	<b>7 283</b>	<b>236</b>
Variações de imparidade	0	0	0	0	0
- Transferidos para stage 1	571	(571)	0	0	0
- Transferidos para stage 2	(34)	150	(116)	0	0
- Transferidos para stage 3	0	(2)	2	0	0
Variações devido a novos ativos financeiros e modificações	97	160	(136)	121	0
Variações devido a novos parâmetros de risco para os créditos que mantiveram o risco de crédito	(182)	84	1 570	1 471	153
Outras variações	(513)	562	22	71	(13)
Novos ativos originados ou comprados	0	0	0	0	8
Abatimentos ao ativo	0	(0)	(67)	(68)	0
<b>Imparidade em 2023-12-31</b>	<b>508</b>	<b>2 518</b>	<b>5 920</b>	<b>8 946</b>	<b>384</b>

Imparidade - Empréstimos ao Custo amortizado	Stage 1 Imparidade 12 meses	Stage 2 Imparidade lifetime	Stage 3 Imparidade lifetime	Total	POCI
<b>Imparidade em 2022-01-01</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Variações de imparidade	0	0	0	0	0
- Transferidos para stage 1	358	(351)	(7)	0	0
- Transferidos para stage 2	(19)	110	(90)	0	0
- Transferidos para stage 3	0	(94)	94	0	0
Variações devido a novos ativos financeiros e modificações	39	108	(241)	(93)	0
Variações devido a novos parâmetros de risco para os créditos que mantiveram o risco de crédito	(24)	332	21	329	(127)
Outras variações	(321)	414	(66)	27	(12)
Novos ativos originados ou comprados	0	0	0	0	16
Abatimentos ao ativo	0	(0)	(158)	(158)	0
<b>Imparidade em 2022-12-31</b>	<b>569</b>	<b>2 135</b>	<b>4 579</b>	<b>7 283</b>	<b>236</b>

## 6.6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	Direito de uso						Total
	Imóveis de serviço próprio	Equipamento	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Imóveis	Equipamento	
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>							
Custo	9 739	4 642	88	37	127	136	14 770
Amortizações acumuladas	(4 152)	(4 077)	-	(3)	(95)	(117)	(8 444)
Imparidade	(34)						(34)
Valor líquido	5 554	566	88	34	32	18	6 292
<b>Movimentos no exercício de 2022</b>							
Saldo líquido de abertura	5 553	566	88	34	32	18	6 292
Adições	-	94	16	-	0	82	192
Transferências	70	16	(86)	-	-	-	-
Abates	-	(9)	-	-	-	-	(9)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	9	-	-	-	-	9
Amortizações do exercício	(190)	(227)	-	-	(32)	(30)	(478)
Imparidade	2	-	-	-	-	-	-
Saldo líquido de encerramento	5 435	449	18	34	0	71	6 006
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>							
Custo	9 810	4 744	18	37	127	218	14 953
Amortizações acumuladas	(4 342)	(4 295)	-	(3)	(127)	(147)	(8 913)
Imparidade	(32)						(32)
Valor líquido	5 436	449	18	34	-	71	6 008
<b>Movimentos no exercício de 2023</b>							
Saldo líquido de abertura	5 436	449	18	34	-	71	6 008
Adições	-	136	47	-	92	157	433
Transferências	-	36	(36)	-	-	-	-
Abates	-	(248)	-	(1)	(127)	(127)	(502)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	248	-	-	127	131	506
Amortizações do exercício	(176)	(195)	-	-	(31)	(45)	(446)
Regularizações	-	-	(16)	-	-	-	(16)
Imparidade	22	-	-	-	-	-	22
Saldo líquido de encerramento	5 282	426	14	34	62	187	6 003
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>							
Custo	9 810	4 668	14	37	92	248	14 868
Amortizações acumuladas	(4 517)	(4 242)	-	(3)	(31)	(61)	(8 854)
Imparidade	(10)	-	-	-	-	-	(10)
Valor líquido	5 282	426	14	34	62	187	6 003

O ativo de direito de uso diz respeito a locações da Caixa incorporadas tendo em consideração a IFRS 16. O direito de uso corresponde a locações de imóveis e de viaturas.

As adições mais significativas realizadas na rubrica de Equipamento durante o ano 2022 compreendem a aquisições de ATMs e contadoras de notas (€69 milhares), de equipamento informático (€8 milhares), de equipamento de segurança (€15 milhares) e de mobiliário diverso (€2 milhares). Em 2023 compreendem a aquisições de ATMs e contadoras de notas (€60 milhares), de *chillers* para o *DataCenter* (€43 milhares), de equipamento informático (€9 milhares), de equipamento de segurança (€15 milhares) e de mobiliário diverso (€10 milhares).

Do saldo da rubrica de Ativos tangíveis em curso foram, durante o exercício de 2023, passados a definitivo €36 milhares referentes a equipamento informático, sendo que €16 milhares foram transferidos para custo do exercício.

As aquisições registadas em ativos tangíveis em curso são referentes à aquisição de equipamento informático (€35 milhares), ATMs (€6 milhares) e obras em imóveis próprios (€5 milhares).

Em 2023 foram abatidos ao ativo €502 milhares de euros de equipamentos que se encontravam obsoletos.

Os imóveis de serviço próprio têm a 31 de dezembro de 2023 uma imparidade registada no montante de €10 milhares.

## 6.7 Outros ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 analisa-se como segue:

	<b>Sistemas tratamento automático de dados</b>	<b>Ativos intangíveis em Curso</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>				
Custo	4 944	35	117	5 097
Amortizações acumuladas	(4 311)	-	(103)	(4 414)
Valor líquido	<u>633</u>	<u>35</u>	<u>15</u>	<u>683</u>
<b>Movimentos no exercício de 2022</b>				
Saldo líquido de abertura	633	35	15	683
Adições	12	1 111	-	1 122
Transferências	-	-	-	-
Amortizações do exercício	(294)	-	(13)	(307)
Saldo líquido de encerramento	<u>351</u>	<u>1 146</u>	<u>1</u>	<u>1 498</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>				
Custo	4 956	1 146	117	6 218
Amortizações acumuladas	(4 605)	-	(116)	(4 721)
Valor líquido	<u>351</u>	<u>1 146</u>	<u>1</u>	<u>1 498</u>
<b>Movimentos no exercício de 2023</b>				
Saldo líquido de abertura	351	1 146	1	1 498
Adições	-	477	-	477
Transferências	44	(44)	-	-
Amortizações do exercício	(134)	-	(1)	(135)
Regularizações	-	(123)	-	(123)
Saldo líquido de encerramento	<u>262</u>	<u>1 456</u>	<u>-</u>	<u>1 718</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>				
Custo	5 000	1 456	117	6 573
Amortizações acumuladas	(4 738)	-	(117)	(4 856)
Valor líquido	<u>261</u>	<u>1 456</u>	<u>-</u>	<u>1 718</u>

No ano de 2023 foram concluídos os projetos da Nova AT (€35 milhares) e API Market (€9 milhares). Adicionalmente foram reclassificados alguns valores para custos do exercício (€123 milhares), na sua grande maioria relacionados com manutenção no novo CORE Bancário.

No que concerne às adições registadas em ativos em curso, €477 milhares são referentes à implementação do novo CORE Bancário, resultando no valor total para este projeto de €1.456 milhares, no final de 2023.

## 6.8 Impostos Ativos e Passivos

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser analisada no quadro que se segue:

	2023-12-31		2022-12-31	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Impostos correntes				
IRC	152	897	99	11
	<u>152</u>	<u>897</u>	<u>99</u>	<u>11</u>
Impostos diferidos				
Provisões tributadas:				
- Crédito hipotecário	111	-	165	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito e imparidade extrapatrimonial	2	-	4	-
- Imparidade adicional - Múltiplos <i>defaults</i> , taxas juro e inflação e overlay	163	-	95	-
- Imparidade para imóveis	19	-	50	-
Prémios de final de carreira	18	-	15	-
Imparidade títulos	-	-	-	-
Reserva justo valor	-	-	-	-
Reserva cambial	1	5	1	5
Imparidade devedores diversos	0	-	4	-
Prejuízo fiscal	-	-	914	-
Benefício fiscal CFEI II	95	-	95	-
Responsabilidades passadas Plano Complementar	-	-	-	-
Reavaliação imóveis	-	12	-	13
	<u>410</u>	<u>17</u>	<u>1 343</u>	<u>18</u>

Nos termos da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que aprovou o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), estima-se que a CEMAH tenha procedido, no período compreendido entre 1 de julho de 2020 e 31 de dezembro de 2020, a investimentos elegíveis num montante de aproximadamente €405 milhares, e entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021 a investimentos elegíveis no montante de €68 milhares, ao qual corresponderam benefícios fiscais de, respetivamente €81 milhares e €14 milhares, registados como imposto diferido ativo e deduzidos na sua totalidade ao resultado fiscal de 2023.

A 31 de dezembro de 2023, da rubrica dos Impostos correntes consta imposto a pagar no montante de €897 milhares e imposto a recuperar no montante de €152 milhares. Este último é resultante de €147 milhares de dupla tributação jurídica internacional (2022: €87 milhares) e €5 milhares de retenções na fonte efetuadas por terceiros (2022: €12 milhares).

O saldo de IRC a liquidar em 31 de dezembro de 2023 e 2022 decompõe-se assim da seguinte forma:

	<u>2023-12-31</u>
Imposto corrente do exercício	897
Pagamentos por conta, especial por conta, adicional por conta e retenções na	(5)
Dupla tributação jurídica internacional	(147)
	<u>745</u>
	 <u>2022-12-31</u>
Imposto corrente do exercício	11
Pagamentos por conta, especial por conta, adicional por conta e retenções na	(12)
Dupla tributação jurídica internacional	(87)
	<u>(88)</u>

## 6.9 Outros ativos

A rubrica de Outros ativos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios</b>		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.16)	(18 607)	(17 631)
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.16)	18 620	18 346
	<u>13</u>	<u>715</u>
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Sector público administrativo	-	-
Devedores por bonificações a receber	738	838
Outros devedores	1 865	1 350
	<u>2 603</u>	<u>2 188</u>
<b>Outros activos</b>		
Outras disponibilidades	48	115
Outros imóveis	58	111
Economato	34	38
Numismática e outros metais preciosos	11	11
Outros	24	24
	<u>175</u>	<u>299</u>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Outras despesas com encargo diferido	176	146
	<u>176</u>	<u>146</u>
<b>Outras contas a regularizar</b>		
Outras operações a regularizar	1 737	811
	<u>1 737</u>	<u>811</u>
<b>Imparidade - outros ativos</b>		
Devedores	(113)	(131)
Imóveis	(14)	(29)
	<u>(128)</u>	<u>(160)</u>
	<u>4 576</u>	<u>3 999</u>

A rubrica Devedores por bonificações a receber contém os valores a receber do Governo Regional dos Açores (€733 milhares) e da Direção Geral do Tesouro (€5 milhares) relativos a bonificações (2022: €838 milhares e menos de €1 milhar, respetivamente).

A rubrica Outros imóveis inclui os imóveis adquiridos para reembolso de crédito próprio que, no âmbito da IFRS 5, não se encontram ainda disponíveis para venda.

O saldo da rubrica Outras despesas com encargo diferido diz respeito à mensuração de contratos com fornecedores, a reconhecer nos meses seguintes.

As Outras operações a regularizar incluem valores das compensações a favor da CEMAH, ainda não regularizados.

#### 6.10 Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 analisa-se como segue:

	Imóveis	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo em 31/12/2021			
Valor bruto	2 793	25	2 819
Imparidade acumulada	(943)	-	(943)
Valor líquido	1 850	25	1 875
Movimento			
Adições	104	-	104
Alienações	(1 058)	-	(1 058)
Imparidade	165	-	165
Saldo em 31/12/2022			
Valor bruto	1 840	25	1 865
Imparidade acumulada	(778)	-	(778)
Valor líquido	1 061	25	1 087
Movimento			
Adições	1 329	-	1 329
Alienações	(1 504)	(2)	(1 506)
Imparidade	636	-	636
Saldo em 31/12/2023			
Valor bruto	1 665	23	1 688
Imparidade acumulada	(142)	-	(142)
Valor líquido	1 523	23	1 546

Os valores de adições registados nos exercícios de 2022 (€104 milhares) e 2023 (€1.329 milhares) referem-se a imóveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito.

Durante o exercício de 2023 foram alienados 13 imóveis, registados ao valor de €1.504 milhares, dos quais resultaram, em termos líquidos, €31 milhares de menos-valias (2022: alienados 8 imóveis, registados ao valor de €1.058 milhares, dos quais resultaram €8 milhares de menos-valias). Em 2023 foi reforçada a imparidade registada para imóveis em €8 milhares (2022: €115 milhares).

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.11.

## 6.11 Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante os exercícios de 2023 e 2022 resumem-se conforme segue:

Movimentos em 2023						
	Saldo em 2023-01-01	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações	Juros stage 3/ Transferências	Saldo em 2023-12-31
Outras Provisões	77	14	(40)	-	-	51
<b>Total Provisões</b>	<b>77</b>	<b>14</b>	<b>(40)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51</b>
Imparidade em disponibilidades em instituições de crédito	0	0	(1)			0
Imparidade em empréstimos:						
Títulos de dívida	127	28	(45)	-	-	110
Depósitos a prazo	19	20	(34)	-	-	5
Crédito	7 206	2 067	(473)	(68)	162	8 895
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através OCI	-	-	-	-	-	-
Imparidade em outros ativos	160	27	(21)	(12)	(27)	128
Imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	778	116	(158)	(622)	27	142
Imparidade para imóveis de serviço próprio	32	-	(22)	-	-	10
<b>Total Imparidades</b>	<b>8 323</b>	<b>2 259</b>	<b>(753)</b>	<b>(701)</b>	<b>162</b>	<b>9 291</b>
<b>Total provisões e imparidades</b>	<b>8 401</b>	<b>2 273</b>	<b>(793)</b>	<b>(701)</b>	<b>162</b>	<b>9 342</b>

Movimentos em 2022						
	Saldo em 2022-01-01	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações	Juros stage 3/ Transferências	Saldo em 2022-12-31
Outras Provisões	144	50	(117)	-	-	77
<b>Total Provisões</b>	<b>144</b>	<b>50</b>	<b>(117)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77</b>
Imparidade em disponibilidades em instituições de crédito	0	1	(1)			0
Imparidade em empréstimos:						
Títulos de dívida	66	79	(18)	-	-	127
Depósitos a prazo	11	37	(30)	-	-	19
Crédito	6 876	2 163	(1 691)	(157)	15	7 206
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através OCI	60	14	(74)	-	-	-
Imparidade em outros ativos	43	123	(6)	(0)	-	160
Imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	943	341	(227)	(278)	-	778
Imparidade para imóveis de serviço próprio	34	25	(27)	-	-	32
<b>Total Imparidades</b>	<b>8 035</b>	<b>2 784</b>	<b>(2 075)</b>	<b>(435)</b>	<b>15</b>	<b>8 323</b>
<b>Total provisões e imparidades</b>	<b>8 179</b>	<b>2 834</b>	<b>(2 192)</b>	<b>(435)</b>	<b>15</b>	<b>8 401</b>

Por forma a fazer face a um eventual impacto do aumento do risco de incumprimento dos clientes de crédito por via da subida das taxas de juro e da inflação, a CEMAH procedeu, de forma conservadora e com carácter preventivo, à simulação e ao registo de imparidade adicional para acautelar tal risco.

Para tal, foi efetuada a análise do comportamento da carteira ao nível das transições de *stage* a cada semestre entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023 e apurado o agravamento da imparidade decorrente dessa reclassificação de *stage*.

Assim, tendo por base o universo de contratos que se encontrava em *stage 1* e *stage 2* a cada semestre, iniciando em dezembro de 2022, verificou-se o agravamento médio de imparidade dos contratos que transitaram de *stage 1* para *stage 2*, de *stage 1* para *stage 3* e de *stage 2* para *stage 3*, tendo-se apurado um agravamento médio de imparidade de €341 milhares.

De forma complementar, foi aplicado um *overlay* adicional de imparidade com o objetivo de acautelar futuras dificuldades de cumprimento dos clientes.

Do universo de clientes da análise coletiva, que tendo crédito ativo em dezembro de 2023 e em *stage 2*, foi verificado qual o indício ou indícios com maior expressão na carteira diretamente relacionados com incumprimentos na CEMAH e agravado as operações em causa, para efeitos de cálculo de imparidade, para *stage 3*, concluindo-se pela utilização do “Crédito vencido > 30 dias nos últimos 3 meses” e pela materialização de um impacto de cerca de €109 milhares.

Assim, a 31 de dezembro de 2023, o montante de imparidade para crédito registado, de €8.946 milhares, inclui €450 milhares de imparidade adicional constituída para fazer face a possíveis impactos dos aumentos registados nas taxas de juro e de inflação e da conjuntura atualmente vivida de uma forma geral.

Relativamente aos acréscimos e reversões da imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda, estes resultam das avaliações periodicamente efetuadas aos imóveis recebidos para reembolso de crédito próprio, e têm ainda em conta os valores de venda praticados e esperados pela CEMAH.

### 6.12 Passivos financeiros detidos para negociação

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a CEMAH não detém em carteira passivos financeiros detidos para negociação.

### 6.13 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Depósitos	442 235	454 317
Outros passivos financeiros	2 392	2 510
Passivos subordinados	<u>1 823</u>	<u>1 823</u>
	<u>446 450</u>	<u>458 650</u>

Quanto à sua natureza, o saldo dos depósitos é composto como se segue:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Depósitos de instituições de crédito</b>		
Depósitos à ordem	107	82
<b>Depósitos de outros clientes</b>		
Depósitos à ordem	183 996	215 556
Depósitos a prazo	196 815	156 911
Depósitos de poupança	<u>60 034</u>	<u>81 701</u>
	440 951	454 250
Juros a Pagar	<u>1 283</u>	<u>67</u>
	<u>442 235</u>	<u>454 317</u>

Quanto à duração residual, os depósitos decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b><u>Prazos</u></b>		
Exigível à vista	185 751	217 604
Exigível a prazo		
Até 3 meses	61 042	71 010
De três meses a um ano	175 742	164 596
De um a cinco anos	19 699	1 108
	<u>256 483</u>	<u>236 713</u>
	<u>442 235</u>	<u>454 317</u>

A 31 de dezembro de 2023, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem eram de 0% (tal como a 31 de dezembro de 2022), e as referentes a depósitos a prazo e de poupança variavam entre 0,025% e 3,75% (31 de dezembro de 2022: 0,025% e 1,25%).

Os Outros passivos financeiros são compostos por cheques bancários e visados e transferências pendentes de liquidação.

Quanto à sua natureza, o saldo dos Passivos subordinados é composto como se segue:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Passivos subordinados	1 750	1 750
	<u>1 750</u>	<u>1 750</u>
Juros a Pagar	73	73
	<u>1 823</u>	<u>1 823</u>

Com o objetivo de melhorar o seu rácio de capital, no final de julho de 2020 a CEMAH procedeu à emissão de um empréstimo subordinado. Neste contexto foram subscritos €1.750 milhares, à taxa de 10% e com uma maturidade de 10 anos, vencendo-se em 31 de julho de 2030.

#### 6.14 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios</b>		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.16)	-	-
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.16)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo de locação</b>		
Passivo de locação	257	72
	<u>257</u>	<u>72</u>
<b>Credores e outros recursos</b>		
Outros recursos	-	-
Sector público administrativo	370	314
Outros credores	1 878	431
	<u>2 248</u>	<u>745</u>
<b>Encargos a pagar</b>		
Serviços prestados por terceiros	27	26
Gastos com pessoal	540	499
Gastos gerais administrativos	103	106
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	85	71
	<u>755</u>	<u>701</u>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Outras operações a regularizar	3 697	2 847
	<u>3 697</u>	<u>2 847</u>
<b>Outros Passivos</b>	<u>6 957</u>	<u>4 365</u>

Os passivos de locação são referentes ao valor dos pagamentos futuros atualizados das operações de locação da Caixa, nomeadamente as respeitantes a imóveis e viaturas.

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços, assim como valores a regularizar a outros credores no montante de €1.554 milhares.

A rubrica serviços prestados por terceiros inclui o montante vencido e ainda não liquidado de comissões a pagar às entidades gestoras das carteiras de títulos.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH junto da SIBS.

### 6.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade inicial resumem-se conforme segue:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Caixa	10 616	10 446
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	84 991	90 212
Disponibilidades à vista em outras IC's	3 166	5 139
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	2 801	2 800
	<u>101 574</u>	<u>108 597</u>

### 6.16 Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

### 6.16.1 Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19R. O mesmo se verifica relativamente às responsabilidades com o complemento de pensões.

Tal como em dezembro de 2022, a BPI Vida e Pensões é atualmente a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas, assim como pela gestão do respetivo fundo de pensões. A avaliação atuarial tem por base o método “*Projected Unit Credit*” e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

#### Plano de Pensões ACT

	Pressupostos	
	2023-12-31	2022-12-31
<b>Hipóteses financeiras</b>		
Taxa de desconto	3,15%	3,71%
Taxa de crescimento salarial	2024: 3,5%; após 2024: 1,25%	2023 e 2024: 3,5%; após 2024: 1,25%
Taxa de crescimento das pensões	2024: 3,0%; após 2024: 0,75%	2023 e 2024: 3,0%; após 2024: 0,75%
<b>Hipóteses demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez
Tábua de invalidez	50% da EKV 80	50% da EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Diferença de idades entre os cônjuges		
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
<b>Método de valorização atuarial</b>	Project Unit Credit Method	

#### Plano de Pensões Complementar

	Pressupostos	
	2023-12-31	2022-12-31
<b>Hipóteses financeiras</b>		
Taxa de desconto	3,15%	3,71%
Taxa de crescimento salarial	2024: 3,5%; após 2024: 1,25%	2023 e 2024: 3,5%; após 2024: 1,25%
Taxa de crescimento das pensões	2024: 3,0%; após 2024: 0,75%	2023 e 2024: 3,0%; após 2024: 0,75%
<b>Hipóteses demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez
Tábua de invalidez	50% da EKV 80	50% da EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Diferença de idades entre os cônjuges		
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
<b>Método de valorização atuarial</b>	Project Unit Credit Method	

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo atuarial adotado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2023 a Caixa tem 210 participantes no Plano de Pensões ACT, dos quais 133 são trabalhadores no ativo, 49 são reformados, 16 são pensionistas e 12 são ex-trabalhadores (31 de dezembro 2022: 199, 126, 45, 16 e 12, respetivamente).

O Plano de pensões complementar tem, a 31 de dezembro de 2023, 1 participante (31 de dezembro de 2022: 1 participante).

No que respeita à esperança média de vida dos participantes dos planos, estas apresentavam a seguinte decomposição:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b><u>2023-12-31</u></b>	<b><u>2022-12-31</u></b>
<b>Esperança média de vida (anos)</b>		
Ativos	28.7	28.9
Ex-Trabalhadores	27.6	27.5
Reformados	15.6	15.7
Pensionistas	15.4	13.6

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b><u>2023-12-31</u></b>	<b><u>2022-12-31</u></b>
<b>Esperança média de vida (anos)</b>		
Ativos		
Reformados	18.6	19.4

As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respetiva cobertura do Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2023 e 2022 resumem-se como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b><u>2023-12-31</u></b>	<b><u>2022-12-31</u></b>
<b>Responsabilidades por serviços passados</b>		
Ativos e ex-trabalhadores	5 417	5 451
Reformados e pensionistas	12 555	11 488
Inscritos na SS antes de 2011	33	62
	<u>18 005</u>	<u>17 001</u>
<b>Situação patrimonial do fundo de pensões</b>	17 978	17 719
<b>Excesso/(Insuficiência) de cobertura</b>	<u>(27)</u>	<u>718</u>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b><u>2023-12-31</u></b>	<b><u>2022-12-31</u></b>
<b>Responsabilidades por serviços passados</b>		
Ativos	-	-
Reformados	601	630
	<u>601</u>	<u>630</u>
<b>Situação patrimonial do fundo de pensões</b>	641	627
<b>Excesso/(Insuficiência) de cobertura</b>	<u>40</u>	<u>(3)</u>

A 31 de dezembro de 2023 o Fundo de Pensões ACT apresentava um défice de financiamento de €27 milhares, e o Fundo Complementar um excesso de €40 milhares. Atendendo à solidariedade entre os dois Planos, o valor em défice foi transferido do Plano Complementar para o Plano ACT, não sendo necessário proceder-se a qualquer financiamento do Fundo com vista a assegurar o cumprimento do mínimo de financiamento exigido pelo Banco de Portugal a 31-12-2023 (correspondendo a 95% das responsabilidades passadas com ativos e 100% das responsabilidades com reformados e pensionistas).

A evolução do valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	17 001	20 513
Custo dos serviços correntes	59	119
Custo dos juros	611	263
Pensões Pagas	(1 190)	(794)
Alterações ao Plano	-	-
Remensurações	1 525	(3 101)
Capital seguro	-	-
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<b>18 006</b>	<b>17 001</b>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	630	741
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	23	9
Pensões Pagas	(42)	(36)
Alterações ao Plano	-	-
Remensurações	(10)	(84)
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<b>601</b>	<b>630</b>

Em 31 de dezembro de 2023 a duração média das responsabilidades destes benefícios é de 11 anos para o plano ACT (31 de dezembro de 2022: 11 anos) e de 10 anos para o plano complementar (31 de dezembro de 2022: 10 anos).

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2023 e de 2022, relativo aos valores dos ativos dos Fundos de Pensões foi como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
<b>Valor do Fundo de Pensões no início do exercício</b>	17 719	20 766
Contribuições	-	-
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(1 089)	(1 018)
Rendimento esperado dos activos	637	266
Remensurações	715	(2 467)
Transferências	(3)	-
Capital seguro	-	172
<b>Valor do Fundo de Pensões no final do exercício</b>	<b>17 978</b>	<b>17 719</b>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
<b>Valor do Fundo de Pensões no início do exercício</b>	627	692
Contribuições	-	49
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(40)	(36)
Rendimento esperado dos activos	23	9
Remensurações	28	(87)
Transferências	3	-
<b>Valor do Fundo de Pensões no final do exercício</b>	<b>641</b>	<b>627</b>

A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões ACT a 31 de dezembro de 2023 foi de 7,99% (2022: -10,7%). A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões complementar a 31 de dezembro de 2023 foi de 7,99% (2022: -10,7%).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
Custo dos serviços correntes	59	119
Custo dos juros	611	263
Rendimento esperado dos ativos	(637)	(266)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	(39)	(39)
Prémio de seguro	48	46
Capital seguro	-	(172)
<b>Total incluído em Custos com pessoal</b>	<b>42</b>	<b>(49)</b>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	23	9
Rendimento esperado dos ativos	(23)	(9)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	-	-
Prémio de seguro	-	-
Alterações ao plano	-	-
<b>Total incluído em Custos com pessoal</b>	<b>(1)</b>	<b>(0)</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respetiva cobertura encontram-se refletidos nas notas 6.9 e 6.14.

As remensurações do exercício, registadas em Outro rendimento integral, decompõem-se como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
Taxa de rentabilidade do Fundo	715	(2 467)
Responsabilidades nas pensões	(1 376)	2 922
Outros	-	-
	<b>(662)</b>	<b>456</b>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
Taxa de rentabilidade do Fundo	28	(87)
Responsabilidades nas pensões	11	84
Outros	-	-
	<b>39</b>	<b>(3)</b>

As remensurações decompõem-se pelas seguintes categorias:

**Plano de Pensões ACT**

	2023-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	864	864
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(442)	-	(442)
Desvios de alteração de pressupostos	(1 083)	-	(1 083)
	<u>(1 525)</u>	<u>864</u>	<u>(662)</u>

**Plano de Pensões ACT**

	2022-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	(2 645)	(2 645)
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(604)	-	(604)
Desvios de alteração de pressupostos	3 705	-	3 705
	<u>3 101</u>	<u>(2 645)</u>	<u>456</u>

**Plano de Pensões Complementar**

	2023-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	30	30
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	40	-	40
Desvios de alteração de pressupostos	(30)	-	(30)
	<u>10</u>	<u>30</u>	<u>39</u>

**Plano de Pensões Complementar**

	2022-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	(87)	(87)
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(26)	-	(26)
Desvios de alteração de pressupostos	110	-	110
	<u>84</u>	<u>(87)</u>	<u>(3)</u>

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos do Fundo do Plano de Pensões ACT apresentam a seguinte decomposição:

	2023-12-31		2022-12-31	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	12 058	67,1%	12 194	68,8%
Ações	3 525	19,6%	3 181	18,0%
Imobiliário	640	3,6%	631	3,6%
Retorno Absoluto	-	0,0%	-	0,0%
Liquidez	1 756	9,8%	1 713	9,8%
	<u>17 978</u>	<u>100,0%</u>	<u>17 719</u>	<u>100,0%</u>

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos do Fundo do Plano de Pensões Complementar apresentam a seguinte decomposição:

	2023-12-31		2022-12-31	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	430	67,1%	431	68,8%
Ações	126	19,6%	113	18,0%
Imobiliário	23	3,6%	22	3,7%
Retorno Absoluto	-	0,0%	-	0,0%
Liquidez	63	9,6%	61	9,7%
	<u>641</u>	<u>100,0%</u>	<u>627</u>	<u>100,0%</u>

#### 6.16.2 Prémio de Final de Carreira

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de final de carreira a 31 de dezembro de 2023 é de €85 milhares. O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de final de carreira a 31 de dezembro de 2022 era de €71 milhares. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.9 e 6.14).

### 6.16.3 Análises de Sensibilidade

Os impactos das análises de sensibilidade efetuadas para o plano de pensões, plano complementar e para o prémio de final de carreira são os seguintes:

	2023-12-31			2022-12-31		
	Plano de Pensões ACT	Plano de Pensões Complementar	Prémio final de carreira	Plano de Pensões ACT	Plano de Pensões Complementar	Prémio final de carreira
Taxa de desconto - 0.5%	1 070	29	7	1 013	33	(6)
Taxa de desconto + 0.5%	(972)	(27)	(6)	(921)	(31)	5
Taxa de crescimento das pensões - 0.25%	(398)	(14)	-	(339)	(13)	-
Taxa de crescimento das pensões + 0.25%	415	14	-	352	13	-
Taxa de crescimento dos salários - 0.5%	(120)	-	(3)	(134)	-	2
Taxa de crescimento dos salários + 0.5%	127	-	3	142	-	(3)
Esperança de vida + 1 ano	666	22	-	587	19	-
Esperança de vida - 1 ano	(666)	(22)	-	(590)	(19)	-

### 6.17 Capital

Em 31 de dezembro de 2023, o capital estatutário da Caixa é de €19.932 milhares encontrando-se totalmente realizado (31 de dezembro de 2022 €19.932 milhares). A Caixa é detida a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

De acordo com os Estatutos da Instituição – art.º 30º, os resultados da CEMAH, depois de feitas as amortizações, constituídas as devidas provisões e deduzidos os encargos e gastos legais e institucionais, devem ter, sem prejuízo das disposições da Lei, a seguinte aplicação: 25% para reserva legal até ser atingido o respetivo limite legal de formação e 25% para reserva especial. Estatutariamente a CEMAH não se encontra sujeita à obrigação de distribuição aos acionistas de metade do lucro do exercício que, nos termos da lei, seja distribuível.

Não obstante, a CEMAH tem por finalidade pôr à disposição dos acionistas os resultados dos seus exercícios, feitas as deduções legal e estatutariamente devidas.

### 6.18 Lucros retidos

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2023-12-31	2022-12-31
Remensurações de benefícios pós emprego dos empregados	(1 487)	(865)
Dividendos retidos	2 488	2 298
Resultados transitados	(204)	(204)
Outras reservas de reavaliação e resultados transitados	189	189
Imposto diferido decorrente de variações patrimoniais registadas	(170)	150
	<u>816</u>	<u>1 568</u>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
<b>Resultados Transitados</b>		
Saldo em 1 de janeiro	1 568	879
Resultado líquido ano anterior	380	472
Aplicação de resultados - Adoção NIC	-	-
Alocação impostos variação patrimonial	-	-
IAS 19 - Remensurações	(622)	453
Transf.p/ reserva legal	(95)	(118)
Transf.p/ outras reservas	(95)	(118)
Transf.p/ capital	-	-
Resultados de exercícios anteriores	-	-
Impostos -IRC	-	-
Imposto diferido decorrente de variações patrimoniais registadas	(320)	(0)
Impacto da reclassificação de títulos	-	-
Saldo no fim do período	<u>816</u>	<u>1 568</u>

#### 6.19 Reservas de reavaliação

Os saldos das contas de Reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

	<b>2023-12-31</b>	<b>2022-12-31</b>
<b>Reserva reavaliação</b>		
Reserva de justo valor (Ver Nota 6.4)	-	-
Resultados de instrumentos de capital ao justo valor através de OCI	(316)	(316)
Reservas de reavaliação legal	<u>569</u>	<u>569</u>
	253	253
<b>Impostos diferidos</b>	<u>(4)</u>	<u>(4)</u>
	<u>249</u>	<u>249</u>

A rubrica Reserva de justo valor não apresenta saldo no final de 2023, atendendo a que não existem títulos em carteira registados ao justo valor através do outro rendimento integral.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efetuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro. Não foi efetuada qualquer reavaliação de ativos tangíveis durante os exercícios de 2023 e de 2022.

A Reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real atual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e
- (iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

## 6.20 Outras reservas

Os saldos das contas de Outras reservas decompõem-se da seguinte forma:

	2023-12-31	2022-12-31
Reserva legal	3 930	3 835
Reserva Especial	2 968	2 873
	<u>6 899</u>	<u>6 709</u>

Os movimentos ocorridos na rubrica de Outras reservas foram os seguintes:

	2023-12-31	2022-12-31
<b>Reserva legal</b>		
Saldo em 1 de janeiro	3 835	3 717
Transf. Resultados Transitados	95	118
Transf. Para Capital	-	-
Saldo no fim do período	<u>3 930</u>	<u>3 835</u>
<b>Reserva especial</b>		
Saldo em 1 de janeiro	2 873	2 755
Transf. Resultados Transitados	95	118
Saldo no fim do período	<u>2 968</u>	<u>2 873</u>
Saldo no fim do período	<u>6 899</u>	<u>6 709</u>

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias, conforme o artigo 7.º dos Estatutos da CEMAH. Também estatutariamente, o montante a creditar anualmente foi estabelecido para 25% do lucro líquido anual, percentagem essa, superior ao mínimo fixado legalmente. Durante o exercício de 2023 esta reserva sofreu um acréscimo de €95 milhares (2022: €118 milhares).

De acordo com os normativos em vigor, e previsto no artigo 8.º dos mesmos Estatutos, as instituições de crédito devem constituir reservas especiais destinadas a reforçar a situação líquida ou a cobrir prejuízos que a conta de lucros e perdas não possa suportar. Neste âmbito, e conforme estabelecido nos Estatutos, o montante a creditar anualmente é de 25% do lucro líquido anual, tendo esta reserva registado um acréscimo de €95 milhares durante o exercício de 2023 (2022: €118 milhares).

## 6.21 Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
<b>Passivos eventuais</b>		
Garantias e avales prestados	7.009	7.775
Outras garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Ativos dados em garantia <b>(i)</b>	<u>17.767</u>	<u>7.055</u>
	<u>24.777</u>	<u>14.830</u>
<b>Garantias recebidas</b>		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	32.810	32.801
Garantias reais (ativos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	<u>300.068</u>	<u>296.310</u>
	<u>332.878</u>	<u>329.111</u>
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	12.904	14.252
Outros compromissos	872	872
Linhas de crédito revogáveis	<u>6.110</u>	<u>2.201</u>
	<u>19.886</u>	<u>17.324</u>
<b>Compromissos assumidos por terceiros</b>		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis <b>(ii)</b>	<u>10.121</u>	<u>3.910</u>
	<u>10.121</u>	<u>3.910</u>
<b>Operações cambiais - Instrumentos derivados</b>		
Instrumentos de cobertura		
De divisas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
De depósito e guarda de valores	51	50
De cobrança de valores	<u>1.067</u>	<u>1.009</u>
	<u>1.118</u>	<u>1.059</u>
<b>Serviços prestados por terceiros</b>		
Por depósito e guarda de valores - Ativos sob gestão <b>(iii)</b>	<u>115.633</u>	<u>111.776</u>
	<u>115.633</u>	<u>111.776</u>
<b>Outras contas extrapatrimoniais</b>		
Créditos abatidos ao ativo	3.038	3.035
Juros vencidos	-	-
Contas diversas <b>(iv)</b>	<u>103.128</u>	<u>78.352</u>
	<u>106.167</u>	<u>81.387</u>

(i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Banco de Portugal no valor de €13.494 milhares (2022: €7.055 milhares), e montante de €3.973 milhares dado de garantia ao Banco BPI para disponibilização de linha de crédito;

(ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal, garantia do SICOI e linhas de crédito disponibilizadas pelos Banco BPI e Carregosa no valor de €3.300 milhares, cada;

(iii) Inclui ativos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão);

(iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

## 6.22 Margem Financeira

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral	-	-
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Títulos de dívida	1 930	851
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário		
Depósitos	2 233	331
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	514	244
Empréstimos	5 635	2 965
Crédito conta corrente	700	368
Descobertos DO	13	7
Particulares		
Habitação	2 547	1 068
Consumo	1 302	750
Outras finalidades		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	6	11
Empréstimos	2 437	1 440
Crédito conta corrente	126	45
Descobertos DO	184	124
Outros créditos e valores a receber (titulados)	436	73
Crédito vencido	82	34
Juros e rendimentos similares outros activos	120	18
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	222	182
	<u>18 485</u>	<u>8 510</u>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Recursos de Bancos Centrais	0	-
Recursos IC país	-	-
Depósitos a prazo do tipo promissória	1 708	136
Depósitos a prazo do tipo poupança	117	36
Juros de passivos subordinados	175	175
Juros de locações	16	2
	<u>2 016</u>	<u>349</u>
<b>Margem financeira</b>	<u>16 469</u>	<u>8 161</u>

Das variações registadas na Margem financeira em 2023, salienta-se o aumento verificado nos Juros e rendimentos similares da CEMAH, em resultado do aumento das taxas de juro de mercado. Deste modo registaram-se aumentos de €1.079 milhares nos juros dos títulos, de €1.902 na remuneração da liquidez junto do Banco de Portugal, de €362 milhares no Papel comercial, de €102 milhares nos juros dos outros activos, e finalmente de €6.530 milhares nos juros do crédito. O aumento das taxas de juro de mercado também se refletiu nos Juros dos recursos de clientes, tendo os mesmos registado um aumento de €1.653 milhares face a 2022.

Os Juros de passivos subordinados são referentes ao empréstimo subordinado emitido durante o ano de 2020, representando €175 milhares a 31 de dezembro de 2023.

Os juros suportados das locações são registados em Juros e encargos similares, e representam em 2023 €16 milhares.

### 6.23 Rendimentos de instrumentos de capital

A totalidade do valor da rubrica Rendimentos de instrumentos de capital é referente aos dividendos recebidos da participação na SIBS no valor de €22 milhares.

### 6.24 Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	678	635
Por garantias prestadas	173	188
Emissão de cheques	64	75
Comissões de processamento	195	213
Multibanco	933	954
Comissões de manutenção	439	470
Comissão levantamento numerário	78	79
Outras	420	388
	<u>2 979</u>	<u>3 002</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por operações realizadas por terceiros	(7)	(18)
Outras	(647)	(762)
	<u>(654)</u>	<u>(780)</u>
	<u><u>2 325</u></u>	<u><u>2 222</u></u>

Das comissões recebidas associadas ao Multibanco, €472 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário (€484 milhares em 2022). Das outras comissões pagas, €320 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário (€319 milhares em 2022).

Ainda das Outras comissões pagas constam €145 milhares de comissões pagas às entidades gestoras e depositárias da carteira de títulos da CEMAH (€295 milhares em 2022).

Em 2023 e 2022 foram registados valores referentes a serviços de mediação de seguros, sendo os mesmos distribuídos da seguinte forma:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Ramo vida	24	24
Ramo não vida	39	27
	<u>63</u>	<u>51</u>

As comissões acima apresentadas resultam da intermediação de seguros das Seguradoras Unidas, S.A.

## 6.25 Resultados líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	-	89
Resultados de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	-	(296)
Resultados de ativos financeiros pelo custo amortizado (líquido)	73	(45)
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	-	(637)
Resultados reavaliação cambial (líquido)	113	201
	<u>186</u>	<u>(688)</u>

Os resultados de ativos financeiros classificados ao Custo amortizado resultam das amortizações de capital dos títulos existentes em carteira.

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos associados aos câmbios EUR/USD, EUR/CAD e EUR/GBP.

## 6.26 Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Outros rendimentos de exploração</b>		
Outras receitas operacionais	342	136
	<u>342</u>	<u>136</u>
<b>Outros encargos de exploração</b>		
Quotizações e donativos	43	50
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	5	4
Outros ativos fixos tangíveis	-	-
Outros gastos operacionais	112	203
Outros impostos	209	208
	<u>369</u>	<u>465</u>
	<u>(27)</u>	<u>(329)</u>

Dos valores registados em outras receitas operacionais constam, entre outros, rendas de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, recebimentos de créditos considerados incobráveis e os incentivos recebidos do Governo Regional associados à promoção do emprego (PIIE e Integra).

A rubrica dos outros gastos operacionais subdivide-se da seguinte forma:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Outros gastos operacionais</b>		
Gastos com Sistemas de Pagamentos	25	12
IVA não dedutível locações financeiras	9	3
Contributo para Fundo de Resolução	32	55
Remuneração Reserva Excedentária	-	159
Contributo para Fundo Único de Resolução	7	7
Iniciativa Social	4	-
Outras regularizações	8	(113)
Outros custos aceites fiscalmente	26	79
	<u>112</u>	<u>203</u>

O valor apresentado em Outras regularizações diz respeito a movimentos de registo de reclamação de créditos decorrentes de garantias bancárias. Tal registo teve impacto nulo nos resultados da CEMAH, uma vez que o impacto positivo aqui refletido foi registado por contrapartida de impacto negativo em rúbrica de imparidade.

#### 6.27 Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	379	343
Remunerações dos empregados	3 291	2 934
Encargos sociais obrigatórios	1 089	938
Outros custos com pessoal	19	48
	<u>4 779</u>	<u>4 263</u>

Durante os exercícios de 2023 e 2022 o número de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH, a 31 de dezembro, apresenta-se como segue:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Administradores executivos	3	3
Quadros superiores	13	13
Outros quadros	11	11
Administrativos	42	37
Outros colaboradores	65	66
	<u>134</u>	<u>130</u>

## 6.28 Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
<b>Gastos gerais administrativos</b>		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	91	79
Material de consumo corrente	79	73
Publicações	5	5
Material de higiene e limpeza	6	2
Equipamento	37	26
Outros fornecimentos de terceiros	69	47
Com serviços		
Rendas e alugueres	(1)	(1)
Comunicações	281	267
Deslocações, estadas e representação	93	75
Publicidade e edição de publicações	201	125
Conservação e reparação	166	155
Transportes	33	
Formação de pessoal	28	33
Seguros	23	29
Serviços especializados	2 765	2 322
Outros serviços de terceiros	45	33
Com outras operações de Locação		
Leasing de curto prazo	-	-
Leasing de baixo valor	15	8
	<u>3 937</u>	<u>3 280</u>

No âmbito dos gastos gerais administrativos suportados pela CEMAH assumem particular relevância os valores referentes aos serviços especializados, no montante de €2.765 milhares (2022: €2.322 milhares), representando àquela data cerca de 70% (2022: 71%) do total de gastos gerais administrativos. Estes incluem essencialmente a prestação de serviços relacionados com informática, serviços prestados pela SIBS e os honorários dos auditores e consultores externos.

Assumem também valores significativos os gastos referentes a comunicações, no montante de €281 milhares (2022: €267 milhares), necessárias ao desenvolvimento da atividade da Caixa.

Também a necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respetiva rubrica no total dos gastos gerais administrativos que em 31 de dezembro de 2023 ascende a €166 milhares (2022: €155 milhares).

Encontram-se ainda reconhecidos como Gastos gerais administrativos da Caixa os pagamentos referentes às locações consideradas de baixo valor, conforme expediente prático previsto na norma.

Dando cumprimento à alínea b) do n.º 1 do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante os exercícios de 2023 e 2022 com a sociedade de revisores oficiais de contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. resumem-se conforme segue:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Honorários contratados	Honorários pagos	Honorários contratados	Honorários pagos
Revisão Legal de Contas	104	44	104	44
Outros serviços de garantia de fiabilidade	31	23	31	21
Outros	60	60	36	36
	<u>196</u>	<u>127</u>	<u>172</u>	<u>101</u>

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem os serviços prestados no âmbito da emissão dos relatórios sobre a imparidade de crédito. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica incluía também o relatório sobre o sistema de controlo interno no âmbito do suporte ao processo de relato do Conselho Fiscal sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor na CEMAH e os seus sistemas de governo interno.

#### 6.29 Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)

Os resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda respeitam a mais-valias e menos-valias realizadas na alienação de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio.

	2023-12-31	2022-12-31
Mais-valias realizadas	23	5
Menos-valias realizadas	(53)	(12)
	<u>(31)</u>	<u>(8)</u>

#### 6.30 Impostos sobre lucros

Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC. A liquidação e pagamento do IRC são efetuados com base na declaração modelo 22, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

#### Apuramento do imposto corrente do exercício

	2023-12-31	2022-12-31
Resultado antes de impostos	8 167	447
Variações patrimoniais	(809)	(263)
Provisões/Imparidades não dedutíveis ou acima dos limites fiscais	370	318
Reversão de provisões/Imparidades tributadas	(465)	(663)
Mais e menos valias fiscais	(145)	(123)
Outros valores	188	154
Resultado fiscal	<u>7 306</u>	<u>(129)</u>

A taxa nominal de imposto é de 21% (ver Nota 2.3.9). Em 2023 a taxa efetiva de imposto encontra-se influenciada, essencialmente, pelas contribuições sobre o setor bancário, pelas mais e menos valias fiscais e pela tributação autónoma.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto é analisada como segue:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Resultado antes de impostos	8 167	447
Taxa de imposto corrente (%)	21,00%	21,00%
<b>Imposto esperado</b>	<u>1 715</u>	<u>94</u>
Variações patrimoniais	(170)	(56)
Mais e menos valias fiscais	(30)	26
Outros valores	(307)	(29)
Contribuição sobre o setor bancário	40	39
Benefícios fiscais	(18)	(19)
Derramas municipal e estadual	266	-
Tributação autónoma	14	11
<b>Total dos impostos sobre o rendimento</b>	<u>1 510</u>	<u>67</u>

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Imposto corrente do exercício	727	11
Regularização de estimativa do exercício anterior	0	(1)
Reconhecimento/Desreconhecimento de impostos diferidos	783	57
	<u>1 510</u>	<u>67</u>

Apuramento do imposto diferido do exercício

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registados em balanço é como segue:

	<u>2023-12-31</u>	<u>2022-12-31</u>
Impostos diferidos:		
Ativos	410	1 343
Passivos	(17)	(18)
	<u>393</u>	<u>1 326</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultados do exercício	(783)	(57)
Reservas de reavaliação (justo valor)	-	(66)
Outras reservas e resultados transitados	(150)	(1)
	<u>(933)</u>	<u>(124)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante os exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

2023	Impostos diferidos						
	Descrição	Base para imposto		Balança		Resultados	Reserva JV/ Lucros retidos
		2023-01-01	2023-12-31	2023-01-01	2023-12-31	2023-12-31	2023-12-31
Provisões tributadas:							
- Crédito hipotecário	788	531	165	111	(54)	-	
- Excesso Aviso 3/95 e Imparidade extrapatrimonial	17	9	4	2	(2)	-	
- Múltiplos defaults, taxas juro e inflação e Overlay	454	778	95	163	68	-	
Crédito incobrável	-	-	-	-	-	-	
Imparidade ativos não correntes	206	81	43	17	(26)	-	
Imparidade imóveis serviço próprio	32	10	7	2	(5)	-	
Prémios de final de carreira	71	85	15	18	3	-	
Títulos (reserva justo valor)	-	-	-	-	-	-	
Benefício fiscal CFEI II	473	473	95	95	-	-	
Reserva cambial	(18)	(18)	(4)	(4)	-	-	
Imparidade títulos	-	-	-	-	-	-	
Resp. passadas fundo complementar	-	-	-	-	-	-	
Imparidade devedores diversos	19	1	4	0	(4)	-	
Reavaliação imóveis	(60)	(55)	(13)	(12)	1	-	
Prejuízo fiscal	4 353	-	914	-	(764)	(150)	
	<u>6 335</u>	<u>1 895</u>	<u>1 326</u>	<u>393</u>	<u>(783)</u>	<u>(150)</u>	

2022	Impostos diferidos						
	Descrição	Base para imposto		Balança		Resultados	Reserva JV/ Lucros retidos
		2022-01-01	2022-12-31	2022-01-01	2022-12-31	2022-12-31	2022-12-31
Provisões tributadas:							
- Crédito hipotecário	1 088	788	229	165	(63)	-	
- Excesso Aviso 3/95 e Imparidade extrapatrimonial	28	17	6	4	(2)	-	
- Múltiplos defaults, taxas juro e inflação	328	454	69	95	27	-	
Crédito incobrável	-	-	-	-	-	-	
Imparidade ativos não correntes	364	206	76	43	(33)	-	
Imparidade imóveis serviço próprio	34	32	7	7	(0)	-	
Prémios de final de carreira	84	71	18	15	(3)	-	
Títulos (reserva justo valor)	315	-	66	-	-	(66)	
Benefício fiscal CFEI II	487	473	97	95	(3)	-	
Reserva cambial	(14)	(18)	(3)	(4)	-	(1)	
Imparidade títulos	0	-	0	-	(0)	-	
Resp. passadas fundo complementar	36	-	7	-	(7)	-	
Imparidade devedores diversos	16	19	3	4	1	-	
Reavaliação imóveis	(64)	(60)	(14)	(13)	1	-	
Prejuízo fiscal	4 225	4 353	887	914	27	(0)	
	<u>6 928</u>	<u>6 335</u>	<u>1 450</u>	<u>1 326</u>	<u>(57)</u>	<u>(67)</u>	

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre a base contabilística dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo, mais concretamente à taxa de 21%, com exceção feita ao benefício fiscal apurado no âmbito do CFEI II, que foi estimado à taxa de 20%.

### 6.31 Transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

#### **Acionista**

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

#### **Membros do Conselho de Administração**

António Gabriel Fraga Martins Maio

Maria Laurentina Nunes Mendes

Miguel Correia Bendito

#### **Membros do Conselho Fiscal**

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

João Guilherme Melo de Oliveira

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Em 31 de dezembro de 2022 as entidades relacionadas da Caixa eram as seguintes:

#### **Acionista**

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

#### **Membros do Conselho de Administração**

António Gabriel Fraga Martins Maio

Maria Laurentina Nunes Mendes

Miguel Correia Bendito

#### **Membros do Conselho Fiscal**

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

João Guilherme Melo de Oliveira

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante global dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

			Membros do Conselho de Administração	Membros do Conselho Fiscal	Total
<b>2023-12-31</b>	<b>Acionista</b>	<b>Entidades relacionadas</b>			
<b>Ativos</b>					
Crédito	354	-	154	-	508
	<u>354</u>	<u>-</u>	<u>154</u>	<u>-</u>	<u>508</u>
<b>Passivos</b>					
Depósitos	806	-	387	92	1 285
Empréstimo Obrigacionista	350	-	-	-	350
	<u>1 156</u>	<u>-</u>	<u>387</u>	<u>92</u>	<u>1 635</u>
<b>Proveitos</b>					
Juros e rendimentos similares	19	-	4	-	22
Comissões recebidas	-	-	-	-	-
	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>22</u>
<b>Custos</b>					
Juros e encargos similares	35	-	4	-	39
Donativos	-	-	-	-	-
	<u>35</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>39</u>
<b>Extrapatrimoniais</b>					
Garantias prestadas e outros passivos ev	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>2022-12-31</b>	<b>Acionista</b>	<b>Entidades relacionadas</b>	<b>Membros do Conselho de Administração</b>	<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>					
Crédito	317	-	163	-	480
	<u>317</u>	<u>-</u>	<u>163</u>	<u>-</u>	<u>480</u>
<b>Passivos</b>					
Depósitos	485	-	255	80	820
Empréstimo Obrigacionista	350	-	-	-	350
	<u>835</u>	<u>-</u>	<u>255</u>	<u>80</u>	<u>1 170</u>
<b>Proveitos</b>					
Juros e rendimentos similares	6	-	1	-	6
Comissões recebidas	-	-	-	-	-
	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
<b>Custos</b>					
Juros e encargos similares	35	-	-	-	35
Donativos	-	-	-	-	-
	<u>35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35</u>
<b>Extrapatrimoniais</b>					
Garantias prestadas e outros passivos ev	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

De salientar que todas as operações passivas e ativas com entidades relacionadas foram transacionadas de acordo com o preçário normal da Caixa.

O movimento nos exercícios de 2023 e 2022 referente a crédito concedido, depósitos recebidos e subscrição de dívida subordinada de entidades relacionadas resume-se como segue:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração		Membros do Conselho Fiscal	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Empréstimos</b>								
Empréstimos em 1 de janeiro	317	700	-	-	163	-	-	-
Empréstimos emitidos durante o ano	1 900	1 900	-	-	27	21	-	-
Empréstimos pagos durante o ano	(1 863)	(2 283)	-	-	(36)	(21)	-	-
Alterações nos Orgão Sociais	-	-	-	-	-	163	-	-
Empréstimos em 31 de dezembro	<u>354</u>	<u>317</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154</u>	<u>163</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Rendimento de juros</b>	<u>19</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Depósitos</b>								
Depósitos em 1 de janeiro	485	624	-	-	255	237	80	65
Movimentos líquidos do ano	321	(138)	-	-	132	18	12	15
Depósitos em 31 de dezembro	<u>806</u>	<u>485</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>387</u>	<u>255</u>	<u>92</u>	<u>80</u>
<b>Custo de juros de depósitos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Obrigações Subordinadas</b>								
Obrigações em 1 de janeiro	350	350	-	-	-	-	-	-
Movimentos líquidos do ano	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações em 31 de dezembro	<u>350</u>	<u>350</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Custo de juros de obrigações</b>	<u>35</u>	<u>35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## 6.32 Passivos contingentes

### Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

A Caixa, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2023, a contribuição periódica efetuada pela Caixa ascendeu a €32 milhares de Euros (2022: €55 milhares de Euros), tendo por base uma taxa contributiva de 0,024% (2022: 0,046%). Adicionalmente, efetuou contribuições sobre o setor bancário no montante de €148 milhares de Euros (2022: €130 milhares de Euros).

#### Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

De acordo com o comunicado do Novo Banco de 15 de dezembro de 2021, foi aprovado um aumento de capital decorrente da conversão dos direitos de conversão relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, conforme alterada. Este aumento de capital foi realizado na modalidade de incorporação de reservas e no montante de 155 milhões de euros, através da emissão de 155 milhões de novas ações ordinárias representativas de 1,56% do seu capital social e que são atribuídas ao Estado Português por efeito do referido regime.

Por efeito dos acordos celebrados entre o Fundo de Resolução e o acionista Lone Star no contexto da venda de 75% do capital social do Novo Banco, apenas o Fundo de Resolução verá a sua participação diluída. Assim, em 31 de dezembro de 2023, o Novo Banco é detido pela Lone Star, pelo Fundo de Resolução e pelo Estado Português, com uma percentagem do capital social de 75%, 23,44% e 1,56%, respetivamente.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-anuais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

De acordo com o comunicado de 23 de dezembro de 2021 do Fundo de Resolução, o valor dos pagamentos realizados ao abrigo do mecanismo de capitalização contingente efetuados entre 2018 e 2021 ascendeu a 3.405 milhões de euros. Estes pagamentos foram realizados com recurso aos financiamentos obtidos do Estado Português e do sindicato bancário e com os recursos disponíveis do Fundo de Resolução. O montante global pago pelo Fundo de Resolução até ao final de 2023 é ainda inferior ao limite máximo previsto no Mecanismo de Capital Contingente em 485 milhões de euros.

#### Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 136 milhões de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

A esta data ainda não são conhecidas as conclusões do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do

Banif a 20 de dezembro de 2015. Tal como referido acima para o BES, caso se venha a verificar que os credores assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o Banif tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

#### Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Neste contexto, à data de 31 de dezembro de 2023, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor global das perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias e outras contingências associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo e das eventuais perdas a incorrer pelo Fundo de Resolução na sequência da resolução do BANIF.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas à Caixa contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.







# RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE GOVERNO E CONTROLO INTERNO



## RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DE AUTOAVALIAÇÃO

ELABORADO PELO CONSELHO FISCAL NOS TERMOS DO ARTIGO 60.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 3/2020

### AUTOAVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO E EFICÁCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL E DOS SISTEMAS DE GOVERNO E CONTROLO INTERNO EFETUADA PELA CEMAH COM REFERÊNCIA A 30 DE NOVEMBRO DE 2023

NOS TERMOS DO ARTIGO 55.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 3/2020

*Exmo. Acionista*

1. Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º e nos termos do artigo 55.º, ambos do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal (ou Aviso 3/2020), o Órgão de Administração, o Órgão de Fiscalização e os responsáveis pelas Funções de Gestão de Riscos, de Conformidade e de Auditoria Interna, apresentaram o **Relatório Anual sobre a Avaliação da Adequação e Eficácia da Cultura Organizacional em vigor na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, SA (CEMAH), e dos seus Sistemas de Governo e Controlo Interno**, com referência a 30 de novembro de 2023.

2. O presente Resumo emitido nos termos do artigo 60.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, tem por objetivo resumir os principais resultados e conclusões daquele exercício de autoavaliação tendo em vista a sua disponibilização à Assembleia Geral e que se passam a resumir:

### OPINIÃO

#### 3. É opinião do Conselho de Administração que:

*O Conselho de Administração continua a concluir que os Sistemas de Governo e Controlo Interno da CEMAH, incluindo a sua cultura organizacional, as práticas e políticas remuneratórias e demais matérias conexas no âmbito da Aviso n.º 3/2020, são adequados e eficazes.*

*O Conselho de Administração defende que os impactos atuais ou potenciais das deficiências identificadas e que se mantêm em aberto não sinalizam uma deterioração dos Sistemas de Governo e Controlo Interno da Instituição, e continua a crer ser inequívoco o esforço empreendido na consolidação e melhoria contínua dos seus sistemas de governo e de controlo interno, com uma evolução contínua tanto do ponto de vista metodológico como operacional, num enquadramento da atividade sempre desafiante e com volatilidade. Ademais, do ciclo em referência resultou a regularização de um número muito significativo de deficiências das quais, algumas de antiguidade relevante e uma redução de âmbitos evidente, em função da ação mitigante das iniciativas implementadas, que evidenciam uma evolução positiva.*

#### 4. É opinião do Conselho Fiscal:

Com base na atividade desenvolvida, e ponderados os eventuais impactos atuais ou potenciais das deficiências detetadas pelos diferentes intervenientes é nossa opinião que a cultura organizacional e os Sistemas de Governo e de Controlo Interno em vigor na **Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, SA**, com referência à data de 30 de novembro de 2023, são adequados e eficazes, de acordo e no cumprimento do disposto no Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, e promovem uma gestão sã e prudente da Instituição.

#### OUTROS RESULTADOS E CONCLUSÕES

5. Cada um dos responsáveis pelas Funções de controlo, Gestão de Risco, Conformidade e Auditoria Interna declarou que:

*Atesta-se igualmente que, no período de referência, não foram sentidas quaisquer situações ou constrangimentos que tenham comprometido ou que pudessem vir a comprometer materialmente a independência da Função ou dos seus elementos, a serem sujeitos a comunicação imediata ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal*

#### 6. Responsável pela Auditoria Interna (*Head of Internal Audit*)

Em outubro de 2023, o Conselho de Administração, desencadeou o procedimento para a nomeação definitiva do responsável pela Auditoria Interna (*Head of Internal Audit*), Dr. André Barcelos. Dando cumprimento à alínea b) do número 4 do artigo 17.º da Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, esta decisão foi comunicada ao Conselho Fiscal, tendo o mesmo emitido parecer prévio vinculativo favorável à referida nomeação.

#### 7. Avaliação independente da Função de Auditoria Interna realizada pela KPMG

A empresa de auditoria KPMG efetuou uma avaliação independente da Função de Auditoria Interna da CEMAH. A sua avaliação global da função foi globalmente positiva, encontrando-se a mesma em conformidade com a maioria das normas IIA que refletem as boas práticas de mercado (eg. The Institute of Internal Auditors - IIA).

#### 8. Qualidade do desempenho e adequada independência das Funções de Controlo Interno

Não foi identificada a existência de quaisquer situações ou constrangimentos que comprometam ou possam vir a comprometer a atuação e independência das Funções de Controlo Interno. Adicionalmente, é opinião que as mesmas desempenharam com qualidade e adequada independência as Funções de Controlo Interno de sua responsabilidade, nos termos da cultura organizacional e Sistemas de Governo e de Controlo Interno em vigor na CEMAH e de acordo com o disposto no Aviso 3/2020 do Banco de Portugal.

## 9. Práticas e políticas remuneratórias

É entendimento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e das Funções de Controlo Interno que quanto a políticas e práticas remuneratórias, verifica-se um alinhamento das mesmas com o perfil e a política de risco da CEMAH, não incentivando as mesmas a assunção excessiva de risco, nem criando obstáculos à persecução da estratégia da CEMAH.

## 10. Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC)

O Órgão de Fiscalização recorreu ao apoio do Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC), o qual no âmbito dos trabalhos adicionais contratados, relativos ao presente processo de relato ao Banco de Portugal, e com enfoque direto no Controlo Interno, nos termos previstos no artigo 56º do Aviso 3/2020, emitiu relatório detalhado que foi, na generalidade dos procedimentos executados e respetivas conclusões, discutido com os serviços e áreas de controlo da CEMAH e levado em boa consideração pelo Conselho Fiscal no seu relatório e parecer anual.

O Revisor Oficial de Contas relatou ainda ao Conselho Fiscal que no decurso do seu exame não identificou deficiências significativas relacionadas com os procedimentos de Controlo Interno da Caixa nem com a fiabilidade dos processos de preparação de divulgação informação financeira e legal, prudencial e divulgações ao público

## 11. Balanço das medidas definidas no período para corrigir as deficiências detetadas

Das deficiências relativas a todas as categorias de risco (F1, F2, F3 e F4 conforme classificação prevista no Anexo II da Instrução 18/2020 do Banco de Portugal) detetadas no período, ou em aberto dos anos anteriores, 86 foram resolvidas (66 no ano anterior), sendo que destas 17 aguardam ratificação pelo Banco de Portugal (28 no ano anterior) e 37 deficiências encontravam-se em curso de resolução (48 no ano anterior).

## 12. Principais deficiências em processo de resolução (F4 e F3)

Em 30 de novembro de 2023 encontravam-se em aberto as seguintes deficiências *F4 - severa* e *F3 - elevada*:

DEFICIÊNCIA	ÁREA FUNCIONAL	ÓRGÃO DETETA	RISCO	PREVISÃO RESOLUÇÃO
BP.TIC.013 - Estratégia de recuperação de desastre das TIC não implementada efetivamente	Sistemas de Informação	Banco de Portugal	F3 elevada	Prorrogado 3/2024
GR008 - Reporte CRC	Crédito	Gestão de Riscos	F3	Prorrogado 3/2024
AI.153 - Atualizar o plano de Continuidade de negócio	Conselho de Administração	Auditoria Interna	F3	12/2023
BPTIC.02.2023 - Controlos insuficientes para proteção de dados	Sistemas de Informação	Banco de Portugal	F4 severa	02/2024

Das referidas deficiências destaca-se a de nível *F4 - severa*, deficiência *BPTIC.02.2023 - Controlos insuficientes para proteção de dados*, identificada pelo Banco de Portugal e com implementação planeada para fevereiro de 2024.

É opinião que as classificações atribuídas às deficiências classificadas como *F4 – severa* e *F3 –elevada*, atendendo à metodologia constante do Anexo II à Instrução 18/2020 do Banco de Portugal, são adequadas.

### 13. Novo CORE bancário

É expectativa do Conselho Fiscal que resolvidas as vicissitudes que tem vindo a atrasar a entrada em funcionamento do novo CORE (*Centralized Online Real-time Environment*) bancário, a sua entrada em produção virá a permitir a curto/médio prazo, a resolução de parte das deficiências associadas aos Sistemas de Informação.

### 14. Fiabilidade dos processos de preparação de divulgação informação incluindo financeira e legal, prudencial e ao público

Com base nos procedimentos efetuados e na prova obtida, entendemos que os reportes prudenciais, financeiros e outros foram preparados com base em processos contabilísticos e de controlo interno fiáveis e adequados, e que cumpriram, em todos os aspetos materiais, os requisitos legais e regulamentares. Incorreções e falhas eventualmente detetadas são prontamente corrigidas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

15. É entendimento que nos termos da Lei e dos Regulamentos, o Sistema de Controlo Interno deve ser adequado à dimensão, natureza e complexidade da atividade, à magnitude dos riscos assumidos ou a assumir, bem como ao grau de centralização e delegação de autoridade estabelecido nas instituições. No caso presente, o Conselho Fiscal realçou a reduzida dimensão da CEMAH, enquanto instituição de crédito, e o risco, relativamente baixo, das operações efetuadas pela instituição.

16. O Conselho Fiscal referiu ainda que tendo em conta a normal dinâmica de qualquer Sistema de Controlo Interno, as conclusões apresentadas sem um adequado grau de ceticismo não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção, para períodos futuros, sobre o grau de implementação do referido sistema, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao Sistema de Controlo Interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem serem detetados.

Angra do Heroísmo, 20 de março de 2023

O Conselho Fiscal

Tiago Cyrne de Castro (Presidente)

Paula Teixeira (Vogal)

João Oliveira (Vogal)



# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### *Relatório e Contas 2023*

*Senhor Acionista,*

No cumprimento do mandato que V. Exa. nos conferiu e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2023 a atividade da **Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, SA** (CEMAH).

## RELATÓRIO

### *Trabalhos desenvolvidos*

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais, vimo pelo presente relatar que, no âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal:

- Efetuou reuniões de trabalho periódicas (semanalmente);
- Reuniu regularmente com o Conselho de Administração;
- Reuniu e desafiou regular e sistematicamente os responsáveis pelas diferentes áreas da Instituição, em particular os responsáveis pelas funções de controlo (Conformidade, Risco e Auditoria Interna);
- Monitorizou as ações desenvolvidas por aquelas funções de controlo;
- Acompanhou as avaliações, vicissitudes e sua resolução, associadas ao controlo interno;
- Reuniu regularmente com o Revisor Oficial de Contas para acompanhamento dos resultados dos trabalhos de auditoria e para fiscalização e monitorização daquela função;
- Analisou a generalidade dos planos, relatórios, políticas e documentação relevante emitida pela CEMAH;
- Emitiu pareceres no âmbito das suas competências legais e estatutárias.
- Apreciou os relatórios sobre a adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno (Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal);
- Analisou os relatórios de imparidade e acompanhou a evolução, risco e eventual imparidade dos ativos financeiros;
- Acompanhou a evolução das responsabilidades com pensões de reforma e sua cobertura;
- Examinou regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação suporte;
- Constatou a observância da lei e dos estatutos, e;
- Acompanhou a atividade e reuniu regularmente com a área comercial;
- Obteve do Conselho de Administração, da Gestão de Topo e do Revisor Oficial de Contas os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

### *Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras*

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício para que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CEMAH, o resultado das suas operações, as alterações no Capital Próprio e os Fluxos de Caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a implementação e manutenção dum Sistema de Controlo Interno no sentido de garantir a eficiente condução da atividade na base da aderência às políticas de gestão em cumprimento da lei, normas e regulamentos, internos e das Autoridades de Supervisão, é da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal incumbe a responsabilidade de apreciar as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão (Relatório de Contas), em conformidade com as disposições legais, estatutárias, normativas e regulamentares em vigor, supervisionar o processo de preparação e divulgação da referida informação financeira e emitir parecer sobre a mesma.

### *Nota final*

O Conselho Fiscal aproveita ainda a oportunidade para expressar o seu agradecimento ao Sr. Provedor, ao Conselho de Administração, às Direções da CEMAH e demais colaboradores e ao Revisor Oficial de Contas, por todo o apoio que prestaram ao Conselho Fiscal no exercício das nossas funções, o que muito facilitou os trabalhos.

### **PARECER**

Nos termos do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o Relatório e Contas da CEMAH, nomeadamente:

- Procedemos ao acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos e respetivas conclusões obtidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativamente à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2023, com as quais concordamos.
- Foi-nos dirigido pelo auditor, e levado em consideração, o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, em 19 de março de 2023, em cumprimento do disposto no artigo 24.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

- Comprovámos o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, apreciamos a adequação das políticas contabilísticas adotadas e a respetiva divulgação e examinámos o Relatório (Relatório de Gestão) e Contas (Demonstrações Financeiras).
- Entendemos que o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da CEMAH e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

### *Parecer*

Assim, somos de parecer:

1º - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a demonstração das alterações nos Capitais Próprios, a demonstração do Rendimento Integral, a demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2023.

2º - Que seja aprovada a proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, tendo em atenção as considerações nela constantes.

Angra do Heroísmo 21 de março de 2024

### *O CONSELHO FISCAL*

*Tiago Cyrne de Castro*  
*Presidente*

*Paula Teixeira*  
*Vogal*

*João Oliveira*  
*Vogal*





# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (Caixa ou CEMAH), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 488.925 m.euros e um total de capital próprio de 34.553 m.euros, incluindo um resultado líquido de 6.657 m.euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Caixa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



PA

“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><i>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 3 i), 6.5 e 6.11)</i></p>	
<p>As perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e as provisões para garantias e outros compromissos (“perdas por imparidade para risco de crédito”) registadas no balanço da Caixa em 31 de dezembro de 2023 ascendem a 8.895 m.euros e a 51 m.euros, respetivamente.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito representam a estimativa do órgão de gestão da Caixa das perdas esperadas para a sua carteira de crédito na data de referência das demonstrações financeiras, tendo em consideração os requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.</p> <p>O contexto de incerteza que permanece, influenciado pelos efeitos de diversas crises geopolíticas, constrangimentos ainda existentes no que respeita ao crescimento económico, pressões inflacionistas e nível elevado das taxas de juro de referência, origina níveis de complexidade e incerteza acrescidos associados à estimativa das perdas por imparidade para risco de crédito, incluindo no que se refere à identificação de situações de incremento significativo de risco de crédito e indícios de imparidade, definição dos cenários macroeconómicos e probabilidades de ocorrência.</p> <p>As perdas por imparidade são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e risco e através de análise coletiva para as exposições sujeitas a análise individual às quais não foi atribuída imparidade individual e para as restantes exposições que não são objeto de análise individual.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de identificação e apuramento das perdas por imparidade para a sua carteira de crédito.</li> <li>• Seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, a qual incluiu exposições que apresentavam características indicativas de maior risco bem como exposições selecionadas aleatoriamente.</li> <li>• Para a amostra selecionada, análise da razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade para risco de crédito registada nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos da Caixa sobre a informação disponível quanto à situação económica e financeira dos clientes, valorização dos colaterais que prestaram e perspetivas sobre a evolução da sua atividade e também das intenções do órgão de gestão relativas à gestão e detenção futura desses créditos.</li> <li>• Ao nível da imparidade coletiva: (i) entendimento das principais características do modelo de imparidade e análise crítica da razoabilidade das metodologias utilizadas pela Caixa; (ii) análise numa base de amostragem do cálculo dos parâmetros de risco e da imparidade coletiva; e (iii) validação numa base de amostragem dos inputs utilizados no apuramento dos principais parâmetros de risco e do valor dos colaterais considerados na determinação das perdas por imparidade para risco de crédito.</li> </ul>

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><i>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 3 i), 6.5 e 6.11)</i></p>	
<p>A determinação das perdas por imparidade para risco de crédito através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que a Caixa espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos créditos.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo com alguma complexidade, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis, nomeadamente características das operações, classificação das exposições creditícias em <i>stages</i>, incluindo a avaliação da existência de incremento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial e de indícios de imparidade, valor dos colaterais e parâmetros de risco, tais como a probabilidade de incumprimento e taxas de perda em caso de incumprimento (<i>loss given default</i>).</p> <p>Diferentes metodologias ou pressupostos utilizados na análise de imparidade e diferentes estratégias de recuperação condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o momento previsto para o seu recebimento, podendo ter impacto relevante na determinação da imparidade.</p> <p>Sendo uma área em que o órgão de gestão tem de realizar estimativas que incorporam um elevado grau de subjetividade ou alguma complexidade, bem como a materialidade dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras da Caixa, as perdas por imparidade para risco de crédito foram identificadas como sendo uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da razoabilidade dos critérios definidos pela Caixa para identificação de situações de aumento significativo de risco de crédito e de indícios de imparidade, e validação, numa base de amostragem, da aplicação dos referidos critérios e do nível de stage atribuído.</li> <li>• Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relativamente a estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Responsabilidades com pensões de reforma – Principais pressupostos atuariais (Nota 6.16)</i>	
<p>A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores e pensionistas pensões de reforma e outros benefícios associados nos termos definidos nos acordos coletivos de trabalho. Em 31 de dezembro de 2023, as responsabilidades da Caixa por serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios associados ascendem a 18.606 m.euros.</p> <p>As responsabilidades da Caixa associadas aos planos de benefício definido foram apuradas pelo atuário responsável, considerando um conjunto de pressupostos atuariais, entre os quais, taxa de desconto, taxas de crescimento dos salários e das pensões e tábuas de mortalidade.</p> <p>Eventuais alterações nos pressupostos atuariais podem ter impactos relevantes nas responsabilidades com serviços passados relativas a pensões.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa na determinação dos principais pressupostos atuariais utilizados no apuramento de responsabilidades por serviços passados relativas a pensões de reforma e outros benefícios.</li> <li>• Verificação se o atuário responsável é certificado junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e análise da sua declaração de independência constante no estudo atuarial de 31 de dezembro de 2023.</li> <li>• Leitura do estudo atuarial com referência a 31 de dezembro de 2023 e discussão dos principais pressupostos atuariais utilizados.</li> <li>• Análise da razoabilidade dos principais pressupostos atuariais utilizados na quantificação das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios, tendo em consideração: (i) estudo atuarial; (ii) dados de mercado disponíveis; (iii) informação histórica (ganhos ou perdas de experiência); e (iv) informações prestadas pelo órgão de gestão.</li> <li>• Revisão das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras relativamente a esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Caixa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

PA

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Caixa, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de março de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021. Na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2022 fomos nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2022 e 2024.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Caixa nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Caixa durante a realização da auditoria.

Lisboa, 19 de março de 2024



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC  
Registo na OROC n.º 1610  
Registo na CMVM n.º 20161220

